

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PAULA DIAS MOREIRA PENNA

A EQUIVOCIDADE E AS RESSONÂNCIAS DO SIGNIFICANTE NA
SUPERVISÃO CLÍNICO-INSTITUCIONAL

Belo Horizonte

2022

PAULA DIAS MOREIRA PENNA

**A EQUIVOCIDADE E AS RESSONÂNCIAS DO SIGNIFICANTE NA
SUPERVISÃO CLÍNICO-INSTITUCIONAL**

Tese de doutorado submetida à banca do Programa
de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Máris Campos
Guerra

Belo Horizonte

2022

150 P412e 2022	Penna, Paula Dias Moreira. A equivocidade e as ressonâncias do significante na supervisão clínico-institucional [manuscrito] / Paula Dias Moreira Penna. - 2022. 147 f. Orientadora: Andréa Máris Campos Guerra. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia. 1. Psicologia – Teses. 2.Assistência social - Teses. 3. Psicanálise - Teses. I. Guerra, Andréa Máris Campos. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.
----------------------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE DE PAULA DIAS MOREIRA PENNA

Realizou-se, no dia 15 de julho de 2022, às 08:00 horas, Plataforma Zoom, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *A equivocidade e as ressonâncias do signifiante na supervisão clínico-institucional*, apresentada por PAULA DIAS MOREIRA PENNA, número de registro 2018651026, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Andrea Maris Campos Guerra - Orientador (UFMG), Prof(a). Marcia Maria Rosa Vieira Luchina (UFMG), Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo (UFMG), Prof(a). Fábio Santos Bispo (UFES), Prof(a). Fernanda Otoni de Barros Brisset (TIMG).

A Comissão considerou a tese:

(x) Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Otoni de Barros Brisset, Usuário Externo**, em 15/07/2022, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Rosa Vieira Luchina, Servidor(a)**, em 15/07/2022, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane de Freitas Cunha Grillo, Professora do Magistério Superior**, em 18/07/2022, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Santos Bispo, Usuário Externo**, em 18/07/2022, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maris Campos Guerra, Professora do Magistério Superior**, em 21/07/2022, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1608240** e o código CRC **5975FB95**.

Para Helena

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à todas(os) supervisionandas (os) que apostaram num trabalho ético e se lançaram à trabalho em supervisão;

À Lindalva Guimarães Mendes por propiciar e sustentar o espaço de supervisão na política pública de assistência social e por ter acreditado fortemente no meu trabalho;

Ao grupo de supervisores da Proteção Social Especial (PBH) por ter iniciado comigo as primeiras discussões teóricas que foram a base desta tese;

À prof. Dra. Andréa Máris Campos Guerra pela orientação precisa, pela generosidade da acolhida e por ser sempre uma referência;

Ao prof. Dr. Antônio Teixeira e à Dra. Emília Broide pelas contribuições valiosas na banca de qualificação;

À Dra. Fernanda Otoni, Dr. Fábio Bispo, Dra. Cristiane Cunha e Dra. Márcia Rosa pelos valiosos comentários na banca de defesa desta tese de doutorado;

À Maria Aline Gomes Barboza, pelo apoio incondicional para a escrita dessa tese;

Aos colegas Carlos Firmino, Lúcia Rocha, Lilian Barros, pelo incentivo e compreensão;

À Prefeitura de Belo Horizonte pela licença concedida para a realização do doutorado;

À minha família, especialmente à minha mãe, pela leitura atenta da tese e por continuar sendo sempre o meu maior exemplo e ao Fábio, pelo amor e pela compreensão;

À Lélia Dias pela presença, pelas indicações e referências de leitura;

Ao Ernest Ilisca pelo auxílio com os termos e resumo em francês;

Ao Henrique Oliveira pela interlocução e diálogo;

À Marina Otoni por ser sempre minha grande parceira e apoiadora;

À Karina de Araújo e Luísa Mijolary por apostarem no meu trabalho como supervisora;

À Maria Augusta Friche, pela escuta;

Aos colegas do doutorado pelas trocas.

[...] mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar. Como é que sozinho, por si, alguém pode encontrar e saber? (Guimarães Rosa. Grande sertão: veredas)

RESUMO

Essa tese teve como objetivo compreender o que pode a supervisão de orientação psicanalítica lacaniana na política pública de assistência social. Foi feito um percurso histórico-conceitual sobre a noção de supervisão desde Freud até Lacan para preparar o terreno da construção desse espaço na política pública. Como recurso metodológico, extraímos um excerto do *Seminário 23: o Sinthoma* (1975-76/2007) que serviu como “citação-guia” para se pensar a supervisão no contexto institucional. As duas etapas propostas por Lacan serviram de base para essa reflexão: a primeira, a lógica do rinoceronte; e segunda, a equivocidade e as ressonâncias do significante. Concluiu-se que as questões que chegam à supervisão ultrapassam as garantias e respostas que a política pública pode oferecer, e nesse sentido, outra aposta clínica se faz necessária, na direção da escuta da singularidade, da relevância às ressonâncias do significante, da equivocidade e da liberação de algo da ordem do *sinthoma*.

Palavras-chave: supervisão; *sinthoma*; equivocidade; significante.

ABSTRACT

This thesis aimed to understand what the lacanian psychoanalytic supervision effects in the social security are. A historical-conceptual journey was made on the notion of supervision from Freud to Lacan to set the ground for the construction of this strategy on social security. As a methodological resource, we extracted an excerpt from *Seminar 23: the Sinthome* (1975-76/2007) which served as a “guide quote” for analysing supervision in the institutional context. The two stages proposed by Lacan served as a basis for this reflection: the first, the rhinoceros logic; and second, the equivocality and resonances of the significant. It was concluded that the questions that emerge in supervision go beyond the guarantees and answers that social security can offer, and in this sense, another clinical bet is necessary, in the direction of listening to the singularity, to the relevance to the resonances of the significant, to the equivocality and the releasing something of the order of the symptom.

Keywords: supervision; *sinthome*; equivocality; significant.

RESUMÉ

L'objectif de cette thèse est de comprendre et de dégager ce que peut le contrôle de l'orientation psychanalytique lacanienne dans la politique publique de l'assistance sociale. La notion de contrôle est parcourue, depuis Freud jusqu'à Lacan selon son évolution historique et conceptuelle, afin de la préparer à se construire et à s'insérer dans la politique de santé publique. Un extrait du *Séminaire 23: le Sinthome* (1975-76/2007) nous sert de «citation-guide» et de méthodologie pour penser le contrôle dans le contexte institutionnel. Deux étapes proposées par Lacan servent de base pour conduire cette réflexion: la première est la logique du rhinocéros, la seconde est constituée de l'équivocité et des résonances du signifiant. En conclusion, les questions soulevées par le contrôle en psychanalyse dépassent les garanties et les réponses que la politique de santé publique peuvent apporter et dans ce sens une autre approche clinique se rend nécessaire; dans la direction de l'écoute de la singularité, de la justesse et des résonances du signifiant, de l'équivocité et de la libération de quelque chose d'autre dans l'ordre du synthome.

Mots Clefs: contrôle en psychanalyse; équivocité; signifiant.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA	16
3 VICISSITUDES DA SUPERVISÃO DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA ...	21
3.1 O período que antecede a institucionalização da supervisão	22
3.2 A supervisão e o movimento de institucionalização da psicanálise	27
3.3 A crítica de Jacques Lacan	38
3.4 A fundação da Escola Freudiana de Paris	44
3.5 Controle ou supervisão?	48
4 A SUPERVISÃO A PARTIR DA ORIENTAÇÃO LACANIANA: DO RINOCERONTE AO <i>SINTHOMA</i>	54
4.1 Formulações lacanianas sobre a supervisão	55
4.2 O rinoceronte de Eugene Ionesco e o teatro do absurdo	67
4.3 ressonância do significante: sentido e significação	82
4.4 Do equívoco à liberação do <i>sinthoma</i>	88
5 A SUPERVISÃO CLÍNICO-INSTITUCIONAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	96
5.1 As particularidades da supervisão no contexto da política pública de assistência social	97
5.2 O sujeito mais-além do que é possível garantir	105
5.3 A garantia de direitos e o sujeito do inconsciente	111
5.4 O caso clínico como subversão	116
5.5 Mal estar da psicanálise na instituição	122
6 CONCLUSÃO: o que pode a supervisão na Política de Assistência Social?	126
Referências	134

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2004, a Política Nacional de Assistência Social [PNAS] foi publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], trazendo diretrizes e parâmetros para a implementação efetiva do Sistema Único de Assistência Social [SUAS]. Esse documento teve como objetivo consolidar a assistência social como uma política de Estado definida por lei em contraposição à ações assistencialistas, clientelistas e caritárias, que, segundo a PNAS (2004), “nada tem a ver com políticas públicas” (Resolução nº 145, 2004, p. 04). A Lei Orgânica de Assistência Social [LOAS] (1993), em seu primeiro artigo, prevê que a assistência social, “[...] direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Lei n. 8.742, 1993).

Mais especificamente, a Política Pública de Assistência Social visa ao enfrentamento das desigualdades sociais e também “[...] o provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (Resolução nº 145, 2004, p. 18). Dentre os objetivos dessa política pública, destaca-se a provisão de “[...] serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem” (Resolução nº 145, 2004, p. 18).

No ano de 2015, fui convidada a ocupar a função de supervisora clínico-institucional na Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social [SMAAS] do município de Belo Horizonte, escutando trabalhadores (psicólogos e assistentes sociais) que atuavam no acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua ou em processo de saída da rua, e que permaneciam em acolhimento institucional (“abrigos”). Diante da “complexidade” dos

casos atendidos por essas equipes, foi inaugurado no ano de 2015 a oferta da chamada “Supervisão de Casos”¹, que tinha como objetivo efetuar uma escuta desses casos para auxiliar as equipes na operacionalização desta política pública. Assim, o corpo gestor convidou uma psicanalista de orientação lacaniana para ocupar o lugar de supervisora.

A procura da supervisão por essas equipes se dava de forma espontânea e normalmente aparecia quando se verificava uma insuficiência no discurso de uma política que se pretende *toda*. Trata-se de uma procura causada pela angústia de um técnico que se vê frente a frente com as demandas de um sujeito, o que marca um ponto de inconsistência nesse discurso da política pública. Na supervisão surgem frequentemente casos em que o sujeito cria infundáveis demandas direcionadas ao trabalhador cobrando uma resposta da política pública com a justificativa de que é dever do Estado prover suas necessidades de moradia, alimentação, transporte, etc. Outros recusam veementemente todas essas ofertas.

Também são frequentes os casos em que a demanda não é de suprimento de necessidades básicas, ou de “proteção integral”, conforme dispõe a Política de Assistência Social. São demandas que vão além da provisão de bens e exigem uma escuta específica, ou seja, uma escuta que consideramos clínica. É aí que a contribuição de uma supervisão de orientação psicanalítica na política de assistência social se faz presente.

Dos desafios advindos desta prática, diversas questões surgiram principalmente no que tange à oferta da supervisão nesta política pública. Qual seria a função da supervisão clínico-institucional na política pública de assistência social? Para tentar responder a essa pergunta, nos apoiamos nos ensinamentos de Jacques Lacan e de sua perspectiva ética sobre a supervisão. Como recurso metodológico, extraímos o seguinte

¹ Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

excerto do *Seminário 23: o Sinthoma* (1975-76/2007) que serviu como “citação-guia” para se pensar a supervisão no contexto institucional:

Acontece que me dou ao luxo de supervisionar, como se diz, um certo número de pessoas que se autorizam por si mesmas, segundo minha fórmula a ser analistas. Há duas etapas. Há aquela em que elas são como o rinoceronte. Fazem mais ou menos qualquer coisa, e sempre dou-lhes minha aprovação. Com efeito sempre têm razão. A segunda etapa consiste em tirar proveito desse equívoco que poderia liberar algo do *sinthoma*. Com efeito, é unicamente pelo equívoco que a interpretação opera. É preciso que haja alguma coisa do significante que ressoe (Lacan, 1975-76/2007, p. 18).

Então, surgem as seguintes questões: o que pode a supervisão psicanalítica na política de assistência social? Quais as possibilidades de se efetuar essas duas etapas que Lacan indica sobre a supervisão neste contexto, considerando a equivocidade e as ressonâncias do significante? Em que implica a expressão “liberação de algo do *sinthoma*”? Seria essa uma torção possível em uma política pública que tem como base a garantia de direitos e de bem-estar social? Quais as implicações éticas que giram em torno dessa prática? Como fazer advir o sujeito do desejo em uma política cuja principal garantia é a universalização de direitos sociais? Como operar em um contexto institucional no qual o discurso sobre a subjetividade confronta o “garantismo” universalista baseado em uma ideologia da igualdade? Tais são as questões que nortearam a escrita dessa tese.

A relevância da presente pesquisa repousa, primeiramente, na escassez de sistematização da prática de supervisão de orientação psicanalítica no âmbito dessa

política pública. Esta pesquisa, ao se propor aproximar o saber teórico psicanalítico e a atuação prática das políticas públicas na cidade, visa trazer um novo olhar que salienta a possibilidade de uma aposta clínica – aposta muitas vezes ignorada pelos operadores da política. A teoria psicanalítica sustentada por uma ética que privilegia a escuta do sujeito do desejo sem desconsiderar o sujeito do direito é que nos orienta. Se há sujeito, há inconsciente; e se há inconsciente, há a escuta de modos de gozo – elemento substancial da psicanálise lacaniana.

A temática da supervisão clínica a partir da orientação lacaniana, tanto no contexto clínico, quanto no contexto institucional já foi alvo de diversas produções acadêmicas (Broide, 2017; Silva, 2019). No entanto, entendemos que nos debruçar sobre essa temática, a partir de um novo ponto de vista que busca refletir sobre o que se reatualiza no contexto da política pública de assistência social, justifica essa investigação na linha de pesquisa *Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigação no Campo Clínico e Cultural*. A questão atual das relações do sujeito com sua vulnerabilidade social, as respostas do Estado e as perspectivas de escuta clínica, têm tal abrangência social que ganham relevância, merecendo um estudo científico detalhado.

A experiência como supervisora traz à tona inúmeros desafios quando a política pública rechaça o sujeito do desejo e busca responder às demandas daqueles que são seu público-alvo, o sujeito do direito. O acolhimento e a escuta da angústia dos trabalhadores diante da tensão entre o que é demandado e o que é oferecido, pode vir a produzir contingencialmente algo novo, algo que extrapola o *script*. É essa a aposta radical da contribuição da psicanálise no contexto social.

Cabe destacar também que a psicanálise vem ocupando um lugar paradoxal nas instituições públicas: se por um lado o discurso sobre a singularidade é recusado por aparentar contrapor-se aos princípios e garantias universais das políticas públicas, por

outro, são os psicanalistas que eram convocados a assumir o lugar de supervisores para escutar os casos complexos que surgem dos atendimentos das equipes multiprofissionais e propor soluções. Apesar desse paradoxo, a prática parte de uma suposição de saber; há uma demanda de saber endereçado ao supervisor psicanalista, o que acaba por evidenciar algo da ordem de uma relação transferencial.

Cumpridos os objetivos propostos por essa pesquisa, ela poderá ser útil como referencial de leitura para basear a prática dos profissionais da Política de Assistência Social, ampliando a sua perspectiva de intervenção. Esse estudo também poderá ter utilidade para os gestores das políticas públicas que atualmente fazem um movimento no sentido de uma extinção dos espaços de supervisão. O discurso de que a consideração da singularidade vem em contraposição aos preceitos das políticas públicas poderá ser relativizado na medida em que a questão é aprofundada e complexificada com os argumentos dessa tese.

2 - METODOLOGIA

A noção de método nos remete à ideia de caminho a ser percorrido para se atingir um objetivo. Essa definição pragmática de método é colocada em suspensão, uma vez que a pesquisa em psicanálise nos remete à clínica, ao saber incompleto e ao seu próprio objeto de estudo, a saber, o sujeito. Em uma escrita que tem a psicanálise como norte, o método acaba sendo o tempo todo revisitado; na medida em que a pesquisa avança, os achados decorrentes dos estudos vão se descortinando no próprio processo. Ela segue o modo de funcionamento *a posteriori* do inconsciente. Nas palavras de Freud, “[...] na investigação dos processos mentais e das funções do intelecto, a psicanálise segue seu próprio método específico” (Freud, 1919 [1918]/2006, p. 188).

A pesquisa em psicanálise, desde Freud, teve como característica primordial a experiência clínica e foi dela que Freud extraiu o conteúdo para seus escritos e para a sistematização da teoria psicanalítica. Freud marca a possibilidade do inesperado, da contingência:

Casos que são dedicados, desde o princípio, a propósitos científicos, e assim tratados, sofrem em seu resultado; enquanto os casos mais bem sucedidos são aqueles em que se avança, por assim dizer, sem qualquer intuito em vista, em que se permite ser tomado de surpresa por qualquer nova reviravolta neles, e sempre se os enfrenta com liberalidade, sem quaisquer pressuposições (Freud, 1912/1987, p. 153).

A pesquisa em psicanálise considera o inusitado da experiência, o real e a não adaptabilidade do sujeito aos preceitos científicos. Assim, a psicanálise deve considerar

teoria e prática como indissociáveis, sendo impossível ao pesquisador uma análise totalmente neutra do objeto que se estuda. Na pesquisa psicanalítica, a teoria surge da prática e a prática reinventa e reatualiza a teoria, numa lógica suplementar. Nesse sentido, Jacques Lacan afirma que “[...] o conceito dirige o modo de tratar os pacientes. Inversamente, o modo de tratá-los comanda o conceito” (Lacan, 1964/1985, p. 120).

No escopo dessa pesquisa, o que nos chega como efeito inesperado são os efeitos da supervisão de orientação psicanalítica nas equipes que dela participam e na própria instituição pública. Nessa experiência, algo se reatualiza, faz torção, tem efeitos. Portanto, para a realização desta pesquisa, propomos uma investigação de duplo viés: teórico e clínico.

1- Análise teórico-crítica baseada em revisão de literatura e pesquisa bibliográfica

A análise teórico-crítica baseada em revisão de literatura buscará cernir em Lacan noções caras à relação psicanálise e política que se destacam em sua transmissão, sendo passíveis de orientar nosso exame da prática da supervisão institucional no campo da assistência social. Ela será organizada visando a extração de sintagmas que possam capitanear o texto lacaniano, a partir de nosso recorte de objeto, buscando desenvolvê-los da seguinte forma:

- 1- Partiremos de uma revisão de literatura que busca realizar uma análise histórica da construção da prática de supervisão de orientação psicanalítica em Freud e Lacan;

- 2- Na sequência, nos deteremos na matriz francesa cernindo, numa revisão bibliográfica mais detida, a distinção terminológica entre “controle” e “supervisão” e suas implicações para a prática;
- 3- Mais especificamente em Lacan, rastreamos as principais referências à supervisão a fim de proceder à análise teórico-crítica da concepção de uma prática.
- 4- Extrairemos uma citação-guia de Lacan que nos conduzirá a uma análise de duas etapas da supervisão:
 - a) a primeira etapa analisada a partir da analogia feita por Lacan do supervisionando em relação ao rinoceronte a partir da obra de Eugène Ionesco e do teatro do absurdo.
 - b) a segunda etapa que enfatiza as ressonâncias do significante e a noção de equivocidade, favorecendo uma torção que possibilitaria a liberação de algo do *sinthoma*.
- 5 Por fim, analisaremos a prática da supervisão na política de assistência social a partir de cinco eixos, a saber: a) as particularidades da supervisão no contexto da política pública de assistência social; b) o sujeito mais-além do que é possível garantir; c) a garantia de direitos e o sujeito do inconsciente; d) o caso clínico como subversão; e) o mal estar da psicanálise na instituição.

Essa revisão nos permitirá propor hipóteses acerca dos efeitos que podem surgir da prática da supervisão institucional, guiando metodologicamente nossa leitura da experiência, tal como explicaremos a seguir.

2- Extração de fragmentos de casos clínicos advindos da prática na supervisão clínico-institucional

Esta pesquisa propõe um viés clínico de investigação que visa articular a revisão bibliográfica construída *a priori* aos casos da supervisão institucional recolhidos e analisados *a posteriori*, situando os impasses, as particularidades e os efeitos do trabalho de supervisão realizado na política pública de assistência social. Optamos por analisar apenas pequenos fragmentos de casos em que o material recolhido decorreu da escuta do caso em supervisão e das anotações registradas. Este processo se deu de 2015 a 2017 e os dados foram extraídos de cadernos de notas da supervisora, autora desta tese, tendo sido escolhidos excertos em que pudessem auxiliar a localizar as ressonâncias do significante na supervisão clínico institucional.

Esses fragmentos serão utilizados menos para serem lidos e interpretados em seu curso durante o acompanhamento do caso, e mais como *flashes*, fotografias dos impasses que pretendemos demonstrar. O compromisso assumido aqui é menos o de desenvolver a escrita do caso, e mais o de mostrar a cena da assistência social, que isola um ou outro aspecto do que se passa em supervisão.

A psicanálise é definida por Freud (1922[1923]/2006) como método clínico, de tratamento, mas também como método de pesquisa. A universidade pode valer-se da própria psicanálise como método. A experiência é sempre uma possibilidade de reinventar a psicanálise, uma vez que considera os pontos de inconsistência e incoerência que surgem da prática e que coloca em jogo os limites do saber (Mezêncio, 2004). Acredita-se que os registros, as anotações, memórias e narrativas suplementam as lacunas deixadas pela teoria, retroalimentando-a.

Segundo Jeferson Machado Pinto (1999),

[...] quanto mais objetivo, quanto maior o ‘rigor’ linguístico, no sentido de se evitar mal-entendido e se aproximar de uma língua ideal, mais distantes do real. Principalmente do real que nos interessa como psicanalistas, o real do gozo de cada um, que se manifesta de modo inteiramente particular, mas que possui uma teoria incluída por Freud no campo das Ciências.

É com o real do gozo de cada um que nos defrontamos quando desejamos articular a dimensão clínica à pesquisa acadêmica. É tentar teorizar aquilo que não se deixa apreender *a priori*. “[...] Uma tese supõe, antes de tudo, uma solução para um problema que se mostra em franco diálogo com a experiência que se promove nos diversos campos do saber” (Santiago, 2019, p. 7). E lembremos juntamente com Freud que é revisitando diversas vezes o objeto, que ele próprio começa a falar por si mesmo: “Aprendi a controlar as tendências especulativas e a seguir o conselho não esquecido de meu mestre, Charcot: olhar as mesmas coisas repetidas vezes até que elas comecem a falar por si mesmas” (Freud, 1914/2006, p. 32).

3 VICISSITUDES DA SUPERVISÃO DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA

“Não se pode separar [...] a supervisão de uma história” (Mannoni, 1992, p. 37)

A supervisão é uma prática comum entre os psicanalistas, seja no campo clínico ou institucional. Para defini-la e compreender sua gênese é preciso retomar seu histórico - seu desenvolvimento desde Freud - já que há, em torno dela, alguns impasses e conflitos que merecem ser destacados. Embora alguns autores já tenham feito sistematicamente esse compilado histórico, aqui este será retomado de forma concisa, de modo a destacar os principais pontos de discussão em torno da prática da supervisão, temática central desta tese. Essas considerações serão úteis referências nas análises que serão realizadas a seguir.

Desde Freud havia uma tendência em buscar outra pessoa, uma busca sustentada pelo respeito e admiração, para a discussão de pontos de embaraço e dúvidas relativas à experiência e à clínica psicanalítica. O próprio Freud recorreu a esse artifício no diálogo com seus colegas e por meio de suas correspondências. Aqui, destacamos que o termo “correspondência”, se liga a um responder em conjunto. A “co-respondência” – *cum-respondere* – “responder-se mutuamente”, implica convocar o outro a partir da suposição de um saber ou da esperança de uma resposta sobre o enigma da clínica. O relacionamento de Freud com Fliess, Salomé, Ferenczi, Jung, Pfister e outros mais retratam a constância dessa prática. Nesse sentido, podemos supor a prática da supervisão conforme sustentada por Freud como da ordem de uma correspondência.

Essa prática, que inicialmente era informal, passou por institucionalizações e compôs um dos eixos da formação dos analistas juntamente com o estudo teórico e com a análise pessoal. O supervisionando pode se direcionar ao supervisor com dificuldades

na condução de um caso, dúvidas quanto ao diagnóstico, ou seja, questões que dizem respeito à direção do tratamento ou ao manejo da transferência. Ele também pode direcionar ao supervisor questões que o tocam em torno do caso, marcando aí sua posição subjetiva.

Neste capítulo, veremos como se estabeleceu a prática de supervisão a partir de Freud, prática que relaciona-se com a própria história da psicanálise e sua difusão. Iniciaremos essa retomada, localizando os momentos que antecedem a institucionalização da supervisão pela Associação Internacional de Psicanálise² – IPA, levantando os momentos em que Freud se apresenta ora como supervisor, ora como supervisionando, uma vez que ‘a supervisão se impõe’ quando há experiência clínica. Em seguida, veremos como se constituiu o movimento de institucionalização da psicanálise, com o objetivo inicial de zelar pela correta aplicação da técnica e evitar possíveis desvios pelos praticantes. Na sequência, acompanharemos a crítica estabelecida por Jacques Lacan do modelo estabelecido pela IPA e a consequente fundação da Escola Freudiana de Paris, em 1964. Por fim, retomaremos uma discussão terminológica sobre os termos ‘controle’ e ‘supervisão’, suas acepções, distinções fundamentais e suas implicações práticas. Com esse capítulo, então, abriremos o horizonte para, em seguida, localizar as formulações de Lacan sobre a supervisão, que guiará a escrita desta tese.

3.1 O período que antecede a institucionalização da supervisão

Antes mesmo da formalização da supervisão como um dispositivo que compõe a formação analítica, é importante destacar alguns movimentos que marcaram uma transmissão, aos moldes do que podemos chamar de supervisão. Ainda que não sejam

² International Psychoanalytical Association – IPA.

nomeadas assim, algumas práticas iniciais nos remetem à busca de um terceiro para a discussão de casos e para a verificação e reinvenção da teoria.

Inicialmente cabe destacar que o próprio Freud pode ter sido considerado o primeiro supervisor de Breuer no caso Anna O, conforme destaca a psicanalista Emília Broide (2017). Breuer dirige à Freud suas indagações e questões à respeito do caso e nesse diálogo, Freud pôde revisar e recriar pontos da teoria, inclusive discordando de Breuer em alguns momentos. A partir dos *Estudos sobre a histeria* (1893-1895), a dupla reconhece a sexualidade como uma importante fonte de energia para o psiquismo. Apesar disso, eles discordam em um ponto teórico fundamental: enquanto Freud atribui à sexualidade a causa e a origem da histeria, Breuer admite sua importância na aparição dos sintomas, mas não concorda com o grande destaque dado por Freud à sexualidade.

Nesse momento histórico, fica claro que é o amor de transferência que está em jogo: tanto entre Breuer e Anna O, quanto entre Freud e Breuer (Broide, 2017). A relação transferencial é o motor da análise e também da supervisão. A interrogação sobre o que se passa na tríade Freud-Breuer-Anna O aponta para uma questão fundamental ligada à supervisão, ou seja, uma transmissão sustentada pela transferência em duplo viés: entre analisante-analista e entre supervisionando-supervisor.

Freud não foi supervisor apenas de Breuer. Na introdução do relato do caso Hans, ele se coloca na posição de observador, ressaltando pontos referentes ao tratamento, mas deixando ao pai a tarefa de interpretar as falas e condutas da criança. Ele escuta o caso clínico, faz apontamentos, mas não é ele o analista em jogo. Ele se mantém em posição externa ao caso, o que se assemelha ao lugar do supervisor.

Além destes casos, encontramos relatos de situações em que vários de seus discípulos o procuravam na busca de elucidacões sobre seus impasses clínicos. Steckel, em 1904, solicitava a discussão de casos clínicos com Freud após o seu horário de análise.

Eitington³ procurou Freud para discutir um de seus casos que considerava grave (Broide, 2017). Freud (1921/2006) relata inclusive que James J. Putnam⁴ estava sob sua supervisão. O psicanalista italiano Edoardo Weiss⁵ afirma: “[...] após ter terminado minha análise com Federn, tive com frequência, em caráter particular, entrevistas com Freud a propósito de meus doentes” (Weiss citado por Safouan; Julien e Hoffmann, 1996, p. 66). Fica claro o interesse de Freud em discutir os casos com seus discípulos, uma vez que a prática clínica estava sendo difundida e exercida por vários praticantes da psicanálise.

Seja por meio de correspondências, seja por meio de diálogos presenciais, Freud inaugurou uma escuta de casos clínicos que possibilitou a reatualização constante da teoria que ele havia criado. Além disso, essa experiência mostrou algo inédito para o espírito da época: mais do que seguir um mestre, a prática clínica impõe a reinvenção contínua, uma vez que o saber que se impõe é o saber inconsciente, saber sempre inacabado e incompleto. A arte da interpretação pressupõe um manejo que é contingencial, certa liberdade de trabalho do analista, o que foge à implementação de regras e técnicas rígidas.

Na longa correspondência de Freud a Wilhelm Fliess a que se tem acesso, encontramos Freud numa posição que se pode considerar como a de um supervisionando. Podemos supor que, além de ter feito algo similar a uma análise pessoal com Fliess (por meio de correspondência), Freud também o colocava no lugar de supervisor. Ele se endereçava a Fliess como a um mestre, e o amor transferencial foi a grande força motriz dessa relação. Fliess era um colega por quem Freud tinha respeito e admiração, e isso lhe conferia um lugar privilegiado. O psicanalista Rômulo Silva (2019), em sua tese de

³ Eitington fundou alguns anos depois a Policlínica Psicanalítica de Berlim, em cujo regimento fazia parte a obrigatoriedade da prática de supervisão.

⁴ Putnam era professor de Neuropatologia na Universidade de Harvard. Em 1921, Freud contribuiu com o prefácio à obra de Putnam *Adress on Psycho-Analysis*.

⁵ O psicanalista italiano Edoardo Weiss consultou Freud durante quinze anos, tendo ido encontrá-lo pessoalmente em Viena algumas vezes. Ele praticava a psicanálise em Trieste e depois em Roma.

doutorado, recolhe das correspondências entre Freud e Fliess excertos que mostram que Freud ora endereçava a Fliess ora questões relativas à sua “análise pessoal”, ora relativas aos seus questionamentos, incertezas e dúvidas sobre seus casos clínicos e ora sobre suas construções teóricas. Ou seja, tomava Fliess como um destinatário do tripé da formação psicanalítica: análise pessoal, supervisão e estudo teórico. Porém, os limites entre análise pessoal e supervisão não eram claros, e as passagens desta correspondência que marcam uma relação supervisor-supervisionando aparecem de forma muito sutil.

[...] Fazer a distinção entre o que é parte da supervisão – que difere da construção teórica – e o que faz parte da análise pessoal de Freud é uma difícil tarefa, pois a supervisão está localizada em uma área intermediária entre a análise e a construção teórica (Silva, 2019, p. 47).

Em algumas cartas, fica claro que Freud esperava um retorno ou comentário de Fliess⁶ sobre algo que ele tentava construir teoricamente. É interessante notar como as cartas oscilam entre questões pessoais do próprio Freud, questões relativas à condução dos casos e impasses teóricos em que ele se encontra. Essa aparente confusão nos remete ao que comumente se passa na supervisão: dúvidas a respeito da direção do tratamento, pontos de cegueira decorrentes da posição subjetiva do supervisionando e questões teóricas que surgem da análise dos casos atendidos.

A partir daí, chegamos à suposição de que há um ponto de enodamento, no qual se sustenta o tripé da formação do analista. Podemos inferir que o que une esses três eixos em uma estrutura é a própria experiência clínica. É ela que faz surgir o analista, é ela

⁶ Reenviamos o leitor à tese de doutorado de Silva (2019) para maiores informações sobre a correspondência de Freud e Fliess.

quem direciona o analista para a supervisão, para a análise pessoal e para os estudos teóricos.

Ainda sobre as discussões de casos clínicos realizadas por Freud, cabe destacar que a partir do ano de 1902, iniciou-se o que ficou conhecido como a Sociedade Psicanalítica das 4^a feiras, ou como Freud (1914/2006) nomeou posteriormente, a Sociedade Psicanalítica de Viena. O objetivo dos encontros desse grupo era “[...] aprender, praticar e difundir o conhecimento da psicanálise” (Freud, 1914/2006, p. 35). Freud afirma que o estímulo para o início desse grupo vem de Wilhelm Stekel, que havia experimentado os “efeitos benéficos da terapêutica analítica” (Freud, 1914/2006, p. 35). O pequeno círculo foi se ampliando e acolhia, além de médicos, outras pessoas – “homens instruídos que haviam reconhecido algo importante da psicanálise; escritores, pintores, etc.” (Freud, 1914/2006, p. 36). Essa experiência demonstra uma valorização do compartilhamento de experiências e de achados clínicos entre os partidários da psicanálise, ainda que Freud fosse colocado no lugar do mestre, detentor do conhecimento da teoria psicanalítica.

Em 1908, Freud estreita seu diálogo com o húngaro Sándor Ferenczi, que se tornou um de seus discípulos. Analisando suas correspondências, Perestrello (citada por Silva, 2019, p. 72) se questiona se Ferenczi não estaria buscando uma supervisão com Freud. Fato é que as cartas demonstram elementos de sua autoanálise, além de uma demanda de orientação clínica. Em 1909, por exemplo, ao relatar sobre um paciente que havia recebido, Ferenczi traz a Freud diversas questões sobre a direção do tratamento, começando por: “como e em que devo trabalhar?” (Silva, 2019, p. 74).

Ao dar alguns conselhos aos jovens praticantes, Freud indicava uma posição ética de trabalho. Na correspondência com Lou Andréas Salomé, em 1917, ele comenta um impasse clínico indicando duas vias técnicas, e não tomando-o como erro. Salomé ao

relatar o caso clínico à Freud solicita: “[...] se o senhor pudesse dar-me alguma ideia de que possibilidades permanecem abertas, eu lhe ficaria muito grata” (Pfeiffer, 1966, p. 96). Ela se encontrava perdida em relação ao atendimento de uma menina de seis anos que havia sido trazida pela mãe por causa de terrores noturnos, crises de choro inconsoláveis e pesadelos sobre a morte.

À respeito das intervenções realizadas por Salomé, Freud lhe responde que o que ela fez era terapeuticamente correto, mas que isto tornou a influência educativa impossível; e impossível também a continuação de uma análise (Tardits, 2012). Ele lhe diz: “[...] acho também fascinante que sua experiência confirme a opinião de que o êxito significa o fim da análise e de outras elucidações. Enquanto o homem sofrer, ainda poderá realizar alguma coisa” (Pfeiffer, 1966, p. 103). Aqui, Freud sublinha à Salomé a possibilidade de aprender com a experiência clínica, não denunciando seus possíveis erros de condução, mas acolhendo-a na sustentação de uma aposta clínica.

Silva (2019) sublinha que nas correspondências de Freud aparecem os três eixos da formação do analista novamente: análise pessoal, estudo teórico e supervisão, o que “[...] vem a corroborar a tese de que a supervisão clínica é uma prática essencial para a formação do psicanalista e não se faz sem o apoio de uma teoria, assim como não se faz sem uma análise pessoal” (Silva, 2019, p. 72).

3.2 A supervisão e o movimento de institucionalização da psicanálise

A partir de 1907 iniciou-se um grande movimento de aproximação de interessados pela psicanálise provindos de Zurique, Viena e outros locais. “A situação mudou de repente”, diz Freud (1914/2006). A partir dessa congregação de adeptos⁷, foi realizado o

⁷ Destaca-se a presença de Bleuler e de Jung entre os adeptos.

primeiro Congresso Psicanalítico. Em 1909, Freud e Jung foram convidados para proferirem uma série de conferências na Clark University, de Worcester. Lá também estavam Ferenczi, Ernest Jones e A. A. Brill (que exercia a psicanálise em Nova Iorque). Freud ressalta que a relação pessoal mais importante da reunião em Worcester foi com James J. Putnam. Ele afirma que ele foi o primeiro americano que se interessou pela psicanálise e fora seu maior decidido defensor, tendo revisto suas críticas prévias sobre a psicanálise e considerado essa técnica como mais efetiva do que os métodos anteriores de tratamento (Freud, 1921/2006, p. 286). O interesse pela psicanálise estava expandindo fortemente as fronteiras vienenses e contava com grande número de seguidores⁸.

Com a rápida difusão das ideias psicanalíticas no início do século XX, Freud se decide pela criação de uma instituição oficial que teria como objetivo zelar pela fiel prática da psicanálise e evitar equívocos. Assim, em 1910, foi fundada a Associação Internacional de Psicanálise – IPA, cujo grupo de participantes tinha como função garantir a correta prática da psicanálise, sem desvios, e também cuidar da formação dos médicos preparando-os para receber pacientes em psicanálise. Freud julgou necessária a fundação de tal associação oficial porque “temia os abusos a que a psicanálise estaria sujeita logo que se tornasse popular” (Freud, 1914/2006, p. 52). Ele destaca que deveria haver alguma sede que teria como função afirmar: “Todas essas tolices nada têm a ver com a análise; isso não é psicanálise” (Freud, 1914/2006, p. 52). Ele buscava uma espécie de “garantia” da prática analítica e também apoio mútuo entre os membros e “troca de ideias amistosa”.

Para Freud,

[...] a teoria da psicanálise é uma tentativa de explicar dois fatos surpreendentes e inesperados que se observam sempre que se tenta remontar os sintomas de um

⁸ Dentre os discípulos de Freud dessa época, citamos: Alfred Adler, Wilhelm Stekel, Sándor Ferenczi, Otto Rank, Paul Federn, Siegfried Bernfeld, Hermann Nunberg, Hanns Sachs, Theodor Reik, Max Eitington, Karl Abraham, Ernest Jones e Carl Gustav Jung (Broide, 1917, p. 35).

neurótico a suas fontes do passado: a transferência e a resistência. Qualquer linha de investigação que reconheça esses dois fatos e os tome como ponto de partida de seu trabalho tem o direito de chamar psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus. Mas quem quer que aborde outros aspectos do problema, evitando essas duas hipóteses, dificilmente poderá escapar à acusação de apropriação indébita por tentativa de imitação, se insistir em chamar-se a si próprio de psicanalista (Freud, 1914/2006, p. 26).

Freud ressalta as noções de transferência e de resistência como fundamentais para a psicanálise, ou seja, conceitos dos quais a psicanálise não se poderia abrir mão. Qualquer teoria que não abrangesse esses conceitos ou que os utilizasse de maneira diversa, não poderiam ser chamadas de psicanálise. Ele se preocupava com o uso errôneo de seus conceitos e noções e das práticas que se edificavam de maneira diversa da que outrora ele havia proposto.

No intuito de manter fora da associação todas as práticas não-psicanalíticas, Freud marca, em “A história do movimento psicanalítico” (1914/2006), os motivos do rompimento com dois grandes “desertores” da psicanálise: Adler e Jung. Freud não se conformava com o fato de ambos chamarem suas novas teorias de “psicanálise” e considerava haver certa “usurpação” de conceitos psicanalíticos que foram adotados por eles de forma diferente. Antes mesmo, em 1912, Lou Andreas Salomé (Pfeiffer, 1966) escreve uma carta à Freud comentando que o Dr. Adler a havia convidado a assistir seus Debates das Noites de Quinta-feira. Freud responde a ela que seu interesse pela psicanálise é bem-vindo, mas que

[...] a relação entre os dois grupos não é a que deveria resultar de esforços análogos, mesmo que divergentes. Vimo-nos obrigados a romper todo o contato

entre o grupo dissidente de Adler e o nosso até mesmo nossos visitantes médicos são convidados a escolher entre os dois. É desagradável, mas o comportamento pessoal daqueles que abandonaram nossas fileiras não nos deixou outra escolha (Freud citado por Pfeiffer, 1966, p. 18).

Alguns anos mais tarde, o mesmo se passa com Jung, cujas ideias não foram consideradas, por Freud, como propriamente psicanalíticas. Freud comemora que Adler tenha escolhido o nome de Psicologia Individual para sua teoria; Jung nomeou a sua nova teoria de Psicologia Analítica. Freud afirma que não se incomodava com os críticos da psicanálise e que nunca lhe ocorreu “[...] menosprezar os adversários da psicanálise simplesmente por serem adversários – exceção feita aos poucos indivíduos indignos, aos aventureiros e aproveitadores, que sempre aparecem em ambos os lados nos tempos de guerra” (Freud, 1914/2006, p. 47). Em 1914, ele se esforça para demonstrar os equívocos teóricos de Adler e Jung e considera que suas teorias contrariam os princípios fundamentais da psicanálise, considerando-as um abandono da mesma e não uma nova psicanálise. Caberia, então à IPA supervisionar as práticas e definir aquelas que não eram psicanalíticas.

A partir de 1920, alguns de seus membros começam a questionar a “abordagem burocrática da instituição”, muitas vezes discordando do modelo imposto pela associação. Havia uma dissidência: de um lado, os psicanalistas que valorizavam uma ideia de modelo rígido a ser seguido; por outro, aqueles que sustentavam a ideia inicial de Freud com relação a uma proposta de formação. O modelo de formação (*Ausbildung*) freudiano, segundo Mannoni (1992), se aproxima de uma ideia de interrogação, crítica de si. “Na noção de formação estava presente a preocupação de uma camaradagem, a necessidade, no espírito de alguns, de ajudar o sujeito a se desvencilhar de toda identificação ao analista e de todo Superego institucional” (Mannoni, 1992, p. 37).

Essa ideia é bastante diferente da noção de modelo, mais burocrática, que prevaleceu nas instituições psicanalíticas quando da expansão da IPA. O candidato a analista passa a ser desresponsabilizado por sua formação uma vez que caberia à instituição esse tipo de garantia. Trata-se, então, de uma responsabilidade e risco institucional, normativa e regulamentar, que desresponsabiliza o praticante de sua implicação ética na condução do caso, uma vez que ele estaria sendo controlado e vigiado pela instituição. Para a psicanalista francesa Annie Tardits (2012), a maneira de Freud era completamente diferente pois ele jamais praticou a supervisão no sentido institucional, mas não era avarento de conselhos singulares como testemunha sua correspondência, conforme já exemplificamos acima.

Cada vez mais, a IPA transformou-se uma instituição de regramentos rígidos para controlar a prática psicanalítica. Max Eitington, que foi seu diretor, tornou obrigatória a análise didática e a supervisão para a formação dos analistas, tendo sido ele próprio o primeiro supervisor. A própria escolha do analista didata não era atribuída ao analisante. Em 1920, o Instituto Psicanalítico de Berlim, criado por Eitington, tornou-se a maior instituição de formação de psicanalistas do mundo. Ele era adepto da necessidade de um controle vigilante da instituição psicanalítica:

Por meio de notas detalhadas, que os estudantes devem redigir, acompanhamos intimamente as análises e podemos detectar facilmente uma multidão de erros devidos a uma concepção errônea do objetivo e do método e a uma atitude demasiado rígida em relação às teorias e aos resultados da análise. [...] Protegemos os pacientes confiados aos iniciantes pelo controle que exercemos sobre seu tratamento e estando sempre prontos a retirar o caso do estudante para continuarmos nós mesmos o tratamento (Eitington, 1920-1922/1977).

O tripé análise didata – supervisão – estudo teórico era uma exigência inegociável e essa institucionalização sugeria a “[...] autorização de realizar tratamentos supervisionados e a validação dessas supervisões permaneciam prerrogativa da instituição, lugar de sua responsabilidade e garantia” (Tardits, 2012, p. 94). O candidato à analista da Policlínica de Berlim precisava fazer relatórios detalhados endereçados ao diretor (Eitington), que exercia sua responsabilidade de “controle vigilante”. Ele ressaltou sua tarefa de detectar a multidão de erros que um analista inexperiente comete. Ele entende, inclusive, que poderia retirar um caso de um candidato e prosseguir ele mesmo o tratamento psicanalítico (Tardits, 2012).

A IPA se apropria do termo ‘supervisão’ em 1925, quando decide incluí-la como prática obrigatória na formação psicanalítica. Ela seria conduzida por um psicanalista; o candidato encontrar-se-ia em análise didática e concordaria em ser supervisionado (prestar contas da sua psicanálise a outro psicanalista reconhecido – o supervisor). O supervisor faria, então, uma análise da contratransferência do supervisionando e da forma como se passa a própria análise do paciente (Roudinesco; Plon, 1998, p. 746). A finalidade da supervisão era fornecer uma formação técnica aos jovens analistas e ao mesmo tempo proteger o paciente dos possíveis deslizes que o mesmo poderia produzir. Obedecer à regra era uma finalidade em si, uma exigência que se sustentava sob a primazia de uma lógica de escolarização e hierarquia.

Dentro da própria IPA, foram surgindo divergências fundamentais que marcaram a separação de diferentes grupos. De acordo com Mannoni (1992), a posição do grupo húngaro era de analisar preferencialmente a contratransferência do candidato e essa prática seria realizada pela mesma pessoa responsável pela análise didata do candidato; para o Instituto de Berlim, na supervisão-controle, o supervisor é responsável pelo paciente, exercendo uma função vigilante. Para a escola inglesa, que incluía Donald

Winnicott, Massud Khan e os grupos da *Self Psychology* um dos objetivos da supervisão também era controlar os efeitos da contratransferência (Silva, 2019, p. 80).

Assim, a supervisão ficou restrita a uma certa obrigatoriedade que pouco tinha relação com a formação do analista propriamente dita, sendo desconsiderada, em sua prática, inclusive a escolha transferencial, tão cara à psicanálise. Se a IPA tinha como interesse zelar pela correta aplicação da psicanálise, esse modelo a contrariava por si só, uma vez que Freud havia afirmado (conforme mostrado acima), que as duas dimensões das quais não se poderia abrir mão na prática psicanalítica era justamente a transferência e a resistência.

É importante destacar que no ano de 1919 [1918], Freud escreveu o texto “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades⁹”, no qual discorre sobre os aspectos relativos à conveniência do ensino da psicanálise nas universidades. Ele adverte que o psicanalista poderia prescindir da universidade para adquirir seus conhecimentos em matéria de teoria, ele poderia obtê-los por meio de literatura especializada, de encontros científicos das sociedades psicanalíticas e do contato com membros mais experientes dessas sociedades (este último nos remete à ideia de supervisão, aos moldes propostos pela IPA). Para além da questão da teoria, ele destaca o ponto da experiência prática. Em suas palavras: “[...] no que diz respeito à experiência prática, além do que se adquire com sua própria análise pessoal, pode consegui-la ao levar a cabo os tratamentos, uma vez que consiga supervisão¹⁰ e orientação de psicanalistas reconhecidos” (Freud, 1919 [1918]/2006, p. 187). Aqui Freud reforça aquilo que ficou conhecido como o tripé da formação do psicanalista.

⁹ O título original desse trabalho no húngaro é uma interrogação (Kell-e az egyetemen a psychoanalyst tanitan?) que traz à tona a conotação de dúvida sobre a pertinência do ensino da psicanálise nas universidades.

¹⁰ Freud utiliza o termo alemão *Kontrollanalyse*, ou seja, análise de controle.

Nesse mesmo texto, Freud também expõe que o estudo clássico e dogmático da psiquiatria da época era falho e deficiente pois não se interessava pelos problemas mais profundos da mente. Eram meramente descritivos, o que não fornecia a menor compreensão dos fatos observados. Ele destaca que a aplicação do método psicanalítico não é restrito aos médicos, mas aberto à “[...] solução de problemas da arte, da filosofia e da religião. Nessa direção já produziu diversos novos pontos de vista e deu valiosos esclarecimentos a temas como a história da literatura, a mitologia, a história das civilizações e a filosofia da religião” (Freud, 1919 [1918]/2006, p. 188).

Os efeitos da psicanálise sobre essas outras disciplinas geraria uma ligação mais estreita entre a ciência médica, a filosofia e as artes. Por fim, ele marca que o ensino na universidade seria possível por meio da exposição de aulas teóricas, de maneira dogmática e crítica, mas que isso seria restrito no que tange a experiência e demonstrações práticas. Seria necessário um esforço a mais para aliar a pesquisa teórica à experiência clínica, que ele sugere ser feita por meio do “[...] acesso a um departamento hospitalar de clientes externos, que suprisse o material necessário, no que diz respeito a pacientes ‘neuróticos’. Para a psiquiatria psicanalítica, seria preciso haver também disponibilidade de um departamento de pacientes mentais internos” (Freud, 1919 [1918]/2006, p. 189). Ele adverte, pois, sobre a necessidade do saber advindo do caso clínico na transmissão da psicanálise. Ao final do texto, ressaltando o ponto da experiência clínica, ele faz uma comparação entre a formação do psicanalista e a de um cirurgião:

Devemos considerar, por último, a objeção de que, seguindo essa orientação, o estudante de medicina jamais aprenderia a psicanálise propriamente dita. Isso, de fato, é procedente, se temos em mente a verdadeira prática da psicanálise. Mas, para os objetivos que temos em vista, será suficiente que ele aprenda algo *sobre*

psicanálise e que aprenda algo *a partir* da psicanálise. Afinal de contas, a formação universitária não equipa o estudante de medicina para ser um hábil cirurgião; e ninguém que escolha a cirurgia como profissão pode evitar uma formação adicional, sob a forma de vários anos de trabalho no departamento cirúrgico de um hospital (Freud, 1919 [1918]/2006, p. 189, grifo do autor).

Em 1926, no texto “A questão da análise leiga”, Freud cita expressamente a supervisão em uma discussão sobre as relações da medicina com a psicanálise. Ele afirma que um médico

[...] jovem com menos de trinta anos de idade jamais gozará da confiança dos seus pacientes, a qual é um *sine qua non* para proporcionar assistência mental. Sem dúvida talvez se dissesse como resposta que um médico recém-saído da faculdade e que se dedique a doenças físicas não pode esperar ser tratado pelos seus pacientes também com grande respeito e que um jovem analista poderia muito bem preencher seu tempo trabalhando numa clínica psicanalítica para pacientes externos sob a *supervisão de profissionais experimentados* (Freud, 1926/2006, p. 236).

Nessa passagem, Freud demarca claramente a possibilidade da busca de supervisores mais experientes por psicanalistas iniciantes. Ele também afirma nesse mesmo texto que apenas o estudo teórico jamais seria suficiente para o emprego prático da psicanálise. E ressalta que

[...] se os representantes das várias ciências mentais devem estudar a psicanálise a fim de ser capazes de aplicar seus métodos e ângulos de abordagem ao seu próprio material, não lhes será suficiente parar de repente nos achados que são formulados na literatura analítica. Eles devem aprender a análise da única maneira possível – submetendo-se eles próprios a uma análise (Freud, 1926/2006, p. 238).

Ainda em 1926, Freud, ao se questionar sobre a aplicação da psicanálise pelos médicos e pela inserção ou não da psicanálise no currículo dos cursos de medicina, se posiciona afirmando que “a experiência de um analista está em outro mundo, com outros fenômenos e outras leis” (Freud, 1926/2006, p. 237) e que é “[...] somente com os neuróticos que será possível aos analistas didatas – sob cuidadosa supervisão – ser educados para a sua atividade não-médica subsequente. Tudo isso, contudo, requer certa dose de liberdade de movimento, não sendo compatível com restrições mesquinhas”.

Aqui, destaca-se o alerta da “cuidadosa supervisão” feita por Freud, que não se direciona a um controle rígido, restrito e mesquinho, mas sim, na permissão de uma prática com certa liberdade de movimento. Essa frase nos leva a crer que Freud defendia uma prática de supervisão muito distante da lógica proposta pelos pós freudianos que passaram a conduzir a IPA, uma prática de controle imaginariamente garantidora de uma certeza. É justamente o oposto disso que Freud propõe nessa citação. Temos então, em Freud, dois movimentos sobre a supervisão: primeiramente, aquele o qual o candidato é supervisionado por analistas mais experientes ao iniciar sua prática; e em seguida, que o analista obtém sua qualificação da própria formação, o que exigiria dele um grau de liberdade.

Esse grau de liberdade fica evidente no texto do psicanalista Siegfried Bernfeld, *De la formation analytique* (1952), no qual ele relata a atitude de Freud quando ele o procura com a intenção de se estabelecer em Viena como analista praticante. Freud diz: “[...] vá em frente. Você certamente encontrará certas dificuldades. Chegará a hora de descobrir como podemos consertar, você vai conhecê-los¹¹.”

¹¹ “Allez-y. Vous vous heurterez sans doute à certaines difficultés. Il sera bien temps de savoir comment nous pouvons y remédier vous les rencontrerez.” [tradução nossa].

O psicanalista Eduardo Vidal (2016) assinala que no texto de 1919, Freud marca uma diferença entre ensino e transmissão. A transmissão é caracterizada pela experiência analítica “[...] sem a qual nada se apreende da implicação de cada um no seu sintoma e da qual o praticante extrai a convicção da existência do inconsciente e de seu modo específico de operar no sujeito” (Vidal, 2016, p. 41). Rompendo com a tradição do ensino e aprendizagem efetivada pelos supostos detentores do saber, a psicanálise, ao contrário, nasce da ruptura dessa tradição, já que se funda justamente nesse saber que não se “didatiza”, a não ser em uma experiência que não se garante por critérios pré-estabelecidos (Safouan, Julien, Hoffman, 1996).

Assim, uma formação sem possibilidade de escolha do analista ou do supervisor, que dispensa a dimensão transferencial, sem a autorização subjetiva do início da prática como analista retrataria a evitação da responsabilidade e do risco, bem como do desejo. Hanns Sachs, o primeiro didata logo percebeu que era muito difícil analisar e, ao mesmo tempo, supervisionar o trabalho terapêutico de seus analisandos, além de discutir teoria e técnica com eles. Ele percebe que o supervisor não poderia ser o mesmo que o analista didata.

Alguns anos após as primeiras dissidências dentro da IPA e dos grupos fundados a partir das discordâncias, três grandes escolas se organizaram: a) a escola inglesa, cujos membros eram discípulos de Karl Abraham; b) a psicologia do ego, fundada a partir da difusão da psicanálise em terras americanas liderada por Anna Freud e outros membros do grupo vienense; e c) a escola francesa, decorrente do movimento lacaniano (Mannoni, 1992).

Nessa tese, veremos como se deu o movimento lacaniano desde a “ex-comunhão” de Lacan da IPA. Esse movimento faz com que o psicanalista francês inaugure uma nova forma de se conceber a supervisão, diferente do modelo rígido proposto pela IPA. São

justamente suas formulações sobre a supervisão que servirão de guia para a escrita dessa tese.

3.3 A crítica de Jacques Lacan

No ano de 1956, na ocasião do centenário do nascimento de Freud, o psicanalista francês Jacques Lacan publica em *Les Études Philosophiques* o texto “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956” (Lacan, 1956/1998) no qual elabora algumas críticas ao modelo de instituição como a IPA. Nesse texto, ele afirma que deve-se pensar mais na situação da psicanálise que na dos psicanalistas. “Pois, se pudermos definir ironicamente a psicanálise como o tratamento que se espera de um psicanalista, é justamente a primeira, no entanto que decide sobre a qualidade do segundo” (Lacan, 1956/1998, p. 462). Ou seja, são os preceitos da psicanálise que importam e que definem o que é um psicanalista e não o contrário.

Ele retoma as duas noções freudianas ressaltadas em 1914 como definidoras do que sejam práticas estritamente psicanalíticas: aquelas que consideram a transferência e a resistência. A transferência

[...] persiste com a força de adesão de um consentimento comum, identificado com um sentimento ou uma constelação de sentimentos experimentados pelo paciente – muito embora, ao defini-la simplesmente pelo efeito de reprodução relativo à análise, resulte em que o que nela é mais claro deva passar despercebido para o sujeito (Lacan, 1956/1998, p. 463).

E ele completa que para saber o que é a transferência, é necessário saber o que se passa na análise, ou seja, saber o que se passa no âmbito da experiência clínica. Para saber o que se passa na análise, é preciso saber de onde vem a fala e para saber o que é a

resistência, é preciso saber o que encobre o advento da fala. E isso é, segundo Lacan (1956/1998) uma interposição imaginária que “[...] ultrapassa a individualidade do sujeito, na medida em que estrutura sua individualização especificada na relação dual” (Lacan, 1956/1998, p. 464). No que tange à resistência, ele afirma que, para Freud, ela não poderia prestar-se a equívocos ao alinhar os acontecimentos mais acidentais da vida do sujeito, “[...] conforme o obstáculo que eles criem para a análise, nem que seja apenas por criar empecilhos a sua presença física” (Lacan, 1956/1998, p. 463).

Lacan destaca também que a investigação analítica exige uma formação que reserve à linguagem seu papel substancial. Mas nenhum dos institutos decorrentes de uma afiliação que se apoia no nome de Freud, jamais se preocupou com esse papel (Lacan, 1956/1998, p. 476). Quando foi fundada a IPA, Freud buscava “[...] assegurar a manutenção de seu pensamento na íntegra, mesmo quando ele já não estivesse presente para defendê-lo” (Lacan, 1956/1998, p. 476), o que não ocorreu.

Ele chama atenção para o fato de que alguns anos após a fundação da IPA, Freud tenha escrito “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), no qual analisa instituições como a igreja e o exército e os mecanismos que fazem com que um sujeito participe de um grupo. Nesse contexto, Freud marca a questão da identificação do eu com o objeto ideal, sustentada na imagem de um líder.

Atento mais precocemente a esses efeitos, Freud sem dúvida se interrogou sobre a margem deixada ao predomínio da função do *boss* ou do chefe numa organização que, para sustentar sua própria fala, decerto podia, como seus modelos, equilibrar-se num recurso ao vínculo simbólico, isto é numa tradição ou numa disciplina, mas não de modo equivalente, já que a tradição e disciplina davam-se ali como objeto questionar-lhes o princípio, juntamente com a relação do homem com a fala. Na verdade, trata-se aí de nada menos que o problema das

relações do eu com a verdade. Pois é à estrutura do eu, em sua máxima generalidade, que se reduz esse efeito de identificação imaginária (Lacan, 1956/1998, p. 478).

O analista didata estaria, ficcionalmente, na posição do objeto ideal, sublime e precioso, em uma relação sustentada por uma configuração imaginária. Ora, se pensarmos na lógica própria da supervisão, tal como proposta por Freud e Lacan, estaríamos numa direção oposta: o supervisor seria aquele que permite ao analista, frente ao caso clínico, verificar seu desejo de analista e, para isso, a essência da supervisão estaria no questionamento do analista como identificado à figura ideal. Safouan, Julien e Hoffman (1996) afirmam que

[...] vemos a característica de uma sociedade de psicanalistas tal qual a concebe Lacan: dispensar toda prescrição em seu funcionamento, para se limitar a tirar o que os fatos produzem como consequências. Apesar de tudo, um analista é um homem que passa sua vida, se posso dizer assim, a escavar cada vez mais e a abordar sob diversos ângulos o que eu chamaria facilmente, como Lacan, de seu “des-ser”, se entendermos por aí uma existência em que as identificações são reduzidas ao mínimo que define suas responsabilidades, e em que ele não se identifica com essas mesmas identificações – o que, entre outras coisas, coloca-o ao abrigo não digo das paixões, mas de participar das paixões coletivas, em que paira geralmente o entendimento dos agrupamentos humanos (Safouan, Julien, Hoffman, 1996, p. 38).

Lacan utiliza, ainda em 1956, alguns termos metafóricos que representam a crítica ao modelo de instituição representado pela IPA e à relação entre o analista didata e os candidatos em formação: a Suficiência e os Sapatinhos Apertados. A Suficiência (ou seja, os didatas), “[...] encontra-se para além de qualquer comprovação. Não tem que bastar

para nada, já que basta a si mesma” (Lacan, 1956/1998, p. 478) e se constitui como elemento de identificação para os que anseiam tornar-se analistas. Ele afirma que quando as Suficiências se constituem como Sociedade, a partir de uma escolha cooptativa, aparece a ideia de classe “[...] que só pode aparecer naquela em que se exerce sua escolha envolvendo-a numa certa oposição à delas” (Lacan, 1956/1998, p. 479). Lacan faz, então, uma análise seguindo sua crítica aos analistas ditadas conforme modelo imposto pela IPA:

A oposição da insuficiência, sugerida por um formalismo puro, é dialeticamente insustentável. A mais ínfima premissa da suficiência ejeta de seu campo a insuficiência, porém, do mesmo modo, a ideia da insuficiência como uma categoria do ser exclui radicalmente de todas as outras a Suficiência. É uma ou outra, incompativelmente (Lacan, 1956/1998, p. 479).

A lógica proposta pela IPA não admite qualquer possibilidade de crítica, tornando-se uma verdade suficientemente única, na qual uma ideia de completude vigora. A Suficiência é a detentora do saber. Já os “sapatinhos apertados” (os candidatos em formação) estão sempre com os sapatos apertados, mas acostumados com esse incômodo e “manifestam a insuficiência velada de sua oposição à Suficiência” (Lacan, 1956/1998, p. 479). Submetem-se de forma servil ao modelo imposto, sem questionamentos e sem indignações.

Entre as Suficiências e os Sapatinhos Apertados impera um silêncio soberano. E Lacan questiona: o que os Sapatinhos Apertados poderiam dizer? Poderiam, eles, fazer perguntas e questionamentos? E responde ele mesmo: não, eles não podem fazer nada disso. E nos aponta as razões. A primeira razão é que eles são analisandos e como tal, não fazem perguntas. A segunda é que é impossível nesta comunidade fazer uma pergunta sensata, o que seria “[...]o topete monumental da criança para quem o Rei está nu¹², para

¹² Aqui Lacan faz uma alusão ao famoso conto “A roupa nova do rei”, de Hans Christian Andersen, no qual um bandido, fingindo ser um alfaiate, oferece fazer ao rei uma roupa invisível que somente os inteligentes

tecer um comentário sobre isso – único sésamo, entretanto, capaz de permitir que ali se inicie uma conversa” (Lacan, 1956/1998, p. 480). Questionar seria a desnudação do rei por uma criança.

Lacan aponta que as Suficiências também não precisam falar, pois bastam a si mesmas e se sustentam no silêncio dos Sapatinhos Apertados. As Suficiências regulamentam a entrada dos Sapatinhos Apertados e essa falha no sistema de triagem dos sujeitos, segundo Lacan, conjuga-se com a insonoridade que se opõe à fala, que gera alguns resultados paradoxais. O primeiro diz respeito à crítica que ele faz ao modelo de docência, matérias de ficção, “[...] nada se encontrando ali de positivo senão um ensino médico que, por não passar de repeteco, é do ensino público uma cópia supérflua, o que é de admirar que seja tolerado” (Lacan, 1956/1998, p. 485). O segundo remete a política de silêncio tenaz, cujo analfabetismo teria sucesso.

Lacan ressalta, ainda, que ao escutar da boca dos Sapatinhos Apertados o benefício que eles haviam tirado de sua análise pessoal e ao analisar as homenagens feitas por eles a seus analistas didatas, concluiu tratar-se de uma “desintelectualização”. A demissão da fala no espaço institucional, é uma tentativa de garantia que esbarra em um ponto fundamental para Lacan. Além disso, “não há campo em que alguém se exponha mais totalmente do que falar da análise” (Lacan, 1956/1998, p. 485).

Ao final deste texto, ele afirma:

Simplesmente quisemos sustentar que, para operar corretamente nos efeitos que a análise distingue no homem como sintomas, e que, por se prolongarem tão

poderiam ver. Adquiriu os tesouros do rei para costurar a famosa veste, guardou-os e fingiu tecer a veste invisível de maneira performática. Todos os nobres que passavam para ver o trabalho do alfaiate alegavam ver o tecido, para não parecerem estúpidos. Passado algum tempo, o rei decide ver o resultado do trabalho e exclama como as vestes são maravilhosas. Apesar de não ver nada, não poderia ele, como rei, demonstrar que não era provido da inteligência daqueles que poderiam ver a roupa. E assim os outros nobres também fizeram, soltando falsos suspiros de admiração, para não admitir que eram incompetentes ou incapazes. O rei decide desfilar com a veste invisível e uma criança que se encontrava no público grita: O rei está nu! Essa manifestação causa inúmeros burburinhos e todos percebem a tolice que estavam vivendo, a partir da fala sincera e honesta de uma criança.

diretamente em seu destino, ou mesmo em sua vocação, parecem cair junto com eles sob o mesmo corte – o da linguagem – decerto é preferível não permanecer completamente iletrado; ou mais modestamente, sustentar que nem todo erro possível deve ser afastado do esforço que se faria para estar empenhado nisso (Lacan, 1956/1998, p. 488).

Ele assinala o uso que é feito dos conceitos freudianos pelas instituições psicanalíticas, comparando-o com a confusão de Babel. Lacan, no anexo ao texto de 1956, ressalta que Freud se preocupava com a transmissão de sua doutrina e que a organização de uma comunidade não lhe parecia garantir a fiel transmissão de seu ensino. Ele se preocupava com as simplificações psicologizantes contra as quais a experiência o advertia do contrário (Lacan, 1956/1998, p. 491).

Talvez, a crítica mais contundente de Lacan seja contra a corrente divulgada no círculo dos didatas de que a finalidade da análise era a identificação com o eu do analista, tomado como modelo. Ele então assinala justamente o contrário, ou seja, que a

[...] estranheza dos efeitos inconscientes, pela qual se reduz a pretensão à autonomia na qual o eu faz seu ideal; nada, tampouco, é mais contrário ao benefício que se espera dessa experiência, qual seja, o restabelecimento que nela se opera, para o sujeito, do significante que motiva esses efeitos, procedendo de uma mediação que justamente denuncia o que, pela repetição, precipita-se no modelo (Lacan, 1956/1998, p. 492).

Além disso, pelo simples fato de as metas da formação serem postas como ‘formuladas’, isso por si só introduzia uma lógica de autoridade, que justificava o termo Suficiência. A conquista de novas fronteiras pela psicanálise, uma extraterritorialidade, seguindo um modelo universitário de ensino teórico contradiz o proposto por Freud em 1919. Trata-se do que Lacan chamou de “matérias de ficção”, ou seja, uma transmissão

conteudista. Lacan chama essas condutas de ignorância crassa, “aquela cuja espessura nunca foi sequer roçada pelo arado de uma crítica de suas origens” (Lacan, 1956/1998, p. 493). Além do mais, os efeitos de identificação imaginária e a suficiência encarnada não favorecem a discussão, o que seria essencial para o progresso científico, segundo Lacan. São, segundo a analogia de Lacan, cães fiéis aos seus homens tirânicos.

Por fim, cabe lembrar a afirmação de Hanns Sachs (citado por Safouan, Julien e Hoffman, 1996, p. 16) segundo a qual “onde há organização, a pesquisa padece”. Segundo ele, toda organização propende à perpetuação de sua própria existência. Ela é, portanto, conservadora, ou melhor, autoconservadora.

3.4 A fundação da Escola Freudiana de Paris

Após suas inúmeras críticas ao modelo imposto pela IPA, em 1963, Lacan passou pelo processo a que chamou de “ex-comunhão” da instituição e acabou por fundar sua escola, a Escola Freudiana de Paris, sistematizada em 1964 no texto “Ato de Fundação” publicado nos *Outros Escritos* (2003). Seu intuito era restaurar a sega cortante da verdade do campo aberto por Freud para que “[...] reconduza a práxis original que ele instituiu sob o nome de psicanálise” (Lacan, 1964/2003, p. 235) e que também favoreça uma crítica frequente e denuncie os desvios que degradam o emprego da psicanálise. Lacan marca, logo de início que sua iniciativa da escola é indissociável de uma formação e que seriam bem vindos para compor com ele essa nova escola aqueles que ele mesmo formou, mas também todos aqueles que pudessem contribuir para introduzir o que ele chamou de o “bem-fundado da experiência”.

Tardits (2012) ressalta que Lacan desregulamenta a psicanálise, mas não a desinstitucionaliza. Aqueles que se juntassem a Lacan nessa nova proposta deveriam cumprir uma tarefa sujeita a um controle interno e externo. Lembramos que “contrôle” no francês também é um termo usado para designar supervisão. Essa questão etimológica será discutida adiante. Ainda sobre o controle/supervisão, Lacan ressalta que “[...] toda e qualquer iniciativa pessoal recolocará seu autor nas condições de crítica e de controle nas quais todo trabalho a ser empreendido será submetido à Escola” (Lacan, 1964/2003, p. 236). Essa lógica não se submeteria a uma hierarquia vertical, mas funcionaria em uma “[...] organização circular cujo funcionamento [...] se firmará na experiência” (Lacan, 1964/2003, p. 236). Esse ponto já marca uma ruptura radical e uma contraposição forte aos princípios da IPA baseados em uma lógica hierárquica rígida, que Lacan criticou, conforme foi visto no tópico anterior.

Na Escola, seriam constituídas três seções:

a) Seção de psicanálise pura

Essa seção se destinaria à práxis e doutrina da psicanálise. Lacan possibilita inclusive o debate entre pessoas com experiência e candidatos em formação, rompendo mais uma vez com o modelo imposto pela IPA. A razão da fundação dessa seção se justifica nas exigências profissionais que convocam o analisante em formação a assumir responsabilidades, por menos analíticas que possa ser. É aí que Lacan insere a questão da supervisão:

É no interior desse problema e como um caso em particular que deve situar-se o problema da entrada em supervisão. Prelúdio para que se defina esse caso com base em critérios outros que não a impressão de todos e o preconceito de cada um. Pois sabemos que essa é atualmente sua única lei, ao passo que a violação da regra

implicada na observância de suas formas é permanente (Lacan, 1964/2003, p. 236).

A supervisão deveria ser, então, assegurada pela Escola, ao praticante em formação. Além da supervisão ele marca a necessidade dos estudos teóricos, dividindo essa seção em três subseções, a saber: 1) Doutrina da psicanálise pura; 2) Crítica interna de sua práxis como formação; 3) Supervisão dos psicanalistas em formação. O recrutamento dos membros não se deteria na qualificação médica, uma vez que, para Lacan, a psicanálise não é uma técnica mecânica.

b) Seção de psicanálise aplicada

Essa seção significa, para Lacan, terapêutica e clínica médica e seria constituída por médicos analisados ou não, desde que possam contribuir para a experiência psicanalítica (“pela crítica de suas indicações em seus resultados; pela experimentação dos termos categóricos e das estruturas que introduzi como sustentando a linha direta da práxis freudiana – isso no exame clínico, nas definições nosográficas e na própria formulação dos projetos terapêuticos” (Lacan, 1964/2003, p. 237)). Dessa seção, teriam, então, três subseções: 1) Doutrina do tratamento e de suas variações; 2) Casuística e 3) Informação psiquiátrica e prospecção médica.

c) Seção de recenseamento do campo freudiano

Essa seção teria como função realizar o levantamento e a censura crítica das publicações feitas pelo campo. Será responsável pela destinação do fundo financeiro da escola, tendo como prioridade os esforços de publicação. Essa seção seria subdividida em: 1) Comentário contínuo do movimento psicanalítico; 2) Articulação com as ciências afins; 3) Ética da psicanálise, que é a práxis de sua teoria.

Na nota anexa ao texto de 1964, datada de 1971, Lacan reforça algumas questões importantes para a escola que havia fundado. Serão destacadas aqui algumas delas.

Inicialmente, que o analisante seja livre para escolher seu analista, diferentemente do que era imposto pela IPA. Aqueles que desejam empreender uma psicanálise didática, que a façam por sua iniciativa e risco. Segundo, que a candidatura à Escola seja pautada por objetivos de trabalho que serão considerados na seleção, ou seja, Lacan invoca o ponto da responsabilidade, da transferência e do desejo para os candidatos à formação. Terceiro, que a psicanálise “[...] constitui-se como didática pelo querer do sujeito, e que ele deve ser advertido de que a análise contestará esse querer, na medida mesma da aproximação do desejo que ele encerra” (Lacan, 1971/2003, p. 240). Quarto, que o ensino da psicanálise só pode ser transmitido de um sujeito a outro por meio de uma transferência de trabalho. E quinto, que

[...] a psicanálise tenha efeitos sobre toda e qualquer prática do sujeito que nela se engaja. Quando essa prática provém, por pouco que seja, de efeitos psicanalíticos, ele se descobre a gerá-los no lugar em que se espera que os reconheça. Como não ver que a supervisão se impõe desde o momento desses efeitos, antes de mais nada para proteger aquele que aí comparece na posição de paciente? Acha-se em jogo nisso algo de uma responsabilidade que a realidade impõe ao sujeito, quando praticante, que ele assuma por seu próprio risco (Lacan, 1971/2003, p. 241).

As manifestações do inconsciente e do desejo são de tal magnitude que enlaça e tem efeitos naqueles que os escutam. O “praticante” tem responsabilidades aí, e isso impõe que ele também se faça escutar. Assim, a supervisão se impõe como um efeito da escuta; não é preciso impô-la.

No Preâmbulo desse texto, escrito em 1977/2003, Lacan assinala que a Escola Freudiana de Paris afirma-se antes de tudo freudiana e que a escola pretende oferecer um espaço de crítica, mas também de abertura à experiência.

Para Lacan, o psicanalista não deve se incomodar muito com a opinião sobre sua insuficiência. Diferentemente da lógica da IPA, criticada por Lacan, é na insuficiência que a psicanálise se sustenta. E mais, a problemática do desejo não pode ser evitada quando se trata do próprio psicanalista, ou do desejo do analista. A supervisão, portanto, é sustentada por esse desejo. “Isso é da alçada tão-somente daqueles que, psicanalistas ou não, interessam-se pela psicanálise em ato. É para eles que se abre a Escola, para que eles ponham à prova seu interesse, não lhes sendo proibido elaborar sua lógica” (Lacan, 1977/2003, p. 246).

3.5 Controle ou supervisão?

Historicamente, a primeira menção à prática da supervisão em Freud, aparece no texto “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades” (1919/2006). Na versão original em alemão, Freud usa o termo *Kontrollanalyse*, que pode ser traduzido como ‘análise de controle’. Muito se discute sobre a melhor tradução deste termo. Ferenczi, que traduziu o texto de 1919 para o húngaro, utilizou o termo “controle”. Na tradução inglesa, normalmente utiliza-se o termo *supervision*. Na versão em espanhol, encontra-se o termo *análisis de control*, mas também pode ser encontrado o termo *supervisión*. Na tradução para o português, seguindo a linha da tradução do inglês, encontramos o termo supervisão. No francês, o termo que normalmente se usa é ‘*contrôle*’. Roudinesco e Plon (1998) destacam que

A palavra “controle” impôs-se em alemão, inicialmente, e, mais tarde, em francês e em espanhol, sob a influência de Jacques Lacan, ao passo que o termo supervisão se impôs nos países anglófonos e nas sociedades psicanalíticas pertencentes à IPA, onde substituiu a palavra alemã (p. 746).

De acordo com Silva (2019), essa diferença terminológica não ocorreu apenas por uma escolha linguística. Há uma diferença relacionada aos caminhos e rumos que a psicanálise tomou nos países em que fora disseminada, uma vez que controlar e supervisionar são termos extremamente diferentes, longe de serem sinônimos. O termo ‘supervisão’ traria uma noção de ‘super-visão’, ou seja, de uma visão superior, o supervisor seria aquele que tem uma visão que o supervisionado não tem, o que implica numa lógica do supervisor como detentor de um saber prévio. A etimologia da palavra ‘super’ se refere à ‘sobre’, ‘acima de’. Destaca-se que é justamente essa a crítica de Lacan com relação a IPA e que ele faz questão de ressaltar, conforme visto acima. Já o termo controle (*Kontroll* no alemão) se refere a ideia de conduzir e/ou dominar. Nota-se que por volta de 1960, a IPA adota o termo ‘supervisão’, suprimindo o termo ‘controle’. Lacan prefere e resgata o termo “*contrôle*”, que passa a ser adotado pelos psicanalistas de orientação lacaniana na França.

Tardits (2012) realça que o termo supervisão já tinha substituído o termo controle na IPA quando Lacan perpetuou este último nome. Seria para marcar uma diferença, um propósito de subversão?

O termo inglês *control*, tal como os termos francês e alemão, coloca a ênfase na ideia de dirigir e dominar, ao passo que a palavra *supervision* remete a uma atitude não diretiva, inspirada nos métodos da terapia de grupo. Há, pois, uma diferença entre a terminologia lacaniana (que reintegra na análise de controle um certo dirigismo interpretativo, a ponto de fazer dela uma espécie de segunda análise) e a terminologia adotada pela IPA (que presume que a supervisão não é da mesma natureza da análise pessoal ou da análise didática) (Roudinesco; Plon, 1998, pp. 746-747).

O termo ‘controle’, segundo Vidal (2016), “[...] evoca o exercício de um poder que se manifesta tanto como domínio quanto como fiscalização” (p. 41). Porém, se analisarmos a etimologia do termo, veremos que ‘controle’ vem do latim medieval¹³ *contrarotulus*, ou seja *contra* seguido de *rotulus* (diminutivo de rota ou roda). O *contrarotulus* é uma técnica de origem medieval de se verificar contas. Da origem francesa, ‘contrôle’ remete à *contre* (contra) seguido de *rolle* (ou seja, lista, rol). Podemos pensar então, em “contra-lista”, “contra-rol”. O termo *rolle* se deriva de *rouleau*, que remete a ideia de uma banda de papel enrolada em um cilindro na qual se escreve (Vidal, 2016). A preposição *contre* antes do *rolle* denota a ideia de “[...] um registro para verificar outro registro [...]”. A partir da função de verificação, o termo, por metonímia, passa a significar todo ato de verificação. Por extensão, tem o sentido de vigiar” (Vidal, 2016, p. 42). Há também a influência do termo *control* do inglês que traz a ideia de exercício do domínio de alguém ou de si próprio.

Lacan faz um uso muito específico do termo, citando claramente o controle (supervisão) em diversos pontos de sua obra, como será visto adiante. Em 1953/1998, afirma que os ingleses vantajosamente substituíram o termo “controle”, que ele considera sinistro, por *supervision*. No entanto, paradoxalmente, na ocasião da Conferência na Universidade de Columbia em 1975, ele alega que faz supervisões, mas que não sabe porque nomeiam esta prática com esse termo. Discordando da terminologia adotada pela língua inglesa, afirma que não se trata de uma supervisão, mas sim de uma “superaudição”. Quer dizer, uma audição qualificada, aumentada.

Aqui, podemos recordar o que Lacan faz ressoar sobre a dimensão do dizer que abriga um dito esquecido por trás do que se ouve em *O aturdito* (1973/2003): “que se diga fica esquecido por trás do que se diz no que se ouve” (p. 448). Essa citação nos

¹³ Tradução encontrada em: <https://pt.wiktionary.org/wiki/controle>.

coloca a pensar que a supervisão está ainda mais no registro do que se ouve do que no registro do que se vê, por isso, ela é uma experiência de um dizer sobre os efeitos de uma prática. Ainda nessa linha, retomemos a seguinte citação lacaniana:

Ocorre que eu faço o que chamam supervisões. Não sei porque chamam isso de supervisões. Isso é uma superaudição. Quero dizer que é muito surpreendente que se possa, ao ouvir o que nos conta um praticante - surpreendente que através disso que ele disse se possa ter uma representação deste que está em análise, que é analisante. Esta é uma nova dimensão (Lacan, 1975/2016, p. 67).

Aqui aparece o termo dimensão (“*dit-mension*”), dito-menção, ou seja, “o lugar onde repousa um dito”. Ele afirma que esse é o lugar da análise. E também é o lugar da supervisão, o lugar da circulação da palavra, da fala, do dito endereçado ao supervisor, a partir de uma relação transferencial, onde algo se transmite. Na sequência, ele se refere à análise como um “*par-dit*”, ou seja, por-dito ou pelo-dito. Esse significante utilizado por ele se assemelha por homofonia ao “*partie*”, ou seja, partida, jogo. “Uma partida entre alguém que fala, mas que está advertido de que seu papo-furado tem importância” (Lacan, 1975/2016, p. 72).

Ainda nessa ocasião, Lacan questiona a utilização do termo “contrôle” utilizado por ele próprio: “Algumas vezes tenho que responder a casos, como aquele dessa famosa supervisão de que falei a pouco que, mais simplesmente, chamamos em francês controle (o que não quer dizer, bem entendido, que nós acreditamos controlar nada)” (Lacan, 1975/2016, p. 73).

Silva (2019) destaca que nos países de língua espanhola e francesa há uma distinção comumente feita entre controle e supervisão. O termo supervisão é usado normalmente em práticas institucionais (de saúde mental ou outras), quando o apelo à psicanálise se dirige à resolução de um caso difícil ou de alta complexidade. O termo

controle, por sua vez, é usado em contextos particulares em que um analista ou praticante submete sua prática a outro analista (supervisor). Nesse contexto,

[...] não se trata somente de resolver um caso à luz dos instrumentos teóricos, mas também de questionar a posição do analista em sua relação aos princípios da psicanálise. Controle e supervisão se entrelaçam, uma vez que a supervisão pode produzir um efeito de controle no praticante de psicanálise (Silva, 2019, p. 181).

Supomos que essa distinção entre práticas (supervisão e controle) como proposto acima, nos auxiliará na análise a que esta pesquisa se propõe. Além disso, pensamos que toda essa trajetória histórica, teórica e política acerca da institucionalização da psicanálise, isolando o lugar e a função da supervisão em suas vicissitudes e efeitos nos auxilia a situar o objeto de nossa investigação. Conhecer os meandros do poder, do saber e do fazer na supervisão, que parte da escuta do inconsciente, nos mostra que sua realização não é sem consequências para os arranjos institucionais.

A supervisão desloca-se, como vimos, de uma prática intuitiva de Freud para ganhar forma com a criação das escolas como espaços de formação e transmissão, nos inspirando, no campo da assistência social, a pensar nossa própria prática, seu aperfeiçoamento, sua transmissão e sua perpetuidade. Como pensar a formação do trabalhador na assistência social? A entrada por concurso pode oferecer uma base de leitura, mas o fazer cotidiano exige modos e meios de formação permanente e continuada, ainda pouco explorados e formalizados no campo. Na supervisão não apenas um saber-fazer se transmite, como também é ali que o hiato nas instâncias de poder pode abrir condições de mudança.

Diante do exposto, decidimos por destrinchar no próximo capítulo como opera e o que se passa no âmbito da supervisão clínica a fim de, no terceiro capítulo, analisar sua aplicação para o campo da assistência social. Entender as complexidades de um caso, de

um sujeito e de um serviço põe à nu o que muitas vezes é vestido de protocolos, rotinas e insuficiências que, não ditas, retornam, nos sapatinhos apertados, como inadequação, não aderência ao serviço, reincidência – seja do sujeito, seja do técnico, seja da instituição, seja da política pública.

4 A SUPERVISÃO A PARTIR DA ORIENTAÇÃO LACANIANA: do rinoceronte ao *sinthoma*

No capítulo anterior, fizemos um resgate histórico da construção e da instauração da supervisão como uma prática que acaba se impondo ao analista, uma vez que a experiência clínica conduz a ela. Desde Freud, a prática de compartilhar casos com outros colegas era frequente e parecia necessário tanto para Freud, que procurava compreender sua clínica, quanto para os psicanalistas menos experientes, que o buscavam para se orientarem sobre algum impasse clínico. Com a consolidação da IPA, a supervisão passou a ser uma imposição da instituição psicanalítica para garantir a formação de um analista. Tratava-se de uma garantia para a instituição e para o paciente em análise de que o psicanalista não cometeria erros e que seguiria fielmente os preceitos e a técnica psicanalítica. A supervisão fazia parte de um conjunto de regras que, de alguma forma, justificavam a existência da instituição e davam a ela o lugar da formação. Vimos que não era essa, exatamente, a função da supervisão proposta por Freud, mas que ela própria foi desviada de sua original pretensão. Vimos também que Lacan rompe com essa linha da garantia e constitui uma nova forma de se conceber a supervisão, assim como a própria formação do analista. Lacan funda sua própria escola e propõe uma lógica de supervisão que considera a relação transferencial e o desejo do analista.

Um analista se dirige a outro analista a partir de sua prática. De onde surge essa demanda? Qual seu intuito? A que essa busca responde? Essas são questões que guiarão a escrita desse capítulo. Daremos sequência às formulações lacanianas sobre a supervisão, que servirão de norte para tentar responder à pergunta central desta tese. Lacan nos dá elementos para refletir sobre o papel do supervisor e da própria supervisão, seja no campo clínico seja no campo institucional. Portanto, é imprescindível para o objeto dessa tese,

recolher seus achados e escritos. Destes, foi possível extrair para a concepção de supervisão cinco eixos de análise: 1) a relação transferencial; 2) a posição terceira; 3) o lugar encruzilhada; 4) a subjetividade segunda e 5) o lugar da transmissão.

Na sequência, analisaremos um recorte da obra lacaniana no qual o autor localiza dois momentos da supervisão: a) o primeiro momento, no qual Lacan faz uma comparação entre os supervisionandos e o rinoceronte (fazendo alusão à obra *O Rinoceronte*, de Eugène Ionesco); e b) o segundo momento no qual Lacan aposta em tirar proveito do equívoco, que poderia liberar algo do *sinthoma*, e mais, que algo do significante ressoe. A retomada desses pontos serão fundamentais para a reflexão sobre o espaço de supervisão no campo clínico institucional, principalmente no que tange à Política Pública de Assistência Social.

4.1 Formulações lacanianas sobre a supervisão

A supervisão, como vimos, foi proposta como sendo um dos componentes do tripé da formação do psicanalista, juntamente com o estudo teórico e a análise pessoal. A consolidação da instituição psicanalítica, desviou a proposta de Freud transformando-a numa espécie de garantia do exercício da verdadeira psicanálise pelos praticantes, tentando evitar, assim, qualquer possível desvio. A supervisão teria como função, também, garantir ao paciente em análise aquilo pelo que uma instituição deve zelar: a correta aplicação de uma técnica. A supervisão faria parte do conjunto de regras que de alguma forma justificariam a existência da própria instituição psicanalítica: a de ser um lugar de formação e de manutenção da psicanálise na sociedade (Safouan, Julien e Hoffman, 1996). Uma vez localizadas as nuances da constituição da supervisão na

história da psicanálise, iremos recolher da obra lacaniana alguns excertos nos quais uma direção clínica para a supervisão é apontada.

Inicialmente, é interessante notar no relato do supervisionando de Lacan, Houda Aumont, à Elisabeth Roudinesco, o modo como Lacan sustentava essa relação supervisor-supervisionando:

De uma maneira geral, ele sempre evitava transmitir um saber constituído, ele não indicava uma maneira certa de fazer. Buscava compreender como eu funcionava e me obrigava a ser analista descobrindo de certo modo meu ‘estilo’. Ele forçava o outro a não fazer economia de sua singularidade e, ao mesmo tempo, era rigoroso nos princípios. Podia-se tudo fazer e tudo dizer, com a condição de manter com o paciente uma distância simbólica: por exemplo, ele não aceitava que falássemos de nós a um paciente em análise (Roudinesco citada por Safouan, Julien e Hoffman, 1996, p. 53).

Na *Révue Française de Psychanalyse* do ano de 1949, data em que Lacan ainda era membro da IPA, encontramos um relatório da Comissão de Ensino da Sociedade Psicanalítica de Paris, que expõe alguns critérios de admissão nesta instituição. É importante destacar que nele há uma menção expressa à supervisão feita por Lacan: “*L’exposé et la discussion de cures, soit en tête à tête avec un psychanalyste, soit en séminaire de contrôle*”¹⁴. Nessa menção, Lacan sustenta a importância de discutir a prática com outro psicanalista em supervisão. Aqui, a supervisão parece ainda ter uma conotação de garantia da prática por um psicanalista mais experiente, apesar das críticas que Lacan venha a fazer sobre esse modelo posteriormente.

¹⁴ “A apresentação ou a discussão de tratamentos, seja cara a cara com um psicanalista, seja em seminário de controle (ou supervisão)” (tradução da autora).

Na carta dirigida a Heinz Hartmann¹⁵ (1953/1976), Lacan ressalta as liberdades que propunha sobre a técnica, liberdades que determinaram as acusações de desvios que ele vinha sofrendo por parte da Sociedade Psicanalítica de Paris – SPP. Nessa passagem, Lacan indica a importância e o acolhimento dado aos seus supervisionandos, que, em outros lugares, só encontravam “desconfiança sombria e ironia tola”.

S'ils me reprochent maintenant de prétendues libertés de technique, ils ont toujours pu en contrôler les effets, et ne les ont pas jugés défavorables. Et c'est au moment où je me suis conformé depuis des mois à la règle de tous sur le principe admis du contrôle professionnel, qu'ils en font une arme contre moi. [...] Je me suis donné tout entier à l'enseignement et à la formation des élèves. Je leur ai donné l'amour de notre technique et je les ai aidés dans mes contrôles et dans mes séminaires, en répondant à un besoin de connaître et de comprendre qui ne rencontrait ailleurs que défiance ombrageuse et sottise ironie¹⁶ (Lacan, 1953/1976).

Nesse trecho, Lacan observa que se conformou à regra de todos sobre o princípio do controle profissional e que deu aos alunos amor pela técnica, ajudando-os nas supervisões e nos seus seminários, em função da necessidade deles de conhecer e compreender. Nos parece que nesse momento, Lacan destaca a acolhida dada àqueles que estavam chegando com sede de conhecimento da técnica psicanalítica. Ele ressalta aqui

¹⁵ O psiquiatra austríaco Heinz Hartmann, fundador da *Ego Psychology* foi envolvido nos conflitos da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) a propósito da eleição de Jacques Lacan ao título de membro titular. Foi presidente da International Psychoanalytical Association (IPA) de 1953 a 1959 (Roudinesco; Plon, 1998, pp. 327-328).

¹⁶ Se eles me reprovam agora pretensas liberdades de técnica, eles sempre puderam controlar os efeitos, e não os julgaram desfavoráveis. É no momento em que me conformo desde alguns meses a regra de todos sobre o princípio admitido do controle profissional, que fazem disto uma arma contra mim [...] Eu me doeie inteiramente ao ensino e à formação dos alunos. Dei a eles o amor pela nossa técnica e os ajudei nas supervisões e nos meus seminários, respondendo a uma necessidade de conhecer e de compreender quem só encontra alhures desconfiança sombria obscura e ironia tola (Lacan, 1953/1976, tradução nossa).

um ponto importante da transmissão que não passa necessariamente pela exposição do saber, mas sim pela produção de um saber a partir de uma transferência de trabalho.

No ano de 1962-63, no *Seminário 10, A angústia* (1962-63/2005), Lacan retoma alguns pontos teóricos cruciais para a supervisão no que ela se enlaça à dimensão da produção de saber e em pouco tempo ele rompe definitivamente com a IPA.

O que é ensinar quando se trata justamente de ensinar o que há por ensinar não apenas a quem não sabe, mas a quem não pode saber? E convém admitir que, até certo ponto, todos aqui estamos no mesmo barco, dado aquilo de que se trata. Observem bem a que incita, se assim posso me expressar, a situação de instabilidade. Se não houvesse essa instabilidade, um ensino analítico, este próprio Seminário, poderia ser concebido no prolongamento do que acontece por exemplo, numa supervisão na qual o que vocês soubessem é que seria trazido, e eu interviria apenas para oferecer o análogo da interpretação, ou seja, o acréscimo mediante o qual surge algo que dá sentido ao que vocês acreditam saber, e receba num lampejo o que é possível apreender além dos limites do saber (Lacan, 1962-63/2005, p. 26).

Aqui, Lacan é fiel ao objeto com que está lidando: aquilo que do sujeito, em função da própria estrutura, não se pode saber. Nesse sentido, ele nos indica o lugar do supervisor: aquele que sustenta uma posição, recebendo o relato do caso, mas manejando a experiência de modo a possibilitar a apreensão de algo que ultrapassa os limites do saber. Em supervisão, estaríamos diante do inédito do caso, que surge quando uma experiência é endereçada a outro, numa relação sustentada pela transferência.

Em supervisão o que se pode oferecer é algo diferente do que se encontra nos livros e no ensino formal. Trata-se da transmissão de algo que não é da ordem do conhecimento, mas de um saber advindo da experiência com o inconsciente. Na

supervisão, trata-se de uma experiência em que algo pode ser apreendido “além dos limites do saber”, como num lampejo: algo se revela.

A supervisão estaria, pois, em dois registros: o da formação do psicanalista e o da transmissão da psicanálise. A transmissão estaria sustentada na lógica do *Nachträglich* freudiano, ou seja, o *a posteriori*, ou o “só depois”. Os processos inconscientes só podem ser apreendidos num “só depois”, por meio de um cálculo que foge a um planejamento e a um raciocínio linear, e que se relaciona ao contingente da experiência clínica. O mesmo se passa na supervisão: é no ‘só depois’ que se pode averiguar os efeitos de um corte, de um ato, de uma escansão.

Em “Função e campo da fala e da linguagem” (1953/1998), Lacan já nos apontava algumas questões sobre a supervisão. Ele comenta que os jovens analistas que se deixarem levar pelo que chamou de “dons impenetráveis”, ou seja, o saber de analistas mais experientes “[...] não encontrarão nada melhor para retroceder do que referir-se ao sucesso das próprias supervisões [*contrôles*] a que se submetem. Do ponto de vista do contato com o real, a possibilidade mesma dessas supervisões se tornaria um problema” (Lacan, 1953/1998, p. 254), pois o saber prévio dos mestres jamais contemplariam a radicalidade do real.

Ao contrário dessa perspectiva criticada por Lacan, o supervisor manifesta uma “segunda visão”, já que a experiência é para ele tão instrutiva quanto para o supervisionando. Isso nos remete à ideia de que em supervisão, supervisor e supervisionando devem se manter destituídos de saber, ambos debruçados sobre a experiência que surge da contingência do caso clínico. Em suas palavras:

Muito pelo contrário, o supervisor manifesta nelas uma segunda visão, conviria dizer, que, para ele, torna a experiência ao menos tão instrutiva quanto para o supervisionando. E isso, quase que sobretudo por este último exibir menos esses

dons, que alguns o tomam por ainda mais incomunicáveis, fazendo de seus segredos técnicos um embaraço maior (Lacan, 1953/1998, p. 254).

Para Lacan, o enigma na supervisão se sustenta na medida em que o supervisionando desempenha o papel de filtro ou de refrator do discurso do sujeito e, desta forma, “[...] apresenta-se inteiramente pronta ao supervisor uma estereografia¹⁷ que já destaca os três ou quatro registros em que ele pode ler a divisão constituída por esse discurso” (Lacan, 1953/1998, p. 254). O supervisionando, ao filtrar ou produzir uma refração do discurso do sujeito faz, nesse movimento, uma estereografia que ele endereça ao supervisor. Nela, destacam-se os registros em que se pode ler a divisão do sujeito.

Trata-se de um discurso que representa uma divisão que é apresentada pelo supervisionando, aquele que recorre à supervisão filtrando o dito do paciente e o organizando de maneira estereografada. Lacan completa este raciocínio afirmando que se o supervisor colocasse o supervisionando em uma posição subjetiva diferente da implicada comumente na supervisão, ele poderia aprender a se manter numa posição de subjetividade secundária, tal qual a assumida pelo supervisor em uma situação de supervisão. Annie Tardits, ao se referir a essa passagem, ressalta que o que se pode apreender em supervisão é o discurso e não um para-além do discurso; o analista deve se ater a este discurso e não substituí-lo pelo seu (Tardits, 2012).

Se o supervisionando pudesse ser posto pelo supervisor numa posição subjetiva diferente da implicada pelo sinistro termo *contrôle* (vantajosamente substituído, mas apenas na língua inglesa, por *supervision*), o melhor fruto que extrairia desse exercício seria aprender a se manter, ele mesmo, na posição de subjetividade secundária em que a situação coloca imediatamente o supervisor (Lacan, 1953/1998, p. 254).

¹⁷ Estereografia é a arte de representar objetos tridimensionais em um plano.

Tal “subjetividade secundária” poderia ser pensada como uma indicação de que supervisor e supervisionando estariam enlaçados, ambos divididos, interrogados frente aos pontos cegos dos fragmentos clínicos trazidos para a supervisão. Abre-se aí a perspectiva da produção de um saber. Assim, o supervisor encontra-se “[...] face a um pensamento segundo, em presença de um *Nebenmensch*¹⁸, ao mesmo tempo próximo e radicalmente diferente, em uma experiência de disparidade subjetiva” (Rabinovich, 2012, p. 50).

Safouan, Julien e Hoffman, no livro *O mal-estar na psicanálise: o terceiro na instituição e a análise de controle* (1996) nos ajudam a destrinchar essa passagem de Lacan. A potência da supervisão estaria na posição ocupada pelo supervisor, a de uma subjetividade secundária. É ela que permite uma leitura daquilo que o supervisionando terá lido no que ouviu.

Para se persuadir da justeza dessa percepção, basta recordar como acontece, às vezes, de um analista em controle se encontrar num impasse, mas a metáfora que ele utiliza para descrever a atitude de seu (sua) analisante indica indubitavelmente que ele tem, sem o saber, a chave da solução. Basta apontá-la. [...] Resumindo, o que o analista em controle recebe como saber não é um saber da técnica, mas um saber do que ele sabe à sua revelia” (Safouan, Julien, Hoffman, 1996, p. 36-37).

Esses autores ressaltam também que é preciso reconhecer nessa posição de subjetividade secunda do supervisor o lugar do terceiro, assim como o terceiro no dito espirituoso que, ao rir, atesta o retorno do recalçado e ‘faz surgir num átimo aquilo que está para além dos limites do saber’.

Considerar a posição terceira na supervisão marca uma diferença do modelo proposto pela IPA, um modelo baseado numa posição dual em que o supervisionando

¹⁸ Termo alemão que traz a acepção de ‘proximidade’, ‘vizinhança’, e é por várias vezes utilizado por Freud.

deveria se apagar para que o supervisor apreciasse a demanda do analisante. Ampliar esse campo implicaria em localizar a “relação de junção-disjunção entre dois lugares da psicanálise - lá onde o analista conduz uma análise, lá onde ele fala com um ou mais terceiros sobre seu trabalho de analista. Em razão dessa relação entre “dentro” e “fora”, um dia, pode se instaurar o controle, ou o que Lacan chama de uma super audição” (Safouan, Julien, Hoffman, 1996, p. 52). A psicanálise se inventa graças a esse fora, que permite que conte três. A inauguração da psicanálise está ligada a uma relação ternária, haja visto que a aposta clínica do tratamento da histeria pôde ser testemunhado por Breuer e recebido por um terceiro, Freud. A supervisão se presta a

[...] reafirmar essa distância ou clivagem do analista em controle, na ocasião, autenticá-la. Em suma, o que habilita o analista de controle para o exercício de sua função não é tanto seu saber ou conhecimento da “técnica” quanto o fato de que sua posição o torna mais bem colocado para ver os perigos nos quais às vezes tropeça o analista em controle. Para se persuadir da justeza dessa percepção, basta levantar a questão de se Freud teria ganho de causa contra Eros, se tivesse estado na mesma posição que Breuer, com a inteligente e patética Anna O... (Safouan, Julien, Hoffman, 1996, p. 36).

Ainda sobre a posição terceira, vale lembrar que na Proposição de 09 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola, Lacan destaca que “[...] o psicanalista só se autoriza de si mesmo”. (Lacan, 1968/2003, p. 248), ou seja, a partir de um desejo não anônimo. Para ele, nenhum ensino pode explicitar o que é a psicanálise: ela é uma experiência original que implica um *a posteriori*, efeito de tempo que lhe é radical (Lacan, 1964/2003, p. 251). A supervisão se impõe como responsabilidade, ligada ao desejo de cada um. Nesse sentido,

[...] autorizar-se sozinho a ocupar o lugar do psicanalista não é acreditar-se o único a estar só. Pelo contrário, é compartilhar a solidão comum do ato analítico, autorizando-se com alguns outros. Esse é o lugar do terceiro reencontrado: poder testemunhar, diante de seus pares, sobre questões de peso, surgidas na prática analítica, questões para as quais a resposta a encontrar não se sustenta sem o assentimento de alguns outros (Safouan, Julien e Hoffman 1996, p. 12).

Na *Carta aos italianos* (1978), Lacan afirma que “nem todo ser a falar poderia se autorizar a fazer um analista. A prova é que a análise é necessária, embora não suficiente” (p. 156). Podemos pensar que se ela não é suficiente para se fazer um analista, seria necessário algo a mais: a posição terceira. É aí que está o lugar da supervisão, “como um dar-a-ler os efeitos do ato” (Safouan, Julien, Hoffman, 1996, p. 54). Considerar que a supervisão é uma ‘super-audição’, não é apenas porque o supervisor ouve o que o supervisionando diz ter ouvido do analisante; mas sim porque o supervisor “[...] tem de ouvir o que, logo em seguida, o analista em controle lê pra ele em voz alta, decifrando o que se ouviu por meio do dito de seu analisante. A super audição é a audição do lido do ouvido” (Safouan, Julien, Hoffman, 1996, p. 54).

Há ainda uma outra dimensão da supervisão a ser considerada. “No começo da psicanálise está a transferência” (Lacan, 1964/2003, p. 252). A transferência cria uma objeção à chamada intersubjetividade, refutando-a, tornando-se seu obstáculo. O sujeito suposto saber é o eixo que sustenta a transferência (Lacan, 1964/2003, p. 253). Quando a verdade se expressa por meio dos sintomas e do sofrimento, o sujeito crê haver em algum lugar um saber sobre essa verdade, ou seja, acredita que o analista o detenha. É a suposição de saber que empurra o sujeito à análise (e também à supervisão). Porém, é em um segundo momento, no curso da análise ou da supervisão que o analisando faz

coincidir esse sujeito suposto saber com o seu analista. O analista aceita ocupar esse lugar, mas, por outro lado, não se toma como tal, ele sabe que não o é, ou seja, de saber suposto, nada sabe. Lacan (1978) afirma que trata-se de uma trucagem, um truque:

Como é que sussurramos ao sujeito que chega a vocês em análise alguma coisa que tem por efeito curá-lo, é uma questão de experiência, na qual tem um papel o que eu chamei de sujeito suposto saber. Um sujeito suposto é um redobramento. O sujeito suposto saber é qualquer um que sabe. Ele sabe o truque, pois eu falei de trucagem na ocasião; ele sabe o truque, o modo pelo qual se cura uma neurose¹⁹ (Lacan, 1978).

Trata-se de uma clivagem que cava um não-saber diante da novidade de cada novo analisante e da singularidade de cada caso. Lacan relembra a recomendação de Freud de que ao abordar cada caso novo, é como se nada tivéssemos aprendido com suas primeiras decifrações. E evocando o Evangelho, ressalta que é preciso ter “ouvidos para não ouvir, ou dito de outra maneira, para fazer a detecção do que deve ser ouvido” (Lacan, 1953/1998, p. 254).

Esta é a mesma operação que se passa na supervisão: uma suspensão de todo o saber anterior do supervisor, de todo o saber que se sustentaria na famosa experiência acumulada. É essa suspensão que iguala supervisor e supervisionando. O supervisor se porta como o analista no que tange à suposição do saber: é tomado como aquele que sabe, acolhe essa demanda, mas não a sustenta como tal, faz vacilá-la. Não há, em lugar algum, um sujeito no lugar do saber. “O não-sabido, longe de justificar a ignorância, ordena o âmbito do saber, ele cava o desejo do saber e funda esse imperativo: tu podes saber (Scilicet), logo, tu deves” (Safouan, Julien, Hoffman, 1996, p. 56).

¹⁹ Disponível em:

https://appoa.org.br/correio/edicao/246/a_transmissao_encerramento_do_9_congresso_da_escola_freudiana_de_paris/222

Desta forma, supervisor e supervisionando encontram-se lado a lado como leitores, lendo o mesmo livro, a linguagem cifrada do inconsciente. O importante é que o desejo de saber faça laço social; “o saber só se conquista ao contar três. [...] Só uma organização, cuja lei se sustenta sem a relação dual que mantém o discurso do mestre, pode prosseguir o que já foi inaugurado na experiência analítica: contar pelo menos até três” (Safouan, Julien, Hoffman, 1996, p. 63).

É por meio do relato vivo que se sustenta a supervisão. Trata-se de um “lugar encruzilhada”²⁰ entre dois discursos, conforme Lacan explicita no artigo “D’un discours à l’autre l’institution dite du controle” (1976):

[...] entre o discurso do analisante – discurso histórico, ou pelo menos histericizado pela situação do tratamento - e o discurso analítico – aquele que o analista é suposto sustentar, aquele do qual ele é, pelo menos funcionário -, a prática do controle institui um lugar privilegiado onde se encontra colocada à prova a articulação dos dois discursos. Lugar encruzilhada, consequentemente, e do qual estamos no direito de esperar que seja rico de ensinamentos.

Encruzilhada nos remete ao lugar onde se cruzam ruas, estradas, caminhos... No sentido figurado, trata-se de um ponto crítico em que uma decisão deve ser tomada. Aqui, o que se cruza são dois discursos: um agenciado pela divisão (\$), o discurso da histórica e um discurso agenciado pelo *a*, o discurso do analista. Nessa encruzilhada, um saber é produzido.

Nesse levantamento dos excertos da obra lacaniana sobre a supervisão, é possível estabelecer uma orientação. Haveriam três tempos para a supervisão:

- a) O primeiro tempo no qual o supervisionando busca um sentido sobre a experiência e, movido por uma angústia decorrente do real da clínica, a supervisão se impõe

²⁰ Encontra-se na página 204 da revista *Scilicet*, 6/7 (1976), uma referência à supervisão como *lieu carrefour*, ou seja, lugar encruzilhada (Penna, 2003).

como um verdadeiro empuxo. Nesse primeiro tempo, o supervisor é colocado no lugar do saber, ou melhor, o supervisionando, movido pelo desejo de saber, coloca o supervisor como saber suposto.

- b) O segundo tempo se passa no encontro entre supervisionando e supervisor, no qual, como Lacan (1962-63/2005) nos indica no *Seminário 10: a Angústia*, o supervisor oferta algo semelhante à interpretação, através da qual ocorreria um acréscimo, o que se revela da ordem do inédito, que foge à lógica do saber exposto, da ordem de uma produção de saber referente ao saber inconsciente. Assim, o supervisor é aquele que permite que o analista ocupe seu verdadeiro lugar e não outro.
- c) O terceiro tempo é marcado por um giro, no qual o supervisionando já não espera uma mestria por parte do supervisor. Ambos são tocados e interrogados pelo fragmento do caso, produzindo efeitos de saber em ambos, o que caracterizaria uma verdadeira transmissão. Assim, o termo subjetividade secunda pode ser compreendido: o supervisor não mais no lugar de saber suposto, mas como segundo sujeito causado pela experiência analítica (Balbi, 2016). É por meio dos fragmentos, dos pedaços, dos rebotalhos, que uma colcha de retalhos é tecida, não sem seus buracos.

Ou seja, ainda que o supervisor seja colocado na posição de sujeito suposto saber, colhendo algo que escapa ao supervisionando, ele o faz como segunda visão. Trata-se de uma suposição que compõe a relação transferencial, tão cara à psicanálise. Por isso, podemos dizer da supervisão como experiência ensinante para supervisionando e também para o supervisor, uma vez que o que está em causa é a experiência analítica e toda a possibilidade de equívoco que ela comporta, para deixar aberta a porta do inconsciente.

Nesse sentido, nos perguntamos se a supervisão, no âmbito da assistência social, não seria uma estratégia indispensável à formação técnica. Não são evidentes os modos como se transmite o saber-fazer na rotina da assistência. Se, do lado dos direitos, as garantias são formalizáveis em processos e protocolos com os quais se aprende logo a lidar, nem sempre a ação técnica alcança o resultado esperado. O que resiste, nos parece, indica exatamente onde a política deixa suas hiências dadas a ver. Nessa direção, o supervisor, ao lado do técnico, pode abrir outra condição de leitura dessa articulação entre o singular e o universal, o privado do sujeito e o público dos direitos, como subjetividade segunda. A supervisão, dada a dimensão de suposição de saber pela via da transferência, funda a condição de deslocamento da leitura dos casos da rotina da prática, permitindo um novo olhar que, do ponto da encruzilhada, incita a novos caminhos. Vejamos agora como se passam as sutilezas do que se efetiva numa supervisão.

4.2 O rinoceronte de Eugène Ionesco e o teatro do absurdo

No *Seminário 23: o Sinthoma* (1975-76/2007), Lacan compara o supervisionando ao rinoceronte, em uma alusão à obra teatral *O rinoceronte* de Eugène Ionesco. Ele afirma:

Acontece que me dou ao luxo de supervisionar, como se diz, um certo número de pessoas que se autorizam por si mesmas, segundo minha fórmula a ser analistas. Há duas etapas. Há aquela em que elas são como o rinoceronte. Fazem mais ou menos qualquer coisa, e sempre dou-lhes minha aprovação. Com efeito sempre têm razão. A segunda etapa consiste em tirar proveito desse equívoco que poderia liberar algo do *sinthoma*. Com efeito, é unicamente pelo equívoco que a

interpretação opera. É preciso que haja alguma coisa do significante que ressoe (Lacan, 1975-76/2007, p. 18).

Propomos aqui uma análise desta obra, visando colher elementos que justifiquem a analogia feita por Lacan. Segundo ele, os supervisionandos são como rinocerontes em um primeiro momento, fazem mais ou menos qualquer coisa e mesmo assim, não são repreendidos pelo supervisor. Apesar de ser um equívoco, há uma razão de sua existência. O equívoco parece ser necessário para que se possa realizar uma passagem para uma nova etapa, que se passa na supervisão, a saber: liberar algo do *sinthoma*.

Inicialmente iremos buscar, a partir da obra de Ionesco, o que se pode ler como a lógica do rinoceronte. Adiante iremos analisar o que torna possível uma torção que altere a dinâmica da supervisão num salto para o equívoco concernente à ressonância do significante e, posteriormente, para a liberação de algo da ordem do *sinthoma*.

O primeiro ponto a observar é que Eugène Ionesco (1909-1994) é um autor romeno, mas que viveu na França, e ficou conhecido por escrever peças de teatros incluídas no gênero chamado “teatro do absurdo” - corrente cênica que atingiu o seu ápice na década de 50 na França. O termo “teatro do absurdo” foi cunhado pelo húngaro Martin Esslin em 1961 para agrupar as obras cênicas que tinham como característica o tratamento inusitado de fatos da vida cotidiana, fugindo de uma lógica realista. Esse gênero teatral busca retratar o sem sentido da experiência humana, a partir de uma lógica desvinculada da razão.

Ionesco²¹ afirmava que o realismo teatral atenua a realidade e a falsifica, pois seria impossível a representação do real na arte cênica. O realismo teatral não representaria as obsessões humanas fundamentais como o amor, a morte e o espanto (Seljan, 2012).

²¹ Zora Seljan escreve o Prefácio à obra de Ionesco utilizada nesta tese e faz apontamentos interessantes sobre o estilo de Ionesco e também sobre o teatro do absurdo.

Ao mesmo tempo, contudo, Ionesco acrescenta que o teatro sempre foi realista, no sentido de um realismo de mito, de uma anti-história, isto é, de que ‘todo sonho é capaz de realização’, enquanto a realidade pura não se realiza em si mesma: é o que é (Seljan, 2012, p. 7).

Ionesco segue a linha de outros escritores como Jean Genet, Henri Pichette, Arthur Adamov e de Antonin Artaud, que consideravam que o teatro deveria trazer os demônios ao público, fugindo, assim, dos postulados do teatro naturalista, vigente e predominante até então. Seljan considera que o estilo de Ionesco foge a simplificações e afirma que “[...] teses sem obras não têm valor ponderável. Obras sem teses podem ficar para sempre” (Seljan, 2012, p. 8). Ionesco ironizava as críticas feitas à sua obra que não era organizada segundo os corretos princípios da construção dramática.

Nessa obra de vanguarda, considerada por Seljan a obra de teatro mais importante da segunda metade do século XX, os rinocerontes representam a volta a uma inocência natural e se opõem à sensibilidade e à razão. Trata-se de uma crítica à uma sociedade alienada, totalitária; “agride-se em nome de uma cultura que, em si, nos fundamentos de sua força, é uma negação de toda agressão” (Seljan, 2012, p. 10).

A trama se organiza da seguinte forma. O primeiro ato se passa em uma praça de uma pequena cidade do interior da França, na qual existe um café e uma mercearia. Jean e Bérenger se encontram no café. Jean, exemplo de homem trabalhador, que cumpre sempre seus deveres, astuto e articulado, inicia uma conversa com o amigo, que chegara atrasado, despenteado, com a gravata torta, reclamando do trabalho, portando-se caracteristicamente como num dia de ressaca. De repente, atrapalhando a cena, escuta-se um ruído forte do galope acelerado e do bufar de um animal potente e pesado. Era um rinoceronte que passa e capta a atenção de todos que compõe a cena (além dos dois amigos, a garçonete, a merceeira, o merceeiro, um lógico, a dona de casa com seu gato

na mão, um senhor idoso, o dono do café). Uma confusão se instaura em torno deste acontecimento, alguns não acreditam na veracidade do fato. Todos se colocam a discutir sobre esse espantoso aparecimento, de onde vieram, num verdadeiro alvoroço.

Jean e Bérenger iniciam uma discussão sobre o perigo do rinoceronte em liberdade numa cidade como aquela. Jean é a encarnação do bom moço, que critica o amigo pela quantidade de álcool que toma e por suas ideias sobre o rinoceronte. Eles acabam por brigar nesse primeiro ato, pois Jean quer induzir Berenger a ser um homem ideal - aquele que aprecia a arte, faz boas leituras, gosta do seu trabalho e não bebe tanto. No meio da briga entre eles, a trama se alterna com a conversa do senhor idoso com o lógico, acerca de silogismos e de raciocínios lógicos. Interrompendo esses dois diálogos que se passam simultaneamente e que se entrecruzam, novamente surge um rinoceronte que passa desabalado na cena, causando muita confusão. Esse rinoceronte esmaga o gato da dona de casa, o que comove a todos. Enquanto a dona de casa se lamenta pela morte do seu animalzinho, todos iniciam outra discussão causada pela passagem deste animal: será que era o mesmo ou era outro rinoceronte? Tem um corno ou dois? É asiático ou africano? Essa discussão acirra ainda mais a briga entre os dois amigos. Jean levanta-se e vai embora com muita raiva, o que faz com que Bérenger sintasse culpado e exprima esse sentimento para os outros participantes da cena.

O Lógico inicia uma relativização da discussão afirmando que ela é vã, pois não havia uma verdade única para explicar as questões colocadas. Ainda que o rinoceronte tivesse dois cornos, ele poderia ter perdido um de seus cornos ao passar novamente pela vila, o que jamais traria a dimensão da verdade a ser esclarecida por eles. Sem saber se era o mesmo rinoceronte, ou se possuía um ou dois cornos, era impossível caracterizá-lo como asiático ou africano. Ou seja: toda aquela discussão estava sendo inútil. Apesar do

raciocínio trazido pelo Lógico, a discussão permanecia em torno do gato morto, já que não poderiam admitir que rinocerontes pisoteassem gatos daquela forma.

O segundo ato se passa na repartição de um escritório em que Bérenger é um dos funcionários. Todos discutem sobre a passagem do rinoceronte pela cidade. Botard é o mais incrédulo de todos: traz argumentos de todas as ordens para fundamentar o absurdo desse fato; era um boato, um mito. O chefe do escritório (Sr. Papillon) tenta fazer com que todos se concentrem em seus trabalhos, mas essa é uma tarefa que se torna inútil. Questionam-se se não era outra coisa que fora vista, se o gato que morreu não era uma gata, e um grande diálogo se forma em torno disso. A passagem dos rinocerontes saiu em todos os jornais e não se fala mais de outra coisa na pacata cidade. A discussão sobre o corno do rinoceronte volta com força: seria unicórnio ou bicórnio? As atividades laborais ficaram estacionadas, apesar da pressão que o Sr. Papillon fazia para que todos permanecessem ativos, trabalhando, produzindo.

O Sr. Boeuf não havia comparecido ao trabalho naquele dia. Sua esposa chega assustada ao escritório informando que ele acordou muito resfriado e que ao ir ao escritório dar satisfações sobre o seu marido, ela fora seguida por um rinoceronte, que estava na base da escada, esperando por ela. Ele derruba a escada e todos percebem espantados que o rinoceronte era o Sr. Boeuf. Todos saem do escritório com o auxílio dos bombeiros da cidade que informam que já tiveram vários chamados em função do aparecimento de diversos rinocerontes unicórnio e bicórnio por toda parte. A cidade estava tomada por um fenômeno chamado “rinocerite”.

Ainda no segundo ato, Bérenger vai até a casa do amigo Jean para se desculpar pela briga ocorrida no restaurante. A cena se passa em seu quarto. Jean estava doente, deitado em sua cama, com voz rouca, dor de cabeça e um galo na testa. Durante o diálogo, Jean, anda para cima e para baixo como uma fera enjaulada, e vai pouco a pouco se

transformando em um rinoceronte. Em um momento do diálogo, quando Béranger relata ao amigo a transformação do Sr. Boeuf, Jean explicita: *E então, ele virou rinoceronte, voluntária ou involuntariamente, talvez seja melhor para ele*. Essa frase causa grande espanto em Béranger. Jean argumenta que pode não ser tão mau assim ser rinoceronte:

- *Eu lhe digo que não é tão mau assim! Afinal, os rinocerontes são criaturas como nós, têm direito à vida, tal como nós!*

- *Com a condição de que não destruam a nossa. Você já pensou na diferença de mentalidade?*

- *Você acha que a nossa é preferível?*

- *Mesmo assim, temos uma moral ao nosso modo, que eu acho incompatível com a desses animais.*

- *Moral! Lá vem a moral! Estou farto de moral! É linda a moral! Preciso ir além da moral!*

- *E o que você põe no lugar dela?*

- *A natureza.*

- *A natureza?*

A natureza tem as suas leis. A moral é antinatural.

- *Se estou compreendendo bem, você quer trocar a lei moral pela lei de selva.*

- *E eu viverei lá.*

- *Fácil de dizer, mas no fundo, ninguém...*

- *É preciso reconstituir a base de nossa vida. Precisamos voltar a integridade primitiva.*

[...]

-Reflita um pouco. Você sabe muito bem que nós temos uma filosofia que esses animais não têm. Um sistema de valores insubstituível! São séculos de civilização humana!

- Derrubemos tudo isso! Assim ficaremos melhor. [...] Por que não ser um rinoceronte? Gosto de mudar... (Ionesco, 1959/2012, p. 213-214).

Esse diálogo é interessante pois mostra que Jean, o bom moço que valoriza os bons costumes, confronta Bérenger, aquele mal vestido, bêbado do primeiro ato. Fica claro que ele é invadido pela “rinocerite” e começa a se transformar, questionando-se: seria mesmo tão ruim ser um rinoceronte? Logo Jean, que no primeiro ato questionava o absurdo da existência dos rinocerontes na pacata cidade.

O terceiro e último ato se passa na casa de Bérenger, que parece bastante incomodado e pensativo com a situação. Seu amigo Dudard vai visitá-lo e os dois iniciam um diálogo sobre a “rinocerite”. Bérenger demonstra medo de tornar-se rinoceronte, como o seu amigo Jean: *“um rapaz tão humano, um verdadeiro defensor do humanismo! Quem haveria de dizer! Ele, ele mesmo! Nós nos conhecíamos desde... desde sempre. Eu nunca poderia suspeitar que ele evoluísse daquela maneira. Eu tinha mais confiança nele do que em mim mesmo!”* (Ionesco, 1959/2012, p. 231). Bérenger se apavora com a possibilidade de contágio da epidemia de “rinocerite”. Por outro lado, acreditava que poderia ser causada por uma loucura.

Então a coisa está se esclarecendo. Veja, há pouco você não podia explicar o fenômeno. Mas agora acaba de me dar uma explicação plausível. Sim, para ter chegado àquele estado, ele deve ter tido certamente uma crise, um acesso de loucura... E no entanto, ele tinha argumentos, parecia mesmo ter pensado bastante no assunto e amadurecido a sua decisão... Mas Boeuf, o nosso colega

Boeuf estaria louco também?... E os outros, os outros? (Ionesco, 1959/2012, p. 234).

Bérenger vê rinocerontes e os escuta por toda parte, ele encontra-se completamente tomado pelo medo de tornar-se rinoceronte. Tentando acalmar o amigo, Dudard afirma que os rinocerontes não atacam. No fundo, eles não são maus, possuem certa inocência natural. O discurso de Dudard vai mudando aos poucos, de alguma forma defendendo os rinocerontes. E Bérenger diz que é preciso cortar o mal pela raiz. E então, Dudard responde:

- O mal! Que mal? Isso é uma palavra vazia! É possível saber onde está o mal ou onde está bem? Nós temos preferências, evidentemente. Você está com medo principalmente por você, essa é que é a verdade. Mas não tema, porque você nunca será rinoceronte... falta-lhe vocação (Ionesco, 1959/2012, p. 245).

Dudard afirma que o Sr. Papillon, o dono do escritório, pedira demissão, o que causou espanto a Bérenger. Ele também virara rinoceronte por escolha própria, o que, segundo Dudard, prova a sinceridade de sua metamorfose. Bérenger segue acreditando que isso não poderia ter ocorrido de maneira voluntária, seria um grande absurdo. E aí há uma referência explícita à psicanálise. Dudard inicia:

- Quem pode afirmar isso? É difícil penetrar nos motivos secretos das pessoas.*
- Deve ter sido um ato falho. Ele deveria ter algum complexo. Precisaria ter consultado um psicanalista.*
- Mesmo que se trate de uma transferência, a coisa é bastante reveladora. Cada um encontra a sublimação que pode.*
- Estou certo de que ele se deixou levar.*
- Isso pode acontecer com qualquer um!* (Ionesco, 1959/2012, p. 250).

Dudard, tentando trazer uma justificativa realista para tudo o que havia se passado, começa a se questionar se a transformação em rinoceronte não seria algo natural. E afirma:

Meu caro Bérenger, é preciso sempre tentar compreender. E quando se quer compreender um fenômeno e seus efeitos, é necessário conhecer as causas através de um esforço intelectual honesto. E isto é necessário porque nós somos seres racionais. Eu não consegui, repito, nem sei se conseguirei... De qualquer forma, devemos ter, de começo, um preconceito favorável, se não, pelo menos, uma posição neutra, uma largueza de espírito que é característica da mentalidade científica. Tudo é lógico. Compreender é justificar. [...] Você parece estar muito seguro de si. Poderemos saber onde termina o normal e o anormal? Você pode definir essas noções de normalidade e de anormalidade? Do ponto de vista filosófico e médico, ninguém ainda pôde resolver o problema (Ionesco, 1959/2012, p. 254-256).

Os amigos são surpreendidos por um barulho ensurdecedor. Pela janela, conseguem avistar a quantidade de rinocerontes que passavam pela rua. Bérenger localiza o Lógico entre eles. Bérenger exclama:

- *O Lógico... rinoceronte!*

- *Mesmo assim, ele conservou um vestígio de sua antiga identidade!*

- *Não te seguirei! Não te seguirei!*

- *Se você disse que ele era um pensador autêntico, não deve ter-se deixado levar.*

Certamente, antes da decisão, deve ter pesado bem os prós e contras (Ionesco, 1959/2012, p. 262-263).

Os rinocerontes começam a rodear a casa. Nessa confusão, outra colega de trabalho, Daisy, chega para visitar Bérenger em sua casa. Ela afirma que nas ruas, ninguém se assusta mais com os rinocerontes. Eles passam correndo, as pessoas se afastam, mas depois voltam aos seus afazeres normalmente. E conta o imprevisível: o mais crítico e contestador de toda essa conversa de rinoceronte – Botard - acabava de tornar-se um deles, horas depois da transformação do chefe. Segundo Dudard, ele mudou de ideia, pois todos têm o direito de evoluir. Suas últimas palavras foram: *“é preciso acompanhar a evolução”* (Ionesco, 1959/2012, p. 269). Sobre esse fato, Bérenger destaca que a segurança de Botard era apenas aparente. *“Isso não impede, é claro, que ele seja ou tenha sido um bom sujeito. Os bons sujeitos dão bons rinocerontes. E é porque agem de boa-fé que, infelizmente, eles podem ser enganados”* (Ionesco, 1959/2012, p. 270). Seu amigo Dudard discorda de Bérenger e afirma que ele seguiu o chefe, ou seja, o próprio instrumento de exploração. *“Parece-me, pelo contrário, que os seus impulsos anarquistas foram vencidos pelo espírito associativo”* (Ionesco, 1959/2012, p. 271).

Dudard cede e se junta aos rinocerontes que passam na rua, tornando-se um deles. Olhando pela janela, Bérenger constata que só haviam rinocerontes e que sobrava apenas Daisy e ele. Ela também relutava contra o domínio dos rinocerontes. As ruas, o rádio, as autoridades, o telefone, tudo havia sido dominado pelos rinocerontes. A estrutura da casa começa a ser abalada pelos rinocerontes. Bérenger afirma: *“Todos eles estão loucos. O mundo está enfermo e eles estão todos doentes”* (Ionesco, 1959/2012, p. 306). E Daisy retruca:

Não seremos nós que poderemos curá-los. [...] Sejamos razoáveis. É preciso encontrar um modus vivendi para nos entendermos com eles. [...] Mas nós deveríamos tentar compreender a psicologia deles, e aprender sua linguagem. [...] Afinal, talvez sejamos nós que precisamos ser salvos. Talvez os anormais

sejamos nós. [...] Isso é que é gente. Têm um ar feliz, estão de acordo com eles mesmos. Não têm aspecto de loucos, são até bem naturais. Devem ter tido suas razões (Ionesco, 1959/2012, p. 307-310).

Nesse último diálogo, chegando ao fim da peça, os ruídos dos rinocerontes tornam-se melodiosos. Os rinocerontes dançam, tornam-se bonitos aos olhos de Daisy, para espanto e desespero de Bérenger, que continua extremamente angustiado e tentando desviar as atenções de Daisy para não deixá-la ceder aos rinocerontes. Mas Daisy desce as escadas lentamente unindo-se aos rinocerontes.

Bérenger se vê sozinho no seu quarto e, olhando para o espelho se abala porque Daisy não poderia ter saído sem dar uma explicação. Agora estava completamente só, mas mantinha o discurso de que os rinocerontes não o atingiriam. Ele se dirige às cabeças de rinocerontes que surgem no fundo do cenário e tornaram-se belas. Pensa em tentar convencer os rinocerontes mas não sabe falar a língua deles. E se questiona:

E se for como Daisy me disse, que eles é que tem razão? [...] Eles é que são belos. Não tive razão! Ah, como eu gostaria de ser como eles. Mas infelizmente, não tenho corno! Como é feia uma testa lisa! Eu precisaria de um ou dois para levantar os meus traços caídos. Talvez nasçam, e nessa altura já não terei vergonha; poderia ir ao encontro deles. [...] Ah. Este corpo tão branco e peludo! Como eu gostaria de ter uma pele dura e aquela soberba cor esverdeada, uma nudez decente, sem pelos. Como a deles! [...] Há um certo atrativo no canto deles. [...] se eu pudesse fazer como eles. [...] Berros não são barridos. Ah! Como me arrependo. Devia ter seguido todos eles, enquanto era tempo. Agora é tarde demais! Infelizmente eu sou um monstro, sou um monstro. Infelizmente nunca serei rinoceronte, nunca, nunca! [...] Como eu sou feio! Infeliz daquele que quer conservar sua originalidade! [...] Eu me defenderei contra todo mundo! [...] Sou

o último homem, hei de sê-lo até ao fim! Não me rendo! (Ionesco, 1959/2012, p. 317- 319).

Destaca-se a riqueza dos diálogos, e a maneira perturbadora em que eles são organizados, aproximando o leitor à dinâmica das cenas. A súbita e agressiva aparição do rinoceronte abala uma suposta normalidade, uma certa calma na quieta cidade. Esse animal representa algo da ordem do absurdo, do inacreditável que mobiliza fortemente a todos. Esmaga o gato, faz barulho e gera discussões. Um corno ou dois? Asiático ou africano? Era um ou dois? Todos buscando compreender o que acabava de acontecer abruptamente. Toda a discussão gira em torno da busca da compreensão.

Eis que surge o Lógico, figura importante para argumentar que não há uma verdade única sobre o rinoceronte. Todas as questões levantadas podem ser questionadas por algum ponto de vista que a desmonte. Ele cria, assim, um diálogo que relativiza as tentativas de compreensão e de alguma forma apazigua os ânimos no local. A briga pela busca da compreensão sobre o que houve só cessa com a argumentação trazida pelo Lógico.

Outro ponto interessante da obra é que aqueles que mais duvidam da existência do rinoceronte ou que argumentam sobre toda sua absurdez são aqueles que tornam-se voluntariamente rinocerontes, para o espanto do leitor. E questões sobre a monstruosidade do rinoceronte começam a ser também questionadas: será que seria melhor ser um rinoceronte? Será que eles são tão ruins assim? Por que será que toda a cidade está se tornando um deles, uma vez que há pouco eles eram um animal rude, monstruoso, assustador, cuja presença em uma cidade seria da ordem do impossível ou do absurdo? Aqueles que decidiram se tornar rinocerontes são loucos? Mas afinal, de que lado está a loucura: do lado dos que viraram rinocerontes ou do lado daqueles que resistem a tornar-se um deles junto com a multidão?

A questão da compreensão aparece novamente em um diálogo entre Dudard e Béranger. Nele, a lógica da compreensão é interrogada. O que seria compreender o que se passava ali, afinal? Seria passível de uma compreensão? E Dudard ressalta que nem mesmo as noções de normalidade e anormalidade são passíveis de compreensão. Então é preciso suspendê-la, pois a lógica racional não se sustenta. Essa passagem nos faz lembrar que Lacan no *Seminário livro I: Os escritos técnicos de Freud* (1953-54/1986), questiona a dimensão de compreensão do caso clínico, demanda que aparecia com frequência nas supervisões que realizava.

Quantas vezes não fiz observar aqueles que controlo, quando me dizem – Acredito ter compreendido que ele queria dizer isto e aquilo – uma das coisas que mais devemos evitar é compreender muito, compreender mais do que existe no discurso do sujeito (Lacan, 1953-54/1986, p. 90).

Lacan retoma a discussão sobre a compreensão em 1967, na ocasião de sua conferência sobre a psicanálise e a formação do psiquiatra em Saint-Ainne, traduzida como “Breve discurso aos psiquiatras”²² (1967). Nesse momento, ele afirma que havia um rumor de que a psicanálise ajudaria a compreender os pacientes, mas que é inteiramente equivocado que a análise deva trabalhar nesse registro. Para ele, “[...] a psicanálise não é de forma alguma uma técnica cuja essência seja a de expandir a compreensão. [...]. A psicanálise consiste em descobrir que nós não somos transparentes para nós mesmos. Então por que os outros, para nós, o seriam?” (Lacan, 1967, p. 8).

Ele adverte que se existe alguma coisa que a psicanálise deva ressaltar ou valorizar, isso, seguramente, não seria o sentido. São justamente os “não-sentidos” que sustentam os chamados “fatos subjetivos”. “É bem mais na localização da não-compreensão, pelo fato que se dissipa, que se apaga, que se sopra o terreno da falsa

²² Título original da conferência dada por Lacan em 1967: *Conference sur la psychanalyse et la formation du psychiatre à Ste. Anne*.

compreensão, que alguma coisa pode se produzir que seja favorável na experiência analítica” (Lacan, 1967, p. 9).

Lacan sublinha que todos que o procuram (e aqui ele se dirige aos psiquiatras que o estão assistindo), chegam com a demanda de compreender melhor seus pacientes. Trata-se de um erro de princípio, um engano que todos cometem, ou seja, “começam todos com o pé errado”. Assim chegam os supervisionandos às supervisões, a partir de uma demanda de compreensão. Se há algo que a psicanálise pode ensinar,

[...] é evidentemente que o que se recolhe no fim não é da ordem – tida como sublime – da intersubjetividade do sentido. É uma experiência de outra ordem. O que se ganhou é precisamente ver que o que se acreditava tão bem compreender, justamente, não compreendeu nada (Lacan, 1967, p. 10).

Esse ponto esbarra diretamente nas práticas de supervisão, quando o supervisionando procura um supervisor para melhor entender um caso, buscando compreensão e elucidação. Lacan nos adverte que não se trata disso, é justamente o contrário: o não-sentido e a não-compreensão da experiência. O que há são encontros com o real, com o equívoco, com o sem sentido da experiência.

Quando Lacan relaciona o supervisionando ao rinoceronte, podemos inferir que o supervisionando chega na supervisão, de maneira abrupta, abalando um lugar comum, levando qualquer coisa sobre sua prática, ainda que absurda. E Lacan nos ensina que é esse estardalhaço que deve ser acolhido. Escutar os absurdos, os mal entendidos seria um primeiro tempo da supervisão. A presença desse absurdo gera questões que muda a lógica vigente: da verdade ao enigma, os praticantes passam a questionar.

Isso faz lembrar o próprio Lógico da peça de Ionesco, que ao tornar-se rinoceronte por espontânea vontade traz a questão: se ele que é um homem advertido e preocupado, voluntariamente tornou-se rinoceronte, talvez os anormais são aqueles que não são

rinocerontes. Béranger luta contra o movimento, mas resta-lhe apenas o atordoamento por tudo o que aconteceu por sua tentativa de manter-se normal diante de uma suposta anormalidade que invadiu a cidade e contaminou a todos. E ao final, sem ceder, Béranger permanece atordoado e sozinho, feito um louco, feito um rinoceronte...

Por fim, Lacan nos dá uma indicação importante à respeito do momento em que os supervisionando chegam ‘como rinocerontes’:

Eu, muitas vezes em meus controles - ao menos no começo – encorajo muito o analista – ou aquele ou aquela que se crê como tal – o encorajo a seguir seu movimento. Eu não penso que seja sem razão que – não que ele se ponha nessa posição, isto é muito pouco controlado – eu não penso que seja sem razão que alguém venha contar algo simplesmente em nome disto: que lhe foi dito que ele era um analista. Não é sem razão porque ele espera alguma coisa disso. Agora, do que se trata mesmo é de compreender como pode funcionar o que acabo de lhes descrever como traços grosseiros (Lacan, 1975/2016, p. 71).

Nesse excerto, Lacan reforça que como supervisor, ele se coloca numa posição de encorajar os praticantes a seguirem seu próprio movimento. Os traços grosseiros podem ser associados à lógica dos rinocerontes, ou seja, a primeira etapa da supervisão. E realça que não é sem razão que alguém procura uma supervisão: o supervisionando espera alguma coisa dali, o que podemos supor que aponta para a segunda etapa da supervisão. Quando se apresenta a angústia do ‘não saber fazer com isso’, também na assistência social, o supervisor acolhe o técnico, fazendo dela - a angústia - um ponto de interrogação sobre o caso. Assim, deste encontro mobilizado por uma suposição de saber, pode emergir algo novo sobre o caso, decantando da experiência um saber-fazer com o real da experiência. Sem pretender a solução universalista, algo do caso pode descompletar a

política da assistência social e fazer uma torção que permita ao caso caminhar, se desembaraçar.

4.3 Da ressonância do significante: sentido e significação

Para delimitarmos melhor o que Lacan concebe como uma “segunda etapa” da supervisão, que se passaria em momento posterior ao que ele associa como a “chegada dos rinocerontes”, nos serviremos do seguinte trecho do *Seminário 23: O Sinthoma*: “A segunda etapa consiste em tirar proveito desse equívoco que poderia liberar algo do *sinthoma*. Com efeito, é unicamente pelo equívoco que a interpretação opera. É preciso que haja alguma coisa do significante que ressoe” (Lacan, 1975-76/2007, p. 18).

Aqui, Lacan nos dá indícios para pensar essa segunda etapa da supervisão como uma operação da interpretação que se dá pela via do equívoco, pelas ressonâncias do significante. É com as noções de equivocidade e das ressonâncias do significante que Lacan nos convida a pensar a operação da interpretação e, aqui, também, a supervisão. As ressonâncias do significante podem ser pensadas a partir de uma distinção entre sentido e significação. Nessa direção, também será possível trabalhar com a noção de equivocidade do significante, marca importante do ensino de Lacan a partir dos anos 70.

Alguns parágrafos antes da citação do *Seminário 23: O Sinthoma*, que usaremos como citação-guia, Lacan ressalta a importância de levar-se em consideração a lógica significante ao interpretar uma fala. Ele alega que quando usamos os termos ‘real-mente’, ‘mental-mente’, ‘heroica-mente’, há aí um indicativo de que mentimos em função do advérbio utilizado ‘mente’, embora possa haver a intenção de se dizer a verdade.

Na lição de 10 de maio de 1977, do *Seminário 24: L’insu que sait de l’une bevue s’aile a mourre* (Lacan, 1976-77), Lacan se questiona se poderíamos afirmar se o “real

mente”. E responde, ele mesmo, que o verdadeiro seguramente mente. E faz um jogo de palavras afirmando que a análise é um longo ‘caminhamento’ (*cheminement*), ou seja, um caminho que mente (*chemine-ment*²³). A noção de real exclui o sentido e assim, não existe sentido senão mentiroso. A psicanálise é, então, um “golpe de sentido”, “um sentido em branco” (Lacan, 1976-77, p. 137). No “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11” (Lacan, 1976/2003), nos *Outros Escritos*, Lacan já havia afirmado que “não há verdade que, ao passar pela atenção, não minta” (Lacan, 1976/2003, p. 567), apontando para uma opacidade da fala.

O autor já afirmava que um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante (Lacan, 1976-77, p. 107). O significante tem os chamados “efeitos de sentido”, e é suficiente que se

[...] conote o S₂, não como sendo o segundo no tempo, mas como tendo um duplo sentido para que o S₁ tome o seu lugar, e tome seu lugar corretamente. É preciso, aliás, dizer que o peso dessa duplicidade de sentido é comum a todo significante (Lacan, 1976-77, p. 108).

A psicanálise, assim como a poesia, funda-se na ambiguidade, no duplo sentido. É o real que, evidenciando um ponto de impossibilidade de ser apreendido pelo significante, em razão de sua irreducibilidade, exclui o sentido. Lacan se expressa assim: “[...] não há verdade sobre o real, pois o real se desenha como excluindo o sentido. Seria ainda muito, dizer que há do real porque, dizer isto é ainda assim supor um sentido” (Lacan, 1976-77, p. 108). A mentira seria o simbólico incluído no real, límpida e certa; enquanto a angústia seria o que no simbólico se encontra do real:

O simbolicamente real não é realmente simbólico, porque o realmente simbólico é o simbólico incluído no real. O simbólico incluído no real tem, límpido e certo,

²³ Em francês, *chemine-ment*, comporta o “*ment*” que, em francês, remete à mentir.

um nome, isso se chama a mentira; ao passo que o simbolicamente real – quer dizer, o que do real se conota no interior do simbólico – é o que se chama a angústia (Lacan, 1976-77, p. 111).

Retomando a lógica do sentido e da significação para abordarmos as ressonâncias do significante, recuperaremos a diferenciação de Lacan entre a palavra plena e a palavra vazia. A palavra plena é cheia de sentido, é S_2 , tem uma certa duplicidade; já a palavra vazia é aquela que não tem senão a significação (Lacan, 1976-77, p. 114), por ser puro nó de uma palavra com outra. Ou seja, a palavra vazia é aquela que tenta reduzir a pluralidade de sentidos que se liga a um significante, a uma só significação.

Quando eu falo de verdade, é ao sentido que eu me refiro. Mas o próprio da poesia quando ela fracassa é justamente por não ter senão uma significação por ser puro nó de uma palavra com outra palavra. Disso não resta senão que a vontade de sentido consiste em eliminar o duplo sentido. [...] A maneira pela qual o poeta pode realizar essa proeza de fazer com que um sentido esteja ausente é, sem dúvida, substituindo esse sentido ausente pelo que eu chamei de significação. A significação não é de forma alguma o que o povo crê, se posso dizer; a significação é uma palavra vazia (Lacan, 1976-77, p. 115).

A experiência da supervisão, tal como proposta por Lacan, se assenta no duplo sentido e implica na equivocidade. Ao dar lugar a uma voz que faz a leitura de um caso, abre-se a perspectiva de se operar com a equivocidade – os equívocos podem apontar para um outro sentido. É isolando o significante, tomando-o ao avesso que outra lógica se apresenta. Já dizia Lacan (1975/2016) “[...] a palavra ‘palavra’, eu a substitui pela palavra ‘significante’, e isso significa que ele se preste a equívocos, quer dizer, tem sempre diversas significações possíveis. [...] Em nenhum caso uma intervenção psicanalítica deve

ser teórica, sugestiva, quer dizer, imperativa; ela deve ser equívoca” (p. 53). Assim, Lacan nos indica que a intervenção psicanalítica não é outra senão da ordem do equívoco.

A importância dessa dimensão da equivocidade na assistência social é a de evitar que o ‘usuário’ fique adstrito a um sentido que o congela na rede pública. Quando prisioneiros do sentido, equipe e caso se tornam rigidamente adaptados à rotina burocrática, colados aos procedimentos, alienados ao protocolo. O sujeito se reduz a um sentido unívoco, eliminando todas as outras possibilidades de significação e intervenção. A instituição cai na reincidência. Por outro lado, a presença da supervisão no serviço cria a condição para a instalação desse campo vazio de significação, produzindo uma vacilação ali onde o sentido fixaria o sujeito a um significante que não diz de seu ponto de gozo, mas antes do mal estar que ele provoca na equipe. Muitas vezes os nomes que os casos recebem guardam mais o embaraço e a dificuldade de condução que, ao contrário, aquilo que poderia abrir um novo olhar para a direção da ação pública.

Na lição de 10 de maio de 1977 do *Seminário 24: L’insu que sait de l’une bévue s’aile à mourre*, Lacan (1976-77) faz uma tradução própria do *Unbewusst* freudiano (Inconsciente), como *l’une-bévue qui sait*, o que quer dizer um equívoco que sabe, “[...] um tropeço, uma vacilação, um deslizamento de palavra a palavra” (Lacan, 1976-77, p. 136). O inconsciente é impossível de se apreender (p. 139), pois ele não representa, não há desenho possível do inconsciente. “O inconsciente é um ciframento que se estabelece em relação a um limite. [...] O limite aponta ao sentido. Interpretar é uma operação que se dirime na dimensão do sentido, algo como uma tradução que se confronta com a equivocidade da linguagem” (Vidal, 1997, p. 11). Aqui o verbo dirimir, que significa obstruir, nos indica o ponto limite da interpretação em relação ao sentido.

Em “O aturdito” (1973/2003), Lacan afirma que “[...] a razão está em que aquilo a que concerne o discurso analítico é o sujeito, o qual, como efeito de significação, é

resposta do real”. Assim, ele enfatiza a dimensão do real, aquilo que não cessa de não se escrever, impossível de ser representado como provido de sentido pela lógica significante. Ainda em “O aturdito”, Lacan realça que nada funciona senão pelo equívoco significante (p. 459). “A linguagem, portanto, na medida em que essa forma tem aí lugar, não surte ali outro efeito senão o da estrutura em que motiva essa incidência do real” (Lacan, 1973/2003, p. 492). Ele, então, relata que há três pontos nodais em que os equívocos se concentram: 1) o homofônico; 2) o gramatical; e 3) o lógico.

No que tange à homofonia²⁴, Lacan exemplifica a equivocidade entre o *deux* (dois) e o *d’eux* (deles), entre o *paraître* (parecer) e *par être* (para ser) e o *sembler* (ser semelhante) e *s’y embler* (se emblemar), termos franceses que são pronunciados de maneira idêntica. “Todos os lances são permitidos aí, em razão de que, estando qualquer um ao alcance deles, sem poder reconhecer-se nisso, são eles que jogam conosco” (Lacan, 1973/2003, p. 493). Essa interpretação por homofonia, que é da ordem da equivocidade, remete ao componente latente na cadeia intencional do ser falante e escancara aquilo que do enunciado não se pôde compreender, fazendo aparecer a divisão do sujeito. Trata-se, portanto do jogo que opera com a raiz fônica do significante.

A respeito da gramática, Lacan reitera que se trata de um recurso ao qual Freud não se privava de recorrer, uma vez que ele “[...] faz os sujeitos ‘decorarem as lições deles’ na gramática que lhes é própria. Exceto que ele nos repete que, no dito de cada um deles, devemos estar prontos a revisar as ‘partes do discurso’ que julgamos ter podido preservar dos anteriores” (Lacan, 1973/2003, p. 493).

No equívoco gramatical apela-se à divisão do sujeito que busca se fazer representar na cadeia significante mas tropeça. Nas várias formas de equívocos

²⁴ A homofonia é uma relação entre duas ou mais palavras que, apesar de terem significado e grafia diversos, se pronunciam de modo idêntico.

gramaticais ('dizer coisas silenciosas', 'falar calando-se', 'querendo ou não'...) aparece a dimensão real da qual o sujeito é efeito.

Por fim, a respeito da lógica, Lacan (1973/2003) afirma que sem ela a interpretação seria imbecil e que nenhuma elaboração lógica jamais proveio senão de um núcleo de paradoxos com que designamos os equívocos, principalmente na relação com o sexual e no dizer da demanda. "Esse modo de interpretação não revela o objeto, mas a consistência lógica do objeto que é o impossível de dizer. O apofântico²⁵ da interpretação é correlativo do não-todo, sempre faz aparecer a consistência lógica e corporal do objeto" (Martinho, 2012). Um exemplo seria: 'sempre digo a verdade: sou um mentiroso'.

São esses três modos de equívoco da ordem significante que são considerados apofânticas, ou seja, revelam a falta de sentido do universo significante e apontam para o real, que destrutura o discurso do analisante. São eles que "[...] fazem aparecer no nível da língua, da linguagem e da lógica o impossível de saber o que está sendo dito, o impossível de dizer tudo" (Soler, 2012), ou seja, um dizer nada.

Colette Soler ainda se pergunta "por que o equívoco"? Porque trata-se do real da não relação, equívoco determinante para o ser falante. "E para que o faça em torno de um furo desse real pelo qual anuncia aquilo que, a posteriori, não há pluma que não se descubra atestando: que não há relação sexual" (Lacan, 1973/2003, p. 495).

Esse dizer provém apenas do fato de que o inconsciente, por ser estruturado '*como uma linguagem*', isto é, a língua que ele habita, está sujeito a equívoco pelo qual cada uma delas se distingue. Uma língua, entre outras, não é nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistir nela. É o veio em que o real – o

²⁵ O apofântico se refere, à partir da percepção aristotélica sobre a lógica, a qualquer enunciado verbal que seja passível de ser considerado verdadeiro ou falso, em função de descrever ou não o mundo real.

único, para o discurso analítico, a motivar sua saída, o real de que não existe relação sexual – se depositou ao longo das eras (Lacan, 1973/2003, p. 492).

Retomando à citação de Lacan do *Seminário 23: o Sinthoma*, podemos pensar no supervisionando como o rinoceronte, que espera do supervisor uma provisão de sentido à uma fala cujo sentido lhe escapa, mas encontra outra coisa. O supervisor não faz senão apontar para o vazio de significação, e nesse sentido uma operação se dá na passagem para a segunda etapa da supervisão: a ressonância do significante, que é da ordem do equívoco, e pode vir a liberar algo da ordem do *sinthoma*. Vejamos como podemos tomar o que seria essa liberação *sinthomática* no próximo tópico.

4.4 Do equívoco à liberação do *sinthoma*

A partir do que Lacan propõe em 1975-76, temos que uma segunda etapa na supervisão, tira proveito do equívoco para liberar algo do *sinthoma*: “[...] A segunda etapa consiste em tirar proveito desse equívoco que poderia liberar algo do *sinthoma*” (Lacan, 1975-76/2007, p. 18).

Questão instigante. Como pensar a supervisão a partir dessa indicação que Lacan nos faz? E antes disso, o que busca Lacan com este termo *sinthoma*?

Ao diferenciar o *sinthoma*²⁶ do sintoma, Lacan afirma que “[...] *sinthoma* é uma maneira antiga de escrever o que posteriormente foi escrito sintoma” (p. 11). Ele se questiona: “Em que artifício pode visar expressamente o que se apresenta de início como

²⁶ No *Seminário 23 – O Sinthoma* (1975-76/2007), Lacan propõe, ao analisar o nó borromeano, a existência de um quarto elo, o *sinthoma*. “Estabelecer o laço enigmático do imaginário, do simbólico e do real implica ou supõe a ex-sistência do *sinthoma*” (p. 21).

sintoma? Em que arte, artesanato, pode desfazer, se assim posso dizer, o que se impõe ao sintoma?” (p. 23). E responde: à saber, a verdade. E onde estaria a verdade?

“Só há verdade na medida em que ela apenas pode ser dita pela metade, tal qual o sujeito que ela comporta. Para exprimi-lo conforme o enunciei, a verdade só pode se meio-dizer” (p. 31), afirma Lacan. Podemos aqui retomar a construção da seção anterior em que mostramos como Lacan implica o verdadeiro ligado ao sentido como aquilo que sempre mente. Por isso, uma verdade nunca pode ser completamente dita. Daí a perspectiva de onde a supervisão opera estar referida à equivocidade. Podemos lembrar também a afirmação lacaniana de que a análise é o lugar onde repousa um dito e que nós ampliamos este aforismo para a lógica da supervisão. É um dito que só existe sustentado por uma verdade que é sempre não-toda; não-toda dita, por meio do que ressoa do real na equivocidade do significante. A supervisão busca seguir os rastros, os ecos de um dito na aposta de se apurar um saber inédito, um saber que toca o real.

A análise, em suma, é a redução da iniciação à sua realidade, isto é, ao fato de que, propriamente falando, não há iniciação. Em análise, todo sujeito conta o seguinte: ele é sempre e nada mais que uma suposição. Contudo, essa suposição está sempre entregue ao que chamarei de uma ambiguidade. Quero dizer que, como tal, o sujeito sempre é não somente duplo, mas dividido. Trata-se de dar conta do que dessa divisão, instaura o real” (p. 30).

Em 1975, ao se referir sobre a verdade, Lacan afirma que a mesma tem estrutura de ficção, pois passa pela linguagem. Por esse motivo, “[...] ela não pode senão se meio-dizer. Jurar dizer a verdade, nada mais que a verdade, toda a verdade: isto é justamente o que não será dito. Se o sujeito tem uma pequena ideia, é justamente o que ele não dirá” (Lacan, 1975/2016, p. 54). Se há verdades que tangem ao real, são verdades inconfessáveis, diz ele.

Ainda nas conferências norte-americanas, Lacan (1975/2016) retoma a questão sobre o que seria o sujeito ser liberado do sintoma, ponto que nos interessa radicalmente aqui. Ele destaca que em análise, existe sempre alguém que fala sem a menor preocupação de se contradizer. Há também um outro, que não fala na maior parte do tempo para deixar a palavra do outro circular. Mas quando este fala, supõe-se que diz a verdade, “[...] mas não importa qual, a verdade é que é necessário que o analisante ouça. É necessário que o analisante ouça: por que? Pelo que ele espera, a saber, ser liberado do sintoma” (Lacan, 1975/2016, p. 71). E ele mesmo se pergunta sobre o que seria poder supor que alguém seja liberado do sintoma? Isso supõe que o sintoma e este tipo de intervenção do analista são da mesma ordem.

O sintoma lhe diz algo. Ele diz, é outra forma do verdadeiro dizer, e o que em suma faz o analista é tratar de fazer um pouco mais do que deslizar sobre. É bem por isso que a análise, a teoria analítica, usa um termo como resistência. O sintoma, isso resiste, não é alguma coisa que vai embora por si só; mas apresentar uma análise como algo que seria um duelo, é totalmente contrário à verdade, é bem por isso que tentei – ao longo do tempo, isso não veio de imediato - construir algo que desse conta do que se passa numa análise. [...] Se nós dizemos – nós analistas – que existe um inconsciente, isso está fundado sobre a experiência. A experiência consiste nisso, é que desde a origem, existe uma relação com “lalíngua” que merece ser chamada, a justo título, maternal, porque é pela mãe que a criança – se posso dizer assim – a recebe. Ela não aprende. Há uma pista (Lacan, 1975/2016, pp. 71-72).

Sintoma e *sinthome*, é importante diferenciá-los. Inicialmente, em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (Lacan, 1953/1988) a noção de sintoma para Lacan se relaciona à palavra plena, como significante de um significado recalcado

da consciência do sujeito. O sintoma é uma mensagem dirigida ao Outro que precisa ser interpretada para liberar o seu sentido. Já em “Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (Lacan, 1954/1988), o sintoma aparece como metáfora, em que o recalcado já não é um significado, mas um significante. Já a partir do *Seminário 10: a Angústia* (1962-63/2005), há uma nova dimensão do sintoma, ou seja, há no sintoma um gozo em si mesmo, onde não há correspondência significante ou significação; o sintoma não é tomado como uma mensagem dirigida ao Outro. Diferentemente disso, ele contém um gozo que pode ir na direção oposta ao Outro. E é no *Seminário 20: mais, ainda* (Lacan, 1972-73/1985) que se consolida essa dimensão: o sintoma pode se manifestar como o que se produz no campo do real: goza-se do sintoma porque não há relação sexual. O sintoma é veículo de gozo em si.

No que tange ao *sinthome*, Lacan nos indica que ele é condicionado não pela linguagem, mas por ‘alíngua’ (*lalangue*); a língua maternal, a língua que a criança recebe da mãe. Há, portanto, um modo de gozar singular irreduzível, não passível de ser reduzido pela dimensão significante. Jacques-Alain Miller (2010) afirma que

[...] tomar o ponto de vista do sinthoma é saber que há aquilo-que-não-mudará; tomar o ponto de vista do sinthoma é um limite inaugural ao *furor sanandi*. É o incurável inscrito na porta de entrada: Nem sonhe em curar! Não te vanglories de teus sucessos terapêuticos! Olhe para o que não muda! Isso acentua o fato de que a análise faz emergir o incurável e que o sinthoma singular é também uma verdade que se expressa: Todo mundo é louco, todo mundo faz uma elucubração de saber sobre o sinthoma. A significância é uma elucubração de saber sobre seu modo de gozar (Miller, 2010).

Miller afirma que o *sinthoma* é um conceito que foi inventado para o caso de James Joyce por Lacan para designar o singular, o fora da clínica, fora da classificação,

“o singular em seu absoluto” (Miller, 2010). E ele se questiona se isso só valeria para o caso Joyce.

Ou será que isto ajuda a perceber que, em cada um, em cada um daqueles que se parecem com alguns outros e dos quais a clínica cuida, que em cada um há algo absolutamente singular e que é desabonado do inconsciente? Lacan acreditou ter percebido e mostrado isto: que há *sinthoma* em cada um (Miller, 2010).

Para Miller, Joyce encarnou o *sinthoma*, encarnou o singular, “ali onde o comum apaga, onde o comum se apressa em se abonar do inconsciente, e nesse momento a máquina de fabricar sentido comum se põe em marcha, a máquina de fabricar equívocos capazes de nos revirar as tripas numa multidão” (Miller, 2010).

A concepção do *sinthoma* traz a percepção de um modo de gozo singular, um gozo como fora do sentido. O *sinthoma* é o que há de singular em cada indivíduo, apesar dessa não ser a melhor forma de defini-lo. Não há como falar do singular, ele “ex-siste” à semelhança, ou à possibilidade de representação, ou seja, é intangível pela lógica da linguagem (Miller, 2010).

Estariamos localizando aqui a dimensão do “inconsciente real” citada por Lacan no *Prefácio à edição inglesa do Seminário 11* que se encontra em *Outros Escritos*? Trata-se de uma possibilidade de se conceber o inconsciente não excluindo a sua referência à linguagem, mas de um inconsciente diferente daquele produtor de sentido; trata-se do inconsciente tomado como real e não como transferencial (Miller, 2009, p. 18). Lacan afirma: “[...] Que só é o que se crê – digo: o inconsciente, seja, o real – caso se acredite em mim” (Lacan, 1976/2003, p. 567). Vale lembrar que Lacan escreveu esse prefácio em 17 de maio de 1976, imediatamente após a escrita do *Seminário 23: O Sinthoma*, que foi concluído em 11 de maio de 1976.

Ainda nessa direção, ele afirma que “[...] quando o espaço de um lapso já não tem nenhum impacto de sentido (ou interpretação), só então temos certeza de estar no inconsciente” (Lacan, 1976/2003, p. 567). Estamos diante do inconsciente como fora da lógica significante. É ao se referir à Joyce que Lacan enfatiza a articulação do inconsciente ao real: “É totalmente legível em Joyce que a epifania é o que faz com que, graças à falha, inconsciente e real se enodem” (Lacan, 1975-76/2003, p. 151).

Freud já nos orientava que não é possível interpretar corretamente o sentido de um sintoma sem as associações verbais do próprio paciente. “O sintoma é real, é mesmo a única coisa verdadeiramente real; quer dizer que tem um sentido, que conserva um sentido no real; é bem por isso que o psicanalista pode, se ele tem chance, intervir simbolicamente para dissolvê-lo no real” (Lacan, 1976-77, p. 111).

Assim a técnica freudiana já apontava para o que Lacan ressalta sobre a função de *alíngua* na constituição da significação e do sentido, ou seja, do fato de que a verdade só pode ser semi-dita, ou, dito de outra maneira, na constituição das manifestações fora de sentido do inconsciente real (Soler, 2012).

É que se a interpretação não tem esta relação ao que não tem nenhum outro meio de chamar de outra forma senão: a verdade; se ela é apenas essa última, enfim, a abrigamos, na manipulação, assim, de todos os dias, hein! não vamos incomodar, assim, os... queridinhos que supervisionamos, a lhes pesar o lombo com a carga da verdade... Então, lhe dizemos que a interpretação tem – ou não – “êxito”, como se diz, pois ela tem... o quê? – é o critério, hein! – que ela tenha seu efeito de discurso!... o que não pode ser outra coisa... senão um discurso! Isto é, houve material, isso repercutiu, o tipo continuou a berrar (Lacan, 1967/2008, p. 438).

Ao retomarmos a citação de Lacan que nos guia sobre a supervisão, podemos dizer que a segunda etapa da supervisão pressupõe a consideração da importância do equívoco

para a interpretação e para a liberação de algo do *sinthoma*, ou seja, daquilo que resta inanalísável ou inapreensível pela lógica significante, à saber, o inconsciente real, o incurável do sintoma, inominável, o singular de cada um. Esse movimento aconteceria sem abrir mão do equívoco do significante e da ordem simbólica, afinal, Lacan nos indicou que é preciso que algo do significante ressoe. Não por acaso, o *sinthoma* foi considerado por Lacan como o quarto elo do nó borromeano, refazendo o modo de amarração dos três registros RSI, uma vez que permite reduzir um excesso de gozo. “Como o *sinthoma* se caracteriza por ser singular e participar da lógica do não todo, foi por isso colocado por Lacan do lado feminino, impossível de totalizar” (Baudini, 2012, p. 3).

Nesse sentido, no *Seminário 23: o Sinthoma*, Lacan afirma que “A mulher só é toda sob a forma pela qual o equívoco toma de nossa língua o que ela tem de picante, sob a forma do *mas isso não*, tal como se diz *tudo, mas isso não*. [...] O *mas isso não* é o que introduzo sob meu título desse ano como *sinthoma*” (p. 15). É justamente esse ‘mas isso não’ o que faz função de real no saber, conforme já havia afirmado Lacan em *Radiofonia* (1970b/2003).

O saber que se acrescenta ao real é o do inconsciente, que vocês o tomem como linguagem ou como *alíngua*. O inconsciente-saber acrescenta-se ao real fora do simbólico. O que é que faz função de real no saber? Não é o sintoma que, por sua vez, está no real, mas não no saber. Lacan respondeu: o impossível. A tal ponto que podemos dizer que é do lado das modalidades lógicas que o dizer da análise estabelece, que procuramos o que faz função de real no saber inconsciente. Sob uma dupla forma: o que o dizer da análise não pode escrever e o que ele não pode não escrever (Soler, 2012).

Assim, o analista não pode calcular sua interpretação, uma vez que a verdade é tão incalculável como o real. É exatamente esse ponto que transforma o “analista-rinoceronte” que tenta calcular sua interpretação, no analista que aposta no *sinthoma*: considera o real, *alíngua* e seus equívocos. Trata-se de amarrar de um outro modo, não aquilo que é ininterpretável, mas o gozo do sentido.

Quanto ao gozo do sentido, gozo do bla-blá-blá, ele implica nesse mais além da função significante. Mais do que comunicar, a palavra faz gozar. Quando do Imaginário e do Simbólico o cruzamento se produz, nesses dois pontos, há o sentido (Guerra, 2013).

Podemos pensar que é esse gozo do sentido que se articula ao discurso assistencial quando o sujeito ao falar goza da produção de sentido, se apoiando no discurso da política pública. Introduzir o espaço da supervisão no campo da assistência social implicaria, assim, em ocupar-se menos com a liberação do sintoma, como apagamento do índice de desadaptação ou de desinserção, e mais em liberar algo do *sinthoma*, no sentido de um tratamento do mal estar estrutural a partir da solução que cada sujeito irá conferir à própria situação. Sem crer na imposição de uma solução universalista e benéfica para todos igualmente, o trabalhador da assistência social pode escutar e dar caminho a soluções inéditas, singulares e vivas, passíveis de serem construídas a cada caso. No próximo capítulo, veremos como podemos articular toda essa teorização à uma experiência prática de uma psicanalista como supervisora numa instituição pública de assistência social, e tentar verificar se nessa experiência poderíamos localizar essa segunda etapa da supervisão, conforme nos indica Lacan.

5 A SUPERVISÃO CLÍNICO-INSTITUCIONAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nos capítulos anteriores, fizemos uma retomada histórico-conceitual partindo das primeiras referências freudianas sobre a supervisão em psicanálise até as formulações lacanianas, a partir do seu afastamento da IPA. Localizamos algumas passagens na obra de Jacques Lacan que nos conduziram a uma análise da supervisão a partir de cinco eixos: a relação transferencial, o lugar encruzilhada, a posição terceira, o lugar da transmissão e a subjetividade segunda. Em seguida, tomamos uma passagem do *Seminário 23: o Sinthoma*, como citação-guia e trabalhamos as duas etapas para a supervisão propostas por Lacan. Analisamos a obra *O rinoceronte* de Eugène Ionesco com o intuito de localizar o que Lacan chamou de primeira etapa da supervisão. Na sequência, trabalhamos as nuances das ressonâncias do significante à partir da dialética sentido/significação e da equivocidade, que compõem a lógica do que Lacan chamou de segunda etapa da supervisão

Tendo feito essa revisão, neste capítulo iremos utilizar essa retomada conceitual para refletir sobre uma prática, à saber, a prática de supervisão no campo institucional. Iremos analisar uma experiência de supervisão na política pública de assistência social localizando seus principais desafios e pontos de embaraço.

Inicialmente, retomaremos o histórico desta prática nesta política pública a partir de um primeiro registro datado do ano de 1993 localizando no desenrolar dessa experiência seus principais pontos de impasses e sua dimensão ética. Em seguida, discutiremos a questão do sujeito e da singularidade nessa política pública, ou seja, daquilo que está para além das garantias de direitos propostas pela política pública, levando em consideração o tripé necessidade-demanda-desejo. Retomaremos a noção de

‘caso clínico’ tomando-o como possibilidade de subversão do discurso totalizante universal. Faremos uma distinção entre a lógica da supervisão e a construção do caso clínico, localizando as diferenças entre essas duas práticas. Por fim, localizaremos o que chamamos de “mal estar na instituição”, à saber, as vicissitudes da inserção do discurso analítico numa instituição de assistência social e analisaremos os efeitos dos deslocamentos produzidos pela aposta nesse discurso.

5.1 As particularidades da supervisão no contexto da política pública de assistência social

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 é um importante documento publicado com o intuito de descrever os objetivos, princípios e serviços que compõem o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, marcando uma institucionalização da assistência social como política pública a ser garantida pelo Estado e não por ações assistencialistas e de caridade. O público usuário dessa política é constituído por

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas

diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Resolução nº 145, 2004, pp. 18-19).

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS²⁷ se organiza a partir da complexidade da vulnerabilidade social em que o sujeito se encontra. Assim, temos os serviços da Proteção Social Básica cujo objetivo é a prevenção de situações de risco social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Seu público-alvo são pessoas em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação de renda ou de acesso aos serviços públicos ou fragilização dos vínculos afetivos (relacionais e de pertencimento social). O principal equipamento de atendimento dessa proteção é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Já a Proteção Social Especial organiza uma oferta de serviços destinados à famílias e indivíduos que se encontram em “[...] situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (Resolução nº 145, 2004, p. 37). Esta proteção se divide em Proteção Social Especial de Média Complexidade²⁸, cujos principais serviços são executados nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

²⁷ Para maiores informações sobre a organização dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, remeto o leitor para a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)

²⁸ São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado, tais como: Serviço de orientação e apoio sócio-familiar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA).

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade inclui serviços que garantem a chamada ‘proteção integral’, ou seja, “[...] moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (Resolução nº 145, 2004, p. 38). Incluem-se nesta proteção, as unidades de acolhimento institucional de famílias e indivíduos, seja na modalidade casa de passagem, albergue ou república. São acolhidas nessas unidades, pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social que necessitavam de local de moradia provisório, em alguma dessas modalidades supracitadas.

A complexidade da experiência no campo social, levou, desde 1993 à organização de espaços de supervisão clínico institucionais no município de Belo Horizonte. Consideramos, então, relevante realizar um resgate dessa história que se inicia antes mesmo da publicação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004).

Os primeiros registros encontrados são os relatórios da chamada Supervisão Psicanalítica desenvolvida entre 1993 e 1994 pelas psicanalistas Elisa Arreguy Maia e Nilza Rocha Féres, junto ao Programa Miguilim²⁹. Naquele momento, a situação dos meninos e meninas de rua do município havia se tornado um problema social e preocupava o corpo gestor da época, que fora convocado a dar uma resposta rápida para solucionar essa questão. O município criou, então, uma equipe formada por educadores sociais (profissionais de nível superior de várias formações profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, filósofos, etc.) para realizar um acompanhamento psicossocial com essas crianças e adolescentes.

²⁹ Programa municipal que visava atender crianças e adolescentes em situação de vida nas ruas.

As crianças que além de viverem num semiabandono e no abandono, resultante de uma situação de miséria, desenvolveram um estranho apego à rua, pois, nem sempre estão na rua porque não têm casa ou família. [...] No entanto, ao se ofertarem estes bens materiais, pela política de assistência social, a tais crianças, elas nem sempre os recebem, algumas chegam a recusá-los. (Maia & Feres, 1994)

As psicanalistas verificaram então, que havia uma certa recusa dessas crianças e adolescentes em relação às respostas prontas dadas pela política pública: retorno para casa, alimentação, encaminhamento para escola, etc. Essa recusa deixava claro que o caso interrogava a política/oferta e é justamente a partir dessa interrogação que se abre a possibilidade da construção de um novo saber. Com base nessa perspectiva, no ano de 1993, o projeto das duas psicanalistas foi aprovado pela então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Nele a supervisão, denominada naquele momento de “Supervisão Psicanalítica”, surgia como proposta de se operar no cruzamento entre os campos da política e do singular de cada caso. Dos impasses e possibilidades que a questão dos meninos e meninas de rua colocava para a sociedade e para as políticas públicas, surgiu a proposta de supervisão clínico-institucional (Penna et al., 2016).

A psicanálise, por meio da supervisão, foi chamada a produzir um saber sobre o problema. No entanto, Maia e Feres (1994) advertem que o saber que a psicanálise produz se apresenta sob a forma de um ‘não saber’, deslocando a dimensão da oferta que a assistência faz para a dimensão de um ‘querer saber’. A escuta do saber dos meninos e meninas de rua opera uma torção importante que a supervisão no campo da assistência social vem salientar. Elas destacam também a importância dos meninos e meninas terem um educador de referência para o atendimento, o que aponta para a relevância da relação transferencial na realização do trabalho proposto.

Essa primeira experiência de supervisão também foi considerada lugar de suporte para o trabalhador, para que ele tivesse um espaço para ser escutado, movido pela angústia do encontro com o outro, o que acabou introduzindo uma dimensão ética de trabalho. Esta dimensão ética está do lado da pergunta sobre o fazer do educador: “por que faço, porque faço assim?”.

Dessa primeira experiência de supervisão clínico-institucional em Belo Horizonte, foi possível recolher, através dos relatórios, alguns pontos orientadores: a escuta da singularidade dos casos, o chamado “suporte” ao trabalhador, e a possibilidade de invenção e criação nas intervenções, que muitas vezes não iam ao encontro das saídas já impostas pelo poder público, *a priori* (Penna et al., 2016).

No ano de 1998, o município de Belo Horizonte assume a execução das medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida), no acompanhamento de adolescentes autores de ato infracional. Desde o início do programa, os trabalhadores – psicólogos e assistentes sociais - já contavam com a supervisão de orientação psicanalítica como um dispositivo clínico a que poderiam recorrer. Em 2004, o Serviço de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, que também visa ao acompanhamento de adolescentes autores de ato infracional, foi implementado no município e contava com a oferta de supervisão, da qual as equipes de trabalho poderiam lançar mão.

No Caderno de Metodologia do Serviço de Medidas Socioeducativas (2010) do município encontram-se descritas as dimensões clínica (ligada à singularidade de cada caso) e política (ligada à dimensão institucional) envolvidas na supervisão:

A supervisão deve ser “clínico-institucional”, no sentido de que a discussão dos casos clínicos deve sempre levar em conta o contexto institucional, isto é, o serviço, a rede, a gestão, a política pública. Assim, ao supervisor cabe a complexa

tarefa de contextualizar, permanentemente, a situação clínica, foco do seu trabalho, levando em conta as tensões e a dinâmica da rede e do território. Em outras palavras: buscando sustentar o diálogo ativo entre a dimensão política da clínica e a dimensão clínica da política (Coordenação Nacional de Saúde Mental, 2007 citado por Ribeiro et al., 2010, p 57).

Em 2006, houve um movimento de ampliação da oferta da supervisão a outros serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade que posteriormente passaram a compor o Serviço de Proteção de Atendimento Especializado à Família e Indivíduos – PAEFI – com a efetivação da implantação dos CREAS. Inicialmente, a oferta visava produzir uma demanda, e as supervisões aconteciam de forma individualizada e por demanda espontânea. Em 2007 foi implantado um modelo que priorizava a chamada “supervisão coletiva”, no qual os casos eram discutidos e construídos em grupo.

Retomando alguns documentos registrados nos arquivos da antiga Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social [SMAAS], foi possível localizar a constituição de um grupo de trabalho em 2008 que discutia a “supervisão de casos nos CREAS”. Discutiu-se sobre a natureza da Supervisão, diferenciando-a dos espaços de discussão de caso e estudo de caso:

Torna-se necessário distinguir a Supervisão do dispositivo metodológico “Discussão de casos”. É preciso distinguir ainda, a supervisão do “Estudo de caso”, prática de estudo que visa levantamento de dados históricos do usuário e levantamento de sua situação atual e que não opera enquanto supervisão porque não visa a construção do caso e sim o seu estudo. [...] A Supervisão “abre espaço

para a reflexão sobre a prática”. Possibilita a escuta do singular, a emergência da subjetividade e a construção de uma direção para o acompanhamento. O caso orienta uma práxis. (Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social [SMAAS], 2008)

A oferta da supervisão nos serviços de Alta Complexidade teve início no ano de 2014 com os trabalhadores que atuavam nas Unidades de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, no Serviço de Apoio à Reintegração Familiar (SARF) e no Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora.

No período entre 2015 à 2017, ocupei a função de supervisora clínico-institucional na Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social [SMAAS] do município de Belo Horizonte, escutando trabalhadores (psicólogos e assistentes sociais) que atuavam no acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, a maioria recém saídos ou em processo de saída da situação de rua, e que permaneciam em acolhimento institucional (“abrigos”). Os casos considerados mais complexos é que eram encaminhados para a chamada “Supervisão de Casos”, conduzida por uma psicanalista de orientação lacaniana.

Os trabalhadores das unidades de acolhimento institucional procuravam esse espaço de supervisão partindo de uma angústia que surgia desse acompanhamento; angústia que denunciava a falha da política pública que se pretende *toda* e que é regida por preceitos que aspiram certa universalidade. Na ânsia de garantir acesso aos serviços públicos, alimentação, moradia, vale transporte, e diversas outras demandas feitas pelos usuários³⁰, muitas vezes, os psicólogos e assistentes sociais se viam presos às garantias materiais. A escuta do sujeito, da singularidade de cada caso ficava em segundo plano.

³⁰ Destaca-se que o cidadão que circula e faz uso dos serviços e benefícios no âmbito do Sistema Único de Assistência Social são comumente chamados de “usuários”.

Ocorre que, diversas vezes eles eram surpreendidos por demandas que passavam por outra lógica que não a assistencial, ou seja, por algo que a política pública não poderia recobrir (como por exemplo, usuários que tinham moradia ou família, mas se negavam a ir morar nesses espaços, deixando a equipe de mãos atadas às garantias materiais que já existiam, mas o que se demandava era outra coisa). Dessa prática, surgia o reconhecimento da impossibilidade de atender materialmente às demandas dos usuários e, sobretudo, a necessidade de se efetivar uma escuta, pois algo escapava à apreensão pragmática das garantias.

Assim, aos poucos, incentivado pelo corpo gestor, esse espaço foi sendo construído partindo da ideia de acolher isso que surge de insuportável da experiência de atendimento com o sujeito, ou seja, tudo aquilo que o discurso institucional não é capaz de contornar. É para a supervisão que se encaminha o resto, o rechaço dessa lógica assistencial, ou seja, algo da singularidade que a política desconhece.

Nesse sentido, trazemos um pequeno fragmento de caso escutado em supervisão: usuário encontrava-se em situação de rua e foi encaminhado para uma unidade de acolhimento institucional. Tinha o hábito de contar mentiras, furtar objetos na unidade e possuía muitas dívidas. Arrumava briga o tempo todo: com os outros usuários, com a equipe de atendimento... Quando conseguia algum emprego, arrumava logo uma maneira de “não dar certo”: havia uma dívida que não poderia/queria pagar com esse dinheiro. Assim, permanecia na dependência da unidade como moradia, o que gerava grande incômodo na equipe de acompanhamento do caso, uma vez que o abrigo tinha um caráter de moradia provisória.

Algumas questões surgiram em supervisão: por que o usuário se recusava a superar a situação de rua e a se engajar num trabalho fixo? Por que não pagava essa dívida? Por que não permanecia nas ofertas de trabalho que encontrava? Se ele não se

engajava no trabalho e nem no estudo, o que ele queria afinal? Por que permanecia no abrigo? Por que arrumava tanta briga na instituição? Ele se portava como um injustiçado que estava sempre brigando por seus direitos. Sempre “criava doenças” nos momentos em que estava quase conseguindo garantir sua autonomia. Portava-se como um “*menino desamparado, furtava até biscoitos, se intitulava sempre como uma pessoa sozinha*”, afirmava a trabalhadora. A angústia da trabalhadora ligava-se justamente ao fato de que não havia oferta possível que fizesse com que este “usuário” rompesse com a situação de rua ou mesmo com a situação de “abrigado”.

Assim, fez-se necessário deslocar as perguntas do caso para algo que tocasse à singularidade: afinal, o que esse usuário deseja? O que ele demanda? Qual o lugar para esse sujeito de “estar abrigado”, ‘a-brigado’, arrumando briga; ou mesmo de não permanecer em situação de “desabrigado”? Pelo que ele briga?

O endereçamento do caso para a supervisão possibilitou uma retomada do mesmo e uma reescuta. Reeditar as perguntas sobre o caso, transformar em enigma a posição do sujeito atendido, refinar as coordenadas que guiavam uma escuta, enfim, são essas as orientações que guiam uma prática. Operar com a equivocidade – *des-abrigo, abrigo, a-briga...* Lembremos com Lacan que é pela via da operação do significante que os sujeitos podem se reposicionar frente a sua demanda.

Então, como pode que, pela operação do significante, existam pessoas que se curam? Pois é exatamente disso que se trata. É fato que existem pessoas que se curam. Freud bem sublinhou que não era preciso que o analista estivesse possuído pelo desejo de curar; mas é fato que há pessoas que se curam [...] (Lacan, 1978).

Freud já nos advertia de que deveríamos evitar o furor *sanandi*, ou seja, o ímpeto de curar o sujeito e seu sintoma. É pela via da escuta do significante, dando relevo à equivocidade, que o sujeito pode se reposicionar frente ao seu sintoma e à sua demanda.

5.2 O sujeito mais-além do que é possível garantir

A questão apontada no final do item anterior nos leva a pensar que é a singularidade do usuário que marca aí sua presença, exigindo um manejo que está para além da oferta de benefícios e serviços ligados à garantia de direitos e das necessidades básicas.

Isso evidencia um paradoxo, na medida em que, mesmo que a política pública busque uma garantia de direitos e de assistência, não há garantia imposta por um Outro que consiga abarcar as questões singulares. Esse paradoxo implica uma discussão ética relativa à ideia de Bem. A política (que etimologicamente se liga a *polis*, cidade-estado) é sempre articulada a partir da ideia de um bem comum; do bem para todos, o que, por si só, não contempla a lógica do singular, do um a um. Segundo a crítica feita por Badiou, na esfera dos direitos do homem, prevalece, entre outros pressupostos a suposição de

[...] um sujeito humano geral tal que o que lhe sucede de mau seja identificável universalmente [...], de modo que esse sujeito é ao mesmo tempo um sujeito passivo, ou patético, ou reflexivo: aquele que sofre; e um sujeito de julgamento, ou ativo, ou determinante: aquele que, identificando o sofrimento, sabe que é preciso fazê-lo cessar por todos os meios disponíveis. (Badiou, 1995, p. 21)

Assim, em nome de ‘querer o bem’ foram determinadas na história conhecidas atrocidades, tais como a implantação de regimes totalitários e os processos de colonização impostos pelas populações ‘mais desenvolvidas’, para citar alguns. De acordo com Badiou (1995),

[...] o próprio direito é inicialmente um direito “contra” o Mal. O “Estado de direito” é requisitado porque somente ele autoriza um espaço de identificação do Mal (a “liberdade de opinião”, na visão ética, é de início liberdade de designar o Mal) e fornece os meios para arbitrar quando as coisas não estão claras (aparato de prevenções judiciárias) (Badiou, 1995, p. 21).

O autor afirma ainda que os chamados direitos humanos são “os direitos ao não-Mal”, ou seja, direito de não ser ofendido em relação ao seu corpo (horror à fome), maltratado em relação à sua vida (horror à permanência da vida nas ruas) nem em sua identidade cultural (horror à humilhação das minorias, à miséria, etc.). Um bem associado a ideia de garantia das necessidades básicas implica a ideia de sobrevivência e baliza leis, condutas e formas homogêneas de intervenção social que não contemplam a dimensão do sujeito do desejo (Altoé, 2004).

A dimensão do desejo em Lacan vai além da necessidade e pressupõe a presença do Outro, ou melhor, o desejo se inscreve a partir de uma relação simbólica através do desejo do Outro. O desejo é mediado pela demanda que é sempre endereçada ao Outro. O desejo se situa entre a demanda e a necessidade. Para além da demanda de satisfação das necessidades, há a demanda de algo mais; segundo Lacan, toda demanda é uma petição de amor (Lacan, 1960/1998, p. 828). E mesmo que ela incida em um objeto ligado a uma necessidade, ela porta sempre uma outra dimensão. Assim, de demanda em demanda, o sujeito tenta nomear algo que por estrutura lhe falta. É o modo específico de lidar com esta falta que nos aponta para a singularidade de cada um. Com Lacan, a relação deste tripé fica assim condensada:

Longe de ceder a uma redução logicizante, ali onde se trata do desejo, encontramos em sua irredutibilidade à demanda a própria mola do que também

impede de reduzi-lo à necessidade. Para dizê-lo elipticamente: que o desejo seja articulado é justamente por isso que ele não é articulável (Lacan, 1960/1998, p.819).

Lacan anuncia a dependência do desejo ao campo do Outro, tanto pelo que este Outro institui de falta por não poder trazer uma satisfação plena, quanto porque o sujeito ‘deseja’ o que supõe ser objeto do desejo do Outro. Nesse sentido, quando a política pública antecipa ao sujeito o que ele ‘precisa’, quando determina o que é o bem para esse sujeito, ela afirma o que o sujeito deve querer, fazendo uma oferta que a política supõe ser inequívoca.

Quando perguntamos o que *falha* na política pública, estamos nos referindo ao que ressurge como demanda que só é transitiva em aparência – a demanda de vale-transporte, demanda de encaminhamentos para emprego formal, demanda de benefícios, etc. Para além disso, o que essa demanda aponta, em sua reincidência, é a impossibilidade de satisfação do desejo. Então, torna-se impraticável qualquer aplicação genérica de uma técnica, prática ou política que seja universal. É aí que se mostra necessário deslocar a ênfase dada ao ideal da política institucional para o real que está em jogo. Mais do que tentar “disciplinar” a demanda, torna-se imprescindível remeter o sujeito a um dizer sobre seu desejo. Essa é uma aposta que leva em consideração o ponto ético da psicanálise na mais profunda consideração da singularidade. Lacan nos oferece uma saída:

Eis por que a pergunta do Outro, que retorna para o sujeito do lugar de onde ele espera o lugar de um oráculo, formulada como um “*Che vuoi?* – que quer você?, é a que melhor conduz ao caminho de seu próprio desejo [...] (Lacan, 1960/1998, p. 829).

Retomando o nosso problema, cabe lembrar que a Política de Assistência Social, enquanto política de Estado, configura-se como um avanço na medida em que assegura que as garantias sócio-assistenciais definidas por lei sejam afiançadas pelo Estado em contraposição a um modelo assistencialista pré-constitucional ligado à benesse e à caridade. Não se trata de desconsiderar esse avanço. Nossa tentativa é de avaliar a possibilidade de incluir nesse modelo uma outra lógica que considere a dimensão subjetiva, de reconhecer o caráter desejante constitutivo dos sujeitos em questão para tratá-los como tal. Do indivíduo passivo do assistencialismo, passando pelo sujeito de direitos, propomos um passo além em direção ao sujeito do desejo.

A política pública cria nomeações abrangentes como “população em situação de rua”, “usuário”, “indivíduos em situação de vulnerabilidade social” criando uma classificação interna que visa a organização e a divisão dos serviços e das ofertas. “Classificar é predizer, estabelecer inferências (predicados) que seriam necessárias para a universalidade dos indivíduos daquela espécie, distinguindo-os de outras espécies” (França Neto, 2010, p. 134). Nomeações talvez sejam inevitáveis em uma política pública. A questão é reconhecer seu caráter de semblante, não para negá-las, mas para saber tratá-las. Dessa forma, não é o caso de nos rebelar contra o sistema e contra as nomeações que ele estabelece, nem de nos deixar engolir por sua engrenagem, mas de apostar em dispositivos que possibilitem a manifestação do sujeito como tal (França Neto, 2010). Outro é constitutivo, nomeia o sujeito e norteia seu desejo. Não se trata de desconsiderar-lhe a função. É preciso avançar e poder dele prescindir. Como nos diz Lacan no *Seminário 23: o Sinthoma*, devemos “[...] prescindir do Nome do pai [...] com a condição de nos servirmos dele” (Lacan, 1975-76/2007, p.132).

Considerar a singularidade dos sujeitos nessa política pública de garantia de direitos nos faz pensar sobre a função e o papel de uma supervisão de orientação lacaniana

nesse contexto. Acreditando que possa haver um reposicionamento do sujeito frente ao próprio desejo e que isso possui implicações éticas que envolvem uma responsabilização³¹ é que se salienta os desafios colocados aos trabalhadores que, nesta prática, se angustiam. É a angústia do trabalhador que, embora muitas vezes camuflada, funciona como um *empuxo à supervisão*.

A supervisão clínica é o espaço que o trabalhador busca tentando achar respostas para os impasses advindos de sua prática. A prática da supervisão implica uma demanda de saber: saber sobre o caso, sobre o diagnóstico, sobre o manejo da situação, sobre os alcances e consequências de sua intervenção. Questões técnicas, mas também questões que tocam a subjetividade do próprio trabalhador. O analista-supervisor é colocado numa posição de suposto-saber. Cabe a ele acolher a demanda de respostas pragmáticas, apontando um mais além que abre a possibilidade de surgimento de um novo saber. Nos desdobramentos de sua teoria, Lacan nos apresenta a seguinte formulação lógica: “Peço-te que me recuses o que te ofereço, porque não é isso” (Lacan, 1971-72/2012, p. 79). Ressalta-se aí a propriedade da demanda de não poder situar o que vem a ser o objeto do desejo, o que implica uma operação que envolve suspensão e recusa para que a dimensão do desejo possa ser escutada.

Podemos lembrar aqui a passagem de Lacan, no *Seminário 10, A Angústia* (1962-63/2005), ao se referir à supervisão. Para ele, trata-se de uma operação “onde se faz aparecer num átimo o que é possível captar além dos limites do saber” (Lacan, 1962-63/2005). É preciso compreender também que “[...] a questão não é [...] saber o que fazemos na instituição, mas o que o sujeito faz e quer fazer nela” (Alvarenga, 2011, p. 4).

Nesse sentido, o trabalhador pode vir a ser um agente provocador da mudança de posição do sujeito que ele escuta, desde que as demandas dos sujeitos sejam tomadas

³¹ Cabe enfatizar a responsabilidade dos coletivos, das instituições, da sociedade e do próprio Estado, evitando culpabilizar o sujeito e desimplicar o outro no campo da violação de direitos e da miserabilidade.

como enigma tanto para ele quanto para o sujeito. É ele, o trabalhador que, em suma, recolhe os restos – o impossível de ser incluído na política em sua universalidade –, o que coloca em questão a veracidade ilusória desse universal.

É a distância do supervisor quanto à situação prática e a certeza de que não há um saber pronto nem leis universais que respondam pelo sujeito o que permite lançar supervisor e supervisionando nas vias de uma produção inédita, de uma reinvenção da *práxis*. Nossa aposta é de que a supervisão, “um lugar encruzilhada”, possa funcionar como um hiato na lógica totalizante da instituição.

5.3 A garantia de direitos e o sujeito do inconsciente

Na política de assistência social, encontra-se frequentemente uma crítica feita por alguns trabalhadores de que há uma tendência dos profissionais do campo *psi* de “psicologizar” a questão social e material, responsabilizando os sujeitos pela condição de miserabilidade ou vulnerabilidade em que se encontram. Outra crítica comum é de que a psicanálise, ao considerar a lógica da singularidade, do gozo, do sintoma, ou seja, a subjetividade do “usuário”, também culpabiliza o mesmo por sua condição social. Alguns ainda dizem que essa perspectiva de atuação, que considera o sujeito e seu desejo, estaria na direção oposta àquela que preconiza a política pública, que universalmente, busca estabelecer garantias de direitos aos cidadãos.

Ao intitular os trabalhadores (psicólogos e assistentes sociais) como “técnicos”, o discurso institucional imputa à esses trabalhadores seu lugar: um lugar tecnicista, de aplicação de um saber. A política pública, determinada por um texto normativo e legal, se coloca como orientadora e definidora de uma prática: garantir direitos para quem dela necessitar. Porém, como vimos, o encontro com o sujeito da política, o sujeito de direitos,

evidencia um outro sujeito, aquele que demanda sempre algo a mais, não passível de ser garantido pela oferta da política pública.

Podemos fazer uma breve comparação da política de assistência social com a política de saúde mental. No campo da saúde mental, havia uma tendência histórica de imputar ao psiquiatra (hierarquicamente localizado como detentor de um saber superior) a solução para os casos clínicos; havia uma tradição da medicina de sempre ter que dar respostas, ainda que estas não se apresentassem de imediato. No campo da assistência social, há também um ímpeto (furor *sanandi*) de responder à demanda colocada pelo usuário, no que tange às suas necessidades básicas, condição ímpar para a garantia do princípio da dignidade humana. Aqui, a resposta vem muitas vezes antes da demanda: já supõe-se aquilo de que o usuário precisa. Outras vezes, essa resposta pode ser construída com o usuário, mas dentro dos limites de oferta da política pública. Em ambos os casos, a presença de psicanalistas rompe com essa estrutura da resposta e da garantia: pressupõe suportar que o que se demanda, não necessariamente é o que se deseja.

Nem todos os trabalhadores da assistência social se orientam pela psicanálise; na verdade, trata-se de um campo bastante amplo e heterogêneo no que tange às referências teórico-práticas. A política de assistência social é notavelmente interdisciplinar e aqui não se tem a intenção de gerar uma homogeneização do campo e reduzir sua complexidade. Longe de defender que todos os trabalhadores devam se orientar pela psicanálise, e, justamente por sustentar o lugar da não imposição de um saber prévio é que entendemos ser possível o trânsito de vários saberes na instituição. Acreditamos que não caberia na instituição a psicanálise como uma imposição. Não é esse seu objetivo, conforme vimos no Capítulo 1. Porém, é certo que tomar o referencial psicanalítico para sustentar uma prática de supervisão institucional possibilita tomar o caso como enigma e operar com as ressonâncias do significante e a equivocidade.

Outro ponto de crítica muito comum é o uso na política pública de assistência social da palavra “clínica” ou do termo “efeitos terapêuticos”. Não é incomum escutar discursos baseados numa certa impossibilidade de se utilizar tais termos na assistência social, pois ela é uma política pública social e não clínica ou terapêutica. É importante destacar que a noção de clínica vem do grego *kline*, que significa leito, ou seja, a clínica remeteria à ideia de debruçar-se sobre o leito, inclinar-se ao pé do leito. E podemos acrescentar: inclinar-se para ouvir. Então, sentimo-nos muito à vontade para usar os termos “supervisão clínico-institucional”, “caso clínico”, “experiência clínica”, entre outros, na prática da assistência social. Retomando o que Lacan nos propõe, a clínica é o lugar onde repousa um dito. Propor a escutar o sujeito com toda a radicalidade que uma escuta implica é sustentar uma posição clínica. Sobre os efeitos terapêuticos gerados pelo encontro com o outro, Freud localiza em sua prática clínica o efeito catártico, ou seja, a eliminação momentânea de afetos angustiantes a partir do momento em que se fala sobre eles. Também não desconsideraremos essa dimensão - uma fala que é endereçada a um outro que se propõe a ouvir não é sem efeitos.

A psicanalista Ana Cristina Figueiredo, ao refletir sobre a prática do psicanalista na instituição de saúde mental, se pergunta como seria possível, “[...] constituir um solo comum de trabalho para diferentes profissionais que não teriam qualquer compromisso com uma formação em psicanálise, mas poderiam se valer de sua contribuição?” (Figueiredo, 2004, p. 77). E podemos tomar essa mesma pergunta articulada ao que se passa no campo da assistência social. Trata-se de considerar as diferentes formações profissionais e referências teóricas, conservando na interseção com elas a especificidade da psicanálise e preocupando-se em não reduzir seus instrumentos clínicos nem a uma banalização de seu uso, nem a uma supervalorização de seus conceitos (Figueiredo,

2004). Assim, é preciso localizar qual seria a contribuição específica da psicanálise no campo da assistência social.

Assim como na saúde mental, a experiência no campo da assistência social parte da dimensão geral, do universal e se encaminha para o particular – a especificidade da demanda de cada um (moradia, alimentação, benefícios, etc.). “A psicanálise introduz aí uma concepção que avança do particular para o singular retomando o geral a partir dos efeitos colhidos” (Figueiredo, 2004, p. 77).

A psicanálise lacaniana eleva o cidadão ao estatuto de sujeito responsável, que longe de ser culpabilizado por sua miséria e por sua vulnerabilidade, deve se responsabilizar por sua posição subjetiva. E é só a partir da responsabilidade, ou do assentimento subjetivo, que há possibilidade do surgimento de uma posição inédita, de um deslocamento em relação à repetição e de um novo saber-fazer do sujeito com seu sintoma e com o gozo.

Outro fragmento de caso clínico, trabalhado em supervisão, nos traz elementos para refletirmos sobre a questão posta acima. Trata-se de uma mulher acolhida em uma unidade de acolhimento familiar com seus dois filhos. Nesta unidade, cada usuário possui seu pequeno *cômodo* de moradia e é acompanhado por equipe multiprofissional. A ideia é que a permanência nesse abrigo seja provisório até que o sujeito possa se restabelecer. Segundo a assistente social que era referência deste caso, a usuária sempre se colocava como vítima ou como alguém que estava sempre tendo seus direitos violados. Ameaçava a equipe e “estourava” com tudo. Estava sempre *incomodada e incomodava* a equipe. Demandava e tinha certeza de que a assistência social precisava garantir o seu direito de moradia e dar a ela uma casa, apesar da assistente social explicar diversas vezes que não haveria esta possibilidade. Segundo a equipe de acompanhamento, insistia que a estavam perseguindo, que arrombavam o cadeado de seu *cômodo*, que jogaram uma pedra na sua

TV, e, por isso, já era a terceira vez em poucos meses que demandava ser mudada de *cômodo*, com seus filhos. Aliás, essa reivindicação de ser mudada de cômodo era frequente e sempre havia alguma justificativa para tal. Nunca estava bem *acomodada*. Exigia com agressividade que a equipe garantisse seus direitos, como por exemplo, encontrar uma maneira para levá-la até uma consulta médica. Em supervisão, era dito que o caso precisava ser “desembaraçado, como um novelo”.

A usuária relatou que desde criança está em abrigos, não tem vínculo com mais ninguém. Requeria ser cuidada o tempo todo. Não tinha paciência para conversa. Seu filho de treze anos é quem cuida de tudo, inclusive da mãe. Segundo a psicóloga do abrigo: ‘o temperamento da usuária destempera a equipe’. Proíbe que a equipe ligue para seus familiares. Reclama que ninguém faz nada por ela, e por isso, mobiliza a todos a estarem sempre fazendo algo, afinal, se a porta do *cômodo* amanheceu amassada, alguém da assistência social tem que fazer alguma coisa. Não se fixa em nenhum emprego, mas está sempre trabalhando. Ameaça a Guarda Municipal com barra de ferro, mobiliza toda a rede de serviços em torno dela. Quer sempre algo que a equipe não pode dar. Quer um apartamento, porque acha que tem direito, ataca a todos para se defender. Perde a chave do *cômodo*, culpa a trabalhadora que a atende e diz que vai esfaqueá-la, afinal, ela é uma dessas que não quer dar a ela seu direito. Ela é sempre a exceção, ninguém consegue mediar. Ela relata ser uma criança sofrida. Queixa do *cômodo*, mas quando a equipe oferece pra trocar, ela se recusa.

Das ressonâncias do significante, qual o lugar cômodo pra essa usuária? Como se acomoda no campo do desejo do outro? Por que se in-comoda tanto? Por que incomoda tanto à equipe? São questões que surgiram em supervisão. Esse caso escancara a insuficiência da assistência social enquanto oferta de serviços, benefícios socioassistenciais, conforme discutimos acima. O caso clínico subverte a lógica

institucional e, nessa direção, foi preciso levantar novas questões para o caso: se a política pública não pode dar o que a usuária demanda, qual seria então a função do acompanhamento da mesma? Não seria interessante escutá-la a partir de um outro lugar, uma vez que o que a usuária demandava não era da ordem das garantias da política? Foi por meio dessas questões, que o ímpeto de salvá-la deu lugar a um outro lugar para o trabalhador: o de suportar sua ausência de respostas para poder escutá-la. E dessa escuta, elevada à sua importância, foram possíveis alguns deslocamentos. A usuária se ‘incomodou’ tanto com o abrigo, que resolveu por si mesma descobrir outros caminhos na direção da construção de sua vida. Havia toda uma resistência em se mudar dali, mas houve uma aposta em não silenciá-la, ela precisava falar, “des-mudar”... Mudou-se do abrigo para uma outra moradia com seus filhos.

5.4 O caso clínico como subversão

A supervisão clínico-institucional tem características que diferem da supervisão de casos não-institucionais uma vez que no discurso do supervisionando incluem-se atravessamentos institucionais, limites de sua atuação prática, garantias materiais necessárias, para além da escuta do próprio caso. Acreditamos que o espaço da supervisão em contextos institucionais implica em um movimento que tome o caso como clínico para que haja alguma construção possível, a narrativa de uma escuta pelo trabalhador. Narrativa que busca um endereçamento, um destinatário, à saber, o supervisor, visto que a transferência com o mesmo é tão importante quanto a transferência do analisando com seu analista. Ou seja, é sob supervisão que um caso pode tornar-se um caso clínico.

Nunca é demasiado lembrar que o caso não é o sujeito, é uma construção com base nos elementos que recolhemos de seu discurso, que também nos permitem

inferir sua posição subjetiva, isto é, se fazemos uma torção do sujeito ao discurso, podemos retomar sua localização baseando-nos nesses indicadores colhidos, do dito ao dizer. Aqui temos um método aplicável a diferentes contextos clínicos (Figueiredo, 2004, p. 79).

Nesse sentido, escutar um caso não é o mesmo que escutar a história do caso. Quando o relato se apresenta hiper detalhado, cronologicamente contado, com cenas recheadas de proeminências, estamos diante de uma história, da repetição de um relato. Já o caso é um produto daquilo que se decanta de seu relato, daquilo que se extrai da condução do tratamento (Figueiredo, 2004). Dessa forma, o caso não pode ser reduzido à uma fórmula, nem à aplicação de uma técnica, ou saber garantidor de uma verdade.

Estabelece-se aí um binômio que retoma, então, a ideia de uma formalização necessária do relato que não se reduz a uma teorização formal nem a uma elaboração de saber sobre os problemas do paciente. Pelo contrário, trata-se sim de colocar em jogo os significantes do sujeito, suas produções com base na elaboração em análise, e a resposta do analista em seu ato com os efeitos que daí advenham para cernir certos significantes numa composição mais esquemática, visando decantar a história e traçar o caso a partir do discurso. Só assim será possível recolher dos infindáveis detalhes de uma história a direção de um caso (Figueiredo, 2004, pp. 79-80).

Quando trazemos questões referentes à lógica da supervisão em instituição, é importante fazer uma reflexão sobre as nuances que dão contorno à noção de ‘caso clínico’. É interessante notar que Freud, ao propor o relato de um caso clínico, faz uma

grande introdução explicitando os motivos que o levaram a expor o caso, o que muitas vezes não é considerado por seu leitor, que deseja chegar logo ao que parece interessar mais: o caso. Sabemos que o caso é o verdadeiro fio condutor de uma supervisão, e também que o saber não encontra-se apenas nas teorias, fundamentos e conceitos psicanalíticos mas, sobretudo, na vivacidade da experiência clínica estabelecida sob transferência. Freud escreve sua teoria por meio dos achados encontrados na experiência clínica e nos entrega seus impasses e dificuldades, mas também ele visava afirmar o trabalho do inconsciente (Vidal, 2015).

O caso clínico é o pivô da transmissão, ou melhor, podemos falar em caso clínico quando algo da transmissão opera. Ele se apresenta como “[...] uma dobradiça entre o que foi intensão³² de uma análise, na ordem de uma transferência e do real aí em jogo, e o que o analista produz como um dizer que passa para os outros” (Vidal, 2015, p. 314). Na supervisão, há a escuta de significantes privilegiados da emergência do inconsciente. Ao relatar ou escrever um caso, estamos diante de uma insuficiência, de uma retomada incompleta.

A própria etimologia do termo “caso”³³ remete àquilo que já caiu, pois, afinal, “a escrita do ‘caso’, que o constitui como ‘caído’, é sempre da ordem de um corte” (Vidal, 2015, p. 316), de um recorte, de um fragmento, nunca fechado em sua completude. São os restos, os ossos, o núcleo do caso, o passível de se transmitir. “Transmissão que se inscreve na impossibilidade de dizer “tudo”, pois a palavra falta e já faltou no inconsciente, onde d’isso só há rastros duradouros” (Vidal, 2015, p. 318). Quando enfatizamos ‘aquilo que cai’, estamos diante do encontro com o real, com aquilo que é da ordem do indizível.

³² Aqui o termo intensão é um neologismo criado por Lacan referido à psicanálise em extensão.

³³ O termo ‘caso’ se refere ao latim *cadere* que significa “cair” (Figueiredo, 2004, p. 79).

São os lampejos do trabalho do inconsciente, que supõe uma perda, a pura perda. Por isso, Segundo Freud em *A interpretação dos sonhos* (1900), “[...] as palavras, por serem o ponto nodal de numerosas representações, podem ser consideradas como predestinadas à ambiguidade” (Freud, 1900/1996, p. 372-373).

A experiência de supervisão não equivale a um relato ou síntese da experiência analítica. Ao deixar-se conduzir pelo real da experiência, Freud opta pelos fragmentos de sua escuta em cada caso. Freud entrega os *Bruchstücke*, os pedaços rotos, estilhaços, evidenciando desde seus primeiros relatos clínicos a incompletude do trabalho analítico, o real que se impõe e a transmissão que só se torna possível de maneira incompleta. O relato de um caso não consiste na transcrição do que foi escutado, afinal, o significante é intransferível. Entre o que se escuta e o que se relata, há um hiato intransponível sustentado por uma perda, aquilo que cai. O supervisionando opera de maneira similar ao sonhador, que ao relatar seu sonho, preenche lacunas, inverte tempos, rearranja espaços... Nesse sentido, “[...] o caso é *nachträglich* e, como o saber que se processa na análise, tem algo de invenção” (Vidal, 2015, p. 324).

Como dito anteriormente, tomar o relato como um caso clínico implica em escutar os efeitos do inconsciente que só podem ser percebidos no *a posteriori*, ou num *après-coup*, temporalidade própria da experiência analítica. A construção de um saber sobre o caso em supervisão, considera essa lógica operatória, de um tempo errante, de uma lógica singular, de uma rede discursiva. Supervisor e supervisionando se colocam aí, nessa encruzilhada entre o discurso da histérica³⁴ do supervisionando (dividido, preocupado pelo enigma do caso) e o discurso do analista (sustentado pelo supervisor como objeto causa de desejo), ambos em uma construção.

³⁴ Aqui estamos nos referindo ao discurso da histérica, e não à histeria como estrutura clínica. Nesse sentido, trata-se de um discurso que coloca o mestre em questão.

Tendo delimitado aqui a dinâmica da supervisão, faz-se necessário distingui-la do que se nomeia “construção do caso clínico”. A última implica numa certa ordenação da narrativa, na consideração de aspectos discursivos e lógicos que operam no caso, ou seja, trata-se de uma retrospectiva feita por meio de um relato do caso em uma transferência de trabalho. A primeira, também sustentada numa relação transferencial, visa o ato analítico, a direção do tratamento, e as possibilidades de manobras clínicas no curso de uma análise. Além disso, a construção do caso clínico é endereçada ao público da instituição, ou seja, aos interessados no caso, num efeito *a posteriori*. Já o endereçamento da supervisão é para o supervisor, atuando no tempo de compreender, constituindo um caso clínico e operando sobre a “[...] relação sujeito-praticante como terceiro êxtimo que anima a posição do analista como causa” (Guerra et al., 2020, p. 62).

Na política de assistência social, acolhemos em supervisão os trabalhadores, em seus relatos angustiados à respeito da experiência de atendimento com os “usuários” da política pública. Esses trabalhadores procuram o espaço de supervisão clínico-institucional, que os acolhe de maneira individual ou coletiva. Começamos a nos questionar se tratar-se-ia de uma supervisão ou de uma construção do caso clínico. Acreditamos que há duas possibilidades:

- a) estaríamos diante de uma experiência de supervisão, quando o trabalhador busca compartilhar seu caso com o “supervisor suposto saber”, seja individualmente ou coletivamente, mas visando uma produção de saber que esbarra no enigma sintomático que o caso apresenta ao praticante. Nesse caso, há um efeito recolhido durante o trabalho e que retorna para a prática ainda em curso.
- b) no campo institucional, apostaríamos na construção do caso clínico quando, dessas supervisões, surgem propostas de se discutir o caso em equipe, relata-

lo minimamente construído, convocando os diversos atores da rede para fazer juntos uma nova construção possível sobre o caso. Nessa situação, o caso se torna elemento de transmissão de uma prática já realizada sobre a qual um saber se acrescenta. Aqui, estaríamos diante da metodologia da construção do caso clínico, conforme propõe o psicanalista italiano Carlo Viganó:

A construção do caso consiste, portanto, em um movimento dialético em que as partes se invertem: a rede social coloca-se em posição discente e o paciente na posição de docente. Naturalmente, o que o paciente deve ensinar não passa por sua consciência e não pode ser dito em uma fala direta, mas mediante nossa escuta das particularidades, das coincidências que foram escandidas de sua história, do enigma de seus atos falhos, recaídas, ausências, etc. (Viganó, 2010, pp. 2-3).

A indicação de Viganó nos leva a pensar que em supervisão ou em momentos coletivos de construção de casos clínicos, a pergunta sobre o que deve ser feito pelo usuário numa imposição de saber se inverte para uma produção de saber, onde a pergunta é: o que o usuário pode indicar como saída para si mesmo, nessa produção inédita. O autor afirma que não devemos confundir o trabalho de supervisão com o de construção.

A supervisão [...] atua no instante do olhar, é um tipo de poder da escuta analítica, coloca-se em contemporaneidade com o ato analítico e, portanto, está do lado da interpretação. Entretanto a construção atua *a posteriori* – literalmente a expressão em francês *après-coup* significa “depois do golpe” [...] – e ela se propõe então a avaliar, a evidenciar o golpe que foi dado e, o momento em que isso caiu, o caso caiu. Tanto na supervisão quanto na construção, o analista se transforma em

analisante. Porém, no caso da construção, não se tem diante de si um analista expert, mas um público que compreende também um colega não-analista. Nesses termos, a construção do caso não exige um Sujeito-Suposto-Saber, como no caso da supervisão (Viganó, 1999, p. 44).

Assim, podemos ter as duas experiências na política pública de assistência social, conforme indicado acima. Porém, a ênfase desta tese é na experiência de supervisão, uma vez que é esta a prática que é tomada como objeto desta pesquisa.

5.5 Mal estar na instituição

“[...] há mal estar na psicanálise. Esse diagnóstico, proclamado sem cessar, não impede a psicanálise de prosseguir, bem ou mal, seu caminho no planeta” (Safouan, Julien, Hoffman, 1996, p. 9).

No ano de 2017, houve na Prefeitura de Belo Horizonte, a mudança de gestão em função de novas eleições municipais e a alteração da equipe de gestão estratégica da política de assistência social. Em consequência dessas modificações, houve por parte da nova gestão a decisão pelo fim da prática de supervisão clínico-institucional que vinha sendo desenvolvida há anos. O grupo de supervisores da instituição escreveu um documento (Penna et al, 2016) relatando o histórico e as perspectivas éticas da supervisão na assistência social desde 1993, mas que parece não ter tido ressonâncias na nova gestão, que optou por desconsiderar essa prática histórica e fazer valer os modelos e propostas normativas pré-existentes. Obviamente, esse modelo de supervisão clínica não era um modelo existente nas normativas do SUAS. Essa decisão também, em minha avaliação,

baseava-se numa crítica antiga, da qual pude escutar os ecos nos corredores do trabalho, de que a supervisão era psicanalítica e de que a clínica não condizia com os princípios da assistência social.

Interessante notar que Ana Cristina Figueiredo relata a mesma crítica feita à relevância da “clínica” no campo da saúde mental, onde a desqualificação da prática clínica era sustentada como uma contramão à reabilitação dos pacientes. De acordo com ela, “[...] palavras de ordem como o direito à cidadania, à autonomia, à ampliação dos vínculos sociais parecem prescindir da clínica, como se essa fosse algo ultrapassado, ineficaz e até cronificante” (Figueiredo, 2004, p. 81). Discurso bem similar ao escutado na assistência social, onde a lógica clínica estaria reduzindo a questão social e a vulnerabilidade social apenas ao sujeito e desconsiderando as determinações sócio-históricas e materiais. E, ainda segundo Figueiredo:

Nada mais equivocado, pois a clínica no sentido radical, ao pé da letra, do discurso do sujeito é o único meio de escapar de duas grandes armadilhas insidiosas que são: a “pedagogia interpretativa”, vício de uma certa tendência da psicanálise; e a “terapêutica da restauração”, isto é, a terapêutica no sentido de fazer retornar ao estado anterior à doença (Figueiredo, 2004, p. 81).

Rômulo Ferreira da Silva (2019) também ressaltou essa tentativa de descartar a psicanálise do campo saúde mental o que, segundo ele, se justifica a partir de uma confusão, uma suposta lógica antagônica entre subjetividade e o direito de todos, baseado em uma ideologia da igualdade (algo similar àquilo que escutamos também na assistência social). Para ele, “a psicanálise não leva em conta a diferença entre sujeito e cidadão” (Silva, 2019, p. 183). Apesar disso, ele sustenta, e concordamos com ele, que o discurso

analítico deve deixar que outros discursos circulem livremente nas instituições, pois ele não é um discurso natural como o do mestre, por exemplo, que tende a se impor.

Dessa maneira, enfrenta-se a repetição no ponto mesmo em que ela, como reincidência do mesmo, seja do lado do sujeito, seja do lado da instituição, seja do lado da sociedade, reproduz um modo de gozo civilizatório de manter limpa a cidade de seus restos. Varrer o resto para debaixo do tapete acaba por reproduzir, reiteradamente, um modo de assepsia forçada que retorna como impossível de conter através da demanda do sujeito, da violência ou da burocracia do Estado ou da ilusão de segurança social. A resposta não está em quem atende, nem nas garantias da política, se não considerarmos o que cada sujeito, implicado em seu lugar nesse cenário, faz com isso.

Essa constatação nos leva a retomar um caso trazido por um psicólogo em supervisão. O “usuário” tinha muito dinheiro guardado, mas não poderia gastá-lo pois se gastasse, sairia da condição de usuário da política pública social e não poderia mais receber os auxílios e benefícios socioassistenciais, já que ele tinha esse direito e não poderia abrir mão dele, pois era um cidadão e encontrava-se em situação de rua. Ele não podia perder nada, nem mesmo sua situação de miserabilidade, ainda que várias ofertas fossem feitas para que saísse da situação de rua. Mas também não podia ganhar: se com seu dinheiro adquirisse um bem, qualquer bem, perderia os bens sociais, os “benefícios”.

A aposta é que em supervisão, seja possível romper com a hierarquia dos saberes e funções que instituem o que é necessário, o que é o bom, o melhor, o direito do usuário. A aposta é ir em busca de perguntas, de uma escuta para além do ímpeto de tornar-se o salvador, garantidor da boa forma de ser no mundo. Em supervisão, era muito comum o trabalhador, angustiado com sua prática, se perguntar sobre o que mais poderia fazer pelo

usuário. Ou a angústia diante do fato de que já fez de tudo e nada resolve para este ou aquele usuário.

Em supervisão, algum giro pode ser possível: do gozo ligado à ideia de garantir direitos para a escuta sem garantias, afinal, lembremos com Lacan que a psicanálise não é de outra ordem senão da ordem do equívoco. A pergunta se desloca: não mais sobre o que se é possível fazer pelo usuário (ainda que não desconsideremos que algumas garantias básicas sejam necessárias), mas como podemos ofertar nosso corpo e nossa escuta para que o paciente encontre sua própria maneira de fazer frente à sua condição (Figueiredo, 2004). Afinal, autonomia não é algo a ser garantido por um outro, externo ao sujeito, ainda que a política pública busque dar condições e afiançar a chamada “segurança de autonomia”.

Outro ponto importante é que, ao longo da experiência, foi possível perceber que o caso clínico ensina muito à gestão, e vários processos de trabalhos podem ser reformulados, ao se considerar esse saber que é próprio e que advém do usuário. Não é incomum escutarmos em supervisão o que chamarei de “casos-caos”, ou seja, casos que bagunçam toda a lógica das garantias assistenciais: usuários que não desejam ser acolhidos em abrigos e que preferem permanecer nas ruas, sujeitos que transgridem regras das unidades que compõem as ofertas das políticas públicas, ou que não se adequam ou não desejam aderir a uma determinada atividade ou oferta pública, que não aceitam propostas de emprego na direção da busca pela autonomia, etc. Para a psicanálise, elevar esses usuários à condição de sujeitos é o mesmo que elevá-los à condição de responsáveis: não pela questão social, miserabilidade, impostas pelo sistema perverso regido pela lógica do capital. Mas uma responsabilidade que toca justamente aquilo que não pode ser ofertado ou garantido, a responsabilidade dita subjetiva. Sujeitos tutelados, desresponsabilizados podem ser levados à imobilidade e, se dermos a eles “a solução”,

sabemos que não se trata menos do que uma imposição que parte de uma relação de poder. Estaríamos decretando o fim da clínica se só tutelarmos os sujeitos, tirando deles sua palavra e responsabilidade. Não precipitar, não compreender demais, não desresponsabilizar, essa é a direção ética da psicanálise, que dá ao usuário a condição de sujeito. Essa é a aposta da psicanálise.

6 CONCLUSÃO: O que pode a supervisão na Política de Assistência Social?

A questão que sustentou a escrita dessa tese se baseia nos impasses advindos de uma prática de supervisão no campo da política pública de assistência social. A tentativa de responder à questão “o que pode a supervisão na política de assistência social?” impôs um caminho que partiu de uma retomada histórico-conceitual sobre a supervisão psicanalítica até uma reflexão sobre a prática da supervisão clínico-institucional.

Os escritos de Freud serviram, num primeiro momento, de base para localizarmos uma direção ética de trabalho. Como vimos, ele próprio compartilhava seus impasses clínicos com colegas e acolhia também seus discípulos na construção de um diálogo sobre a experiência clínica, prática que se manteve desde os primórdios da psicanálise até a atualidade. Parece que a perspectiva de Freud nunca foi a de regular a correta aplicação da técnica, mas a de acolher a angústia daqueles que se dispunham a escutar um outro que sofre e de construir conjuntamente uma retomada do caso em sua dimensão clínica. Aliás, vale lembrar que retomar a noção de “clínica” fez-se necessária e nos deu a oportunidade de enfrentar as críticas que esse termo sofre no campo institucional e de reassentar seus princípios mostrando que há um sujeito na assistência social. Descredenciá-lo de sua própria palavra e de sua capacidade de resposta seria um atestado de dupla alienação: do sujeito e do sistema.

Nessa retomada histórica, acompanhamos, com o advento da IPA, como a supervisão foi ligada a um modelo de obrigatoriedade e controle rígido, que restringia certa liberdade de trabalho do analista e desconsiderava, na escolha do supervisor, a dimensão transferencial que, a rigor, é tão cara à psicanálise. A associação se empenhava em encontrar os erros técnicos do praticante e se propunha a zelar pela correta aplicação da técnica na intenção de proteger os pacientes dos analistas inexperientes. Reduzia-se

assim, a dimensão ética à dimensão técnica, aos moldes de lógicas burocratizantes que reproduzem sistemas de poder e alienam sujeitos dos processos que realizam.

Por esse e outros motivos, Lacan rompe com a IPA. Em sua retomada do texto freudiano, ele nos dá uma direção inovadora em relação à supervisão, uma vez que, para ele, ela se impõe ao analista. Não há necessidade dela ser imposta por uma instituição. É a experiência clínica que impulsiona o analista para a supervisão, para o estudo teórico e até mesmo para a própria análise pessoal. É por esse motivo que se aponta para aquilo que ficou conhecido como o tripé quando se pensa da formação do analista. Assim também, nos parece, a supervisão na assistência social consolida um meio de transmissão da prática, de avanço da teoria e de construção do caso que enriquece e renova os princípios do campo.

Na revisão feita da obra lacaniana sobre a supervisão, pudemos recolher cinco eixos de análise que tomamos como parâmetro para se pensar a supervisão clínico-institucional, quais sejam: a relação transferencial, a subjetividade secundária, a posição terceira, o lugar encruzilhada e a dimensão da transmissão. No que diz respeito ao eixo da relação transferencial, lembremos que, apesar do espaço de supervisão clínico-institucional ter sido ofertado aos trabalhadores da política pública, não foram todos que nele compareceram. São os trabalhadores afetados pela experiência, numa busca inicial de compreensão e movidos por sua angústia que se endereçavam ao supervisor na busca de uma solução. Eles denunciavam, nesse movimento, que os preceitos e garantias normativas da política pública não eram suficientes para enfrentar os desafios com os quais se deparavam. Havia ali algo da ordem do desejo de saber, elemento fundamental no estabelecimento de uma relação dita transferencial, conforme discutimos ao longo desta tese. É a transferência que pode sustentar um giro que possibilita a passagem de

uma prática baseada na exposição de saber para outra prática ligada à busca da produção de um saber; é esta que reconvoca o trabalhador na sua escuta e na direção do caso.

Na supervisão clínico-institucional, a sustentação do supervisor no lugar de subjetividade secundária é fundamental para que a experiência seja tão instrutiva para ele como para o supervisionando; estão ambos divididos, interrogados frente ao caso clínico. Sustentar essa posição permite ressaltar o que o supervisionando terá lido no que ouviu, num movimento semelhante ao de uma estereografia, é essa a verdadeira potência da supervisão. O supervisionando, ao relatar o caso em supervisão, filtra e recompõe o discurso do sujeito, de maneira estereografada. Ele se depara com o saber inconsciente, impossível de ser representado em sua totalidade, mas que exige dele um trabalho de construção.

É na supervisão que ficam escancarados os buracos, as lacunas discursivas que apontam para um limite do sentido. A escrita desta tese lança no horizonte a semelhança do que se passa em supervisão com o movimento da estereografia. A meu ver essa articulação pode ser retomada de maneira a amarrá-la à leitura lacaniana sobre a topologia das superfícies. Abrir esse ponto, nos evoca para um caminho a ser desenvolvido num movimento posterior, mas cujo traço fica marcado como abertura à continuidade desse estudo.

Podemos pensar, também, a supervisão como um espaço em que algo da ordem da transmissão opera. Os processos do inconsciente só podem ser apreendidos num “só depois”, apreendidos para além dos limites do saber. O que o supervisionando recebe como saber não é um saber da técnica, mas um saber do que ele sabe à sua revelia (Safouan, Julien, Hoffman, 1996, pp. 36, 37). O lugar da transmissão toca radicalmente a lógica da responsabilidade e do desejo, ou seja o desejo do analista assegura a

continuidade de uma análise, de uma supervisão e mesmo da própria psicanálise na civilização.

É preciso também refletir sobre o lugar do psicanalista na instituição. Na prática institucional, o que se sustenta é uma posição, uma responsabilidade que passa por uma transmissão e não pela imposição ou ensino. É isso que percebemos na supervisão clínico-institucional: é na sustentação de uma posição terceira, de um lugar encruzilhada entre dois discursos, é que se faz transmitir algo. Em psicanálise, falamos de transmissão quando há algo do saber inconsciente que resvala, quando o real que não cessa de não se escrever faz furo nas políticas normativas. Nessa direção, o que se transmite não é de outra ordem senão da ordem do inconsciente, do real, que só se pode apurar ao se levar em conta a equivocidade, tal como apontado por Lacan: “É o equívoco, a pluralidade de sentidos, que favorece a passagem do inconsciente no discurso” (Lacan, 1975/2016, p. 54). É nisso que a supervisão clínico institucional aposta.

Assim, a metáfora do rinoceronte como uma primeira etapa da supervisão nos parece ser fundamental. O supervisionando, como rinoceronte, chega de qualquer modo, como pode, com seu caso e seus retalhos a serem tecidos. O supervisor acolhe-os, como chegam, como podem chegar. É no encontro, no endereçamento, na suposição de saber, na aposta do aparecimento de algo inédito, que a coisa se dá. A supervisão tem como objetivo a produção e a elaboração de um saber que se decanta de uma experiência. Se a política pública preenche a falta da ordem da necessidade, a psicanálise sustenta uma falta que não pode faltar, descompletando o que está dado *a priori*. Por isso, não acreditamos que a psicanálise nada tenha a dizer à política. Ao contrário, o caso clínico subverte a política pública, pois a dimensão subjetiva resiste à esta política, que se pretende universal. A partir dessa afirmação, podemos analisar a segunda etapa da supervisão.

Conforme mostramos, apostar nas ressonâncias do significante e na equivocidade é conceber que o real é incurável, mas não intratável. A supervisão não se coloca como um espaço para dar respostas, mas como lugar de escuta, com toda a radicalidade que escutar um caso implica: não completar o que falta, não produzir sentido, mas operar apesar da falta de sentido e com a falta. Afinal, para Lacan, a psicanálise não é de outra ordem, senão na ordem do equívoco, conforme vimos. Essa radicalidade faz aparecer o que do sistema falha, seja ele da ordem material, da ordem da política, da linguagem, do sujeito. Onde a falha se apresenta, por outro lado, emerge também a possibilidade de construção de respostas a ela.

Quando Lacan inclui na segunda etapa da supervisão a liberação de algo da ordem do *sinthoma* pela via do equívoco, podemos pensar num modo de gozo do sujeito que não pode ser reduzido pela dimensão significante, num modo discursivo de adestramento político do gozo, que não se reduz ao campo da palavra. Assim se entrecruzam as responsabilidades nos distintos níveis em que ela se realiza. Trata-se de uma aposta que desloca o que chamamos de “analista-rinoceronte”, aquele que chega na supervisão tentando calcular sua interpretação, buscando compreensão, para o analista que aposta no *sinthoma*, ou seja, que considera o real, alíngua e seus equívocos, na tentativa de amarrar de outro modo aquilo que é da ordem do impossível de se escrever.

O interessante aqui é mostrarmos como se dá a passagem entre “ser liberado do sintoma” e “liberar algo do *sinthoma*”, pois são movimentos que produzem efeitos distintos. Em nosso caso, como se trata de pensar a supervisão na assistência social, a supervisão institucional, esta diferença é preciosa.

Quando Lacan se refere a ser liberado do sintoma, ele implica o ponto desde onde, na transferência, o analisante se coloca a falar em associação livre, pois crê haver um saber no analista que pode desembaraçá-lo de seu mal-estar. No entanto, ao falar, o sujeito

se depara com o limite do sentido, com o não sentido e com a equivocidade da língua, descendo de suas supostas verdades, rompendo os diques desses pontos em que fixava seu modo de gozo, liberando um novo modo de se articular entre real, simbólico e imaginário, a partir de um ponto irreduzível da linguagem. O encontro com esse real irreduzível libera algo de seu modo de amarração *sinthomática*, mostrando que o *sinthoma* é/tem um núcleo real que não cede. Daí a passagem do inconsciente transferencial ao inconsciente real.

Quando, na supervisão, isso é passível de ser tocado, é o próprio analista que se modifica na clínica. Menos porque aprende algo, porque estudou ou leu, mas porque toca essa dimensão real a que todos estamos constrangidos. E, nesse sentido, ele verifica a impossibilidade estrutural a partir da qual irá operar. Verificado o real, não há mais o roteiro idealizado do "melhor a fazer", do "quem e como salvar". E, se de um lado, o técnico retorna modificado, de outro, o usuário recebe os efeitos desse ato. Por isso, a supervisão é indispensável em qualquer espaço ou instituição em que estivermos a lidar com sujeitos (do inconsciente), seja no âmbito privado ou público.

No campo das políticas públicas, em especial da assistência social, a supervisão ainda se faz mais necessária posto confrontar o real com a realidade em condições materiais extremamente precárias. Assim, sem deixar de apostar que, malgrado a estrutura social que pode ser tocada e transformada em um nível macro, o sujeito, ele mesmo, é sempre passível de transformar-se em outro nível.

Aqui os encontros entre responsabilidades de distintos níveis ganham proeminência e mostram, pelo real da supervisão, as operações em jogo no processo civilizatório e o quanto a assistência social, se se deseja efetivamente transformadora, e não apenas pacificadora, docilizadora ou compensatória, poderia ser uma agência de mudança.

Liberar algo do *sinthoma* implica em confrontar-se com o limite das estruturas na singularidade com que elas se desenham a cada caso - ponto irreduzível e necessário a que a supervisão pode conduzir. A aposta é numa prática inventiva e criativa que desloca o sujeito ao determinismo da miserabilidade.

Apostamos numa reinvenção do praticante frente a experiência, no surgimento do inédito ao se escutar a equivocidade e as ressonâncias do significante. Conforme nos adverte Lacan (1978): “Tal como agora chego a pensar, a psicanálise é intransmissível. É bem chato. É bem chato que cada psicanalista seja forçado – pois é preciso que ele seja forçado – a reinventar a psicanálise” (Lacan, 1978). O psicanalista localizado numa posição de extraterritorialidade, numa posição êxtima, inventa um lugar outro, que espera não esperar nada – trata-se da encruzilhada entre o discurso analítico e o discurso da política pública.

Podemos, assim, resumir os aspectos fulcrais da supervisão clínico-institucional, a partir daquilo que da prática cai e nos orienta, a saber: a supervisão é uma atividade que engaja sujeito, instituição e política na responsabilidade compartilhada no campo da assistência social, que opera sempre num limite; ela permite que um saber se extraia do caso; a supervisão recolhe o resto, o que a política não presume, nem calcula e que, por isso mesmo, excede o campo técnico-normativo, não sendo por ele lido ou alcançado.

Os excertos da experiência lançados em pequenos *flashes*, apontam para uma escuta num para além da garantia de direitos, o que a nosso ver é da maior importância para os usuários e para a própria política pública, que ao colher os efeitos do saber que insurge, pode operar na reconstrução e planejamento político de ações que se endereçam para os sujeitos, numa lógica suplementar. Para concluir, deixamos aqui o indicativo para o corpo gestor da política pública de assistência social de que a supervisão clínico-institucional, por todos os argumentos levantados nessa tese, tem sua importância e não

se contrapõe aos princípios da política pública, muito pelo contrário. Trata-se de uma aposta em um espaço de circulação da palavra, de acolhimento ao trabalhador, e de construção de casos em sua dimensão clínica, com toda a radicalidade que suas ressonâncias incidem na política, desburocratizando-a. Colher os efeitos da clínica é uma direção ética e política.

REFERÊNCIAS

- Altoé, S. (2004). *Sujeito do Direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro, Revinter.
- Alvarenga, E. (2011). A ação lacaniana nas instituições. *Almanaque On-line* n. 8.
<http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/ElisaAlvarenga.pdf>
- Badiou, A. (1995). *Ética: Um ensaio sobre a consciência do Mal*. (2ª Ed.). Trad. Antônio Trânsito; Ari Roitman. Rio de Janeiro: Dumará.
- Balbi, L. (2016). A prática da supervisão interroga os analistas. Documentos para uma Escola VI – a terceira: uma escola para a Psicanálise. *Revista da Escola Letra Freudiana*. Ano XXXV, n. 0. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana.
- Baldini, S. (2012). Dois momentos de supervisão. *Opção Lacaniana online*. Ano 3. N. 8. Jul., 2012.
- Bernfeld, S. (1952). *De la formation analytique*.
<http://www.psychanalyse.et.ideologie.fr/sbernfeld.html>, acesso em 07 jan. 2022.
- Broide, E. E. (2014). Possibilidades de singularização do sujeito nas políticas públicas: do resto à causa. *Revista Intellectus*, n. 27.
<http://www.revistaintellectus.com.br/DownloadArtigo.ashx?codigo=367>.
- Broide, E. E. (2017). *A supervisão como interrogante da práxis analítica: desejo de analista e a transmissão da psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Curi, G. A.; Dias, L. (2021) Um tempo para a supervisão. In Friche, M. A.; Belisário, M. A.; Brasil, V. S. (org.). *Inconsciente e tempo: d'escola/interseções* (Transfinitos; V. 18). Belo Horizonte: Aleph – Escola de Psicanálise.
- Curi, G. A. (2002). Supervisão e escola. *Escritos de uma escola: Cadernos*. Belo Horizonte: Aleph – Escola de Psicanálise.

Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm.

Dias, L. (2015). Autoridade e Poder em Supervisão? In Carvalho, J. D.; Dias, L. M.; Andrade, M. C. (org.). *Formações do inconsciente – Trilhamentos do Desejo/ D'Escola/ Clínica & Fragmentos/ Outros Trilhamentos*. (Transfinitos; v. 14). Belo Horizonte: Aleph – Escola de Psicanálise.

Dor, J. (1989) *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Trad.: Carlos Eduardo Reis. Porto Alegre: Artes Médicas.

Dunker, C.; Ramirez, H. Assadi, T. (orgs.). (2017). *A construção de casos clínicos em psicanálise: método clínico e formalização discursiva*. São Paulo: Annablume.

Dunker, C.; Zanetti, C. E. (2017). Construção e formalização de casos clínicos. In: Dunker, C.; Ramirez, H. Assadi, T. (orgs.). *A construção de casos clínicos em psicanálise: método clínico e formalização discursiva*. São Paulo: Annablume.

Eitington, M. (1977). *Rapport sur la polyclinique psychanalytique de Berlin*. Mars 1920 – juin 1922, Topique 18. (Trabalho original publicado em 1920-1922).

Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Ano VII, n. 1, mar.

Figueiredo, A. C., Vieira, M. A. (1997). A supervisão: do saber sobre a psicanálise ao saber psicanalítico. *Cadernos IPUB (UFRJ)*. V. 9, p. 25-30, Rio de Janeiro.

Fingermann, D. (2016). *A (de) formação do psicanalista: as condições do ato analítico*. São Paulo: Escuta.

- França Neto, O. (2010). A exclusão do Bartleby de Melville e a “inclusão” do doente mental na sociedade. *Psicologia em Revista*, v. 16, n. 1, p. 125-137, Belo Horizonte.
- Freud, S. (2006). Projeto para uma psicologia científica. Publicações pré-psicanalíticas e estudos inéditos. In S Freud. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, Trad., Vol. 1, pp. 335-400). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1885).
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In S. Freud. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, Trad., Vol. 4 e 5). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1987). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. Artigos sobre técnica (1911-1915 [1914]). In S. Freud. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, Trad., Vol. 12, pp. 145-159). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (2006). A história do movimento psicanalítico. In S. Freud, *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, Trad., Vol. 14, pp. 18- 73). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2006). Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In S. Freud, *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, Trad., Vol. 17, pp. 184- 189). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919 [1918]).
- Freud, S. (2006). Prefácio a *Adress on Psycho-analysis*, de J. J. Putnam. In S. Freud, Freud, *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de*

- Sigmund Freud*. (J. Salomão, Trad., Vol. 18, pp. 285- 286). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2006). Dois verbetes de enciclopédia. In S. Freud, Freud, *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, Trad., Vol. 18, pp. 251- 274). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1922-23).
- Freud, S. (2006). A questão da análise leiga. In S. Freud, Freud, *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, Trad., Vol. 20, pp. 173- 248). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (2006). Construções em análise. In S. Freud, Freud, *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, Trad., Vol. 23, pp. 271- 287). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).
- Garcia, C. (2011). *Estamira, novas formas de existência [por uma clínica da carência]*. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.
- Geblesco, E. (2008). *Um amour de transfert – journal de mon contrôle avec Lacan*. Paris: Epel.
- Guerra, A. M. C. (2013). O gozo na topologia borromeana: um novo paradigma? *Tempo psicanalítico*, vol. 45, n. 1. Rio de Janeiro.
- http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000100004#:~:text=Partindo%20de%20uma%20revis%C3%A3o%20dos,n%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20n%C3%A3o%2Ddentro.
- Guerra, A.; Malta, A.; Goulart, T.; Bemfica, A. (2020). *A supervisão e a construção do caso clínico: aspectos clínicos e de formação no Programa Já É*. In: Guerra, A.;

- Bemfica, A. Psicanálise implicada e adolescência: modos de intervenção e testemunhos clínicos. Curitiba: CRV.
- Houdballah, A. (2009). Supervisão com Lacan. In Didier-Weill, A.; Safouan, M. (2009). *Trabalhando com Lacan: na análise, na supervisão, nos seminários*. Trad. Claudia Berliner. Rev. Téc. Leila Longo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Ionesco, E. (2012). *O rinoceronte*. Trad. Luís de Lima. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1959).
- Jimenez, S. *Os dois dizeres de “O aturdido”*. Escola Brasileira de Psicanálise- RJ. https://ebp.org.br/rj/wp-content/uploads/2021/06/Stella-Jimenez_Os-dois-dizeres-de_O-aturdido_.pdf.
- Lacan, J. (1949). Rapport de la Commission de l’enseignement de la SPP Collaboration à la rédaction du rapport de la Commission de l’enseignement de la Société psychanalytique de Paris: Les conseillers et les conseillères d’enfants agréés par la Société psychanalytique de Paris. *Revue française de psychanalyse*. Jul-set., tome XIII, n° 3, pp. 436-441.
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem. In J. Lacan. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1976). Lettre de Jacques Lacan à Heinz Hartmann. In La scission de 1953 (*Supplément à Ornica?*), n° 7, pp. 136-137. <http://ecole-lacanienne.net/wp-content/uploads/2016/04/1953-07-21.pdf>. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1986). *O Seminário, livro 01 – Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1953-54).

- Lacan, J. (1998). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In Lacan, J. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1956).
- Lacan, J. (1998). Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In Lacan, J. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1957).
- Lacan, J. (1988). *O Seminário, livro 07 – A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1959-60).
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In Lacan, J. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1960).
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10 – a angústia*. Trad. Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1962-63).
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (2003). Ato de fundação. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (1967). *Breve discurso aos psiquiatras*. Traduzido de 1967-11-10 Conference sur la psychanalyse et la formation du psychiatre à Ste Anne, disponível em <http://ecole-lacanienne.net/wp-content/uploads/2016/04/1967-11-10.pdf>. Trad. Graça Curi; Júnia Cardoso; Mauro Cordeiro; Nádia Figueiredo. (Revisão da tradução: Corinne Imbs). Belo Horizonte: Aleph – Escola de Psicanálise (documento de circulação interna).

- Lacan, J. (2008). Lição de 21 de junho de 1967. In Lacan, J. (1966-1967). *Seminário, livro 14 - A lógica do fantasma*. Trad. Letícia P. Fonseca. Publicação não comercial. Centro de Estudos Freudianos do Recife. Recife. (Trabalho original publicado em 1967).
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In J. Lacan. *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1968).
- Lacan, J. (2003). Discurso na Escola Freudiana de Paris. In J. Lacan. *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1970a).
- Lacan, J. (2003) Radiofonia. In J. Lacan. *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1970b).
- Lacan, J. (2003). Nota anexa [a Ato de Fundação]. In J. Lacan. *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1971).
- Lacan, J. (2012). *O Seminário, livro 19 – ... Ou pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1971-1972).
- Lacan, J. (1982). *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1972-73).
- Lacan, J. (2003) O Aturdido. In J. Lacan. *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1973).
- Lacan, J. (1974). Intervention dans une reunion tenue sous le sigle “La cause freudienne”. Intervention à Milan, à la Scuola freudiana, le 1er juin 1974. Parue dans l’ouvrage bilingue: *Lacan in Italia 1953-1978*. <http://ecole-lacanienne.net/wp-content/uploads/2016/04/1974-06-01.pdf>.

- Lacan, J. (2016). Conferência na Universidade de Columbia em 01 de dezembro de 1975. In Denez, F.; Volaco, G. C.(Orgs.). *Lacan in North Armórica*. Porto Alegre: Editora Fi. (Trabalho original publicado em 1975).
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23 – O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1975-76).
- Lacan, J. (1976). D'un discours à l'autre l'institution dite du controle. *Scilicet* 6/7. Paris: Seuil.
- Lacan, J. (2003). Prefácio à edição inglesa do Seminário 11. In J. Lacan. Outros *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1976).
- Lacan, J. (1976-77). *Seminário 24: l'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*. Inédito. HeReSIa (circulação interna).
- Lacan, J. (2003). Preâmbulo [de Ato de Fundação]. In J. Lacan. Outros *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1977).
- Lacan, J. (1978). *Lacan in Itália*. Milão: La salamandra.
- Lacan, J. (1978/1979). *A transmissão*. Encerramento do 9º Congresso da Escola Freudiana de Paris. Publicado em *Lettres de l'École*, n. 25, vol. II, p. 219-220. Trad. André Oliveira Costa.
- Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm.
- Martinho, M. H. (2012). A interpretação psicanalítica: "um dizer nada". *Stylus*, n. 24, Rio de Janeiro, jun. 2012.

- Maia, E. A.; Feres, N. R. (1994). *Relatório da Supervisão Psicanalítica do Projeto Miguilim* – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Outubro de 1994.
- Maia, E. A.; Féres, N. R. (2000). *Meninos na rua: uma intervenção*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal.
- Mannoni, M. (1992). Risco e possibilidade da supervisão. In Stein, C. *A supervisão na psicanálise*. Trad. Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.
- Mariscal, D. L. (2016). Da supervisão. Documentos para uma Escola VI – a terceira: uma escola para a Psicanálise. *Revista da Escola Letra Freudiana*. Ano XXXV, n. 0. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana.
- Mendes, A. (2015). *O efeito-equipe e a construção do caso clínico*. Curitiba. CRV.
- Mezêncio, M. S. (2004). Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 104-113, jun.
- Miller, J. A. (2009). *Perspectivas do Seminário 23 de Lacan: o sinthoma*. Rev. Teresinha Prado. Rio de Janeiro: Zahar.
- Miller, J.-A. (2010). *Orientação lacaniana III, 11 - Coisas de fineza em psicanálise*. Trad.: Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Penna, L. M. D. M. (2003). *Psicanálise e Universidade: há transmissão sem clínica?* Belo Horizonte: Autêntica.
- Penna, P. D. M.; Nicolau, C. Edmundo, D. Riani, E. Rochael, K. Freitas, M. Mezêncio, M. Villamarim, M. C.; Virgínia, R. (2016). *A prática da supervisão de casos no contexto da Proteção Social Especial do município de Belo Horizonte*. Não publicado.
- Pfeiffer, E. (1966). *Freud/Lou Andreas-Salomé. Correspondência completa*. Rio de Janeiro: Imago.

- Pinto, J. M. (1999). A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise. *Psicologia: Reflexão e crítica*. Vol. 12. N. 3. Porto Alegre.
- Rabelo, F. C. (2011). Sobre o legado de Breuer e Anna O. *Revista Tempo Psicanalítico*. Vol. 43. N. 2. Rio de Janeiro, dez.
- Rabinovich, S. (2012). Pratiques du contrôle. *Carnets EPSF*, n. 87, set./out.
- Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Resolve aprovar a Política Nacional de Assistência Social.
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.
- Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf.
- Ribeiro, C. A.; Mezêncio, M.; Moreira, M. C. (2010). *Metodologia Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: A experiência de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Santa Clara, V1.
- Rosa, J. G. (1986). Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Roudinesco, E.; Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar.
- Safouan, M.; Julien, P.; Hoffman, C. (1996). *O mal-estar na psicanálise: o terceiro na instituição e a análise de controle*. Trad. Leda Mariza F. Bernardino. Campinas: Papirus.
- Santiago, J. (2019). Apresentação. In. Silva, R. F. *A supervisão (controle) na formação do psicanalista*. Belo Horizonte: Relicário.

- Seljan, Z. Prefácio. (2012). In *O rinoceronte*. Trad. Luís de Lima. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Silva, J. R. (2014) O serviço especializado em abordagem social contextualizado em uma política de assistência social de direitos e em transformação no Brasil. In Grinover, A. P., Almeida, G. A., Gustin, M., Lima, P. C. V. & Iennaco, R. (Orgs.). *Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido.
- Silva, R. F. (2019). *A supervisão (controle) na formação do psicanalista*. Belo Horizonte: Relicário.
- Soler, C. (2012). Uma interpretação que leve em conta o real. *Stylus*, n. 24. Trad. Cícero Alberto de Andrade Oliveira. Rio de Janeiro, jun. 2012.
- Stein, C. (1992). *A supervisão na psicanálise*. Trad. Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.
- Tardits, A. (2012). Le contrôle: quelques noms pour un lien singulier. *Carnets 84*. École de psychanalyse Sigmund Freud, jan./fev.
- Tigre, A. B.; Bahia, F.; Jezler, M.; Chor, M.; Salgado, R. (2016). Dispositivos de Escola. Documentos para uma Escola VI – a terceira: uma escola para a Psicanálise. *Revista da Escola Letra Freudiana*. Ano XXXV, n. 0. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana.
- Vidal, E. (1997). Saber e limite. In *Do Pai: o limite em psicanálise*. Letra Freudiana. Ano XVI, n. 21.
- Vidal, E. (2015). Acerca do caso clínico. In Carvalho, J. D.; Dias, L. M.; Andrade, M. C. (org.). *Formações do inconsciente – Trilhamentos do Desejo/ D'Escola/ Clínica & Fragmentos/ Outros Trilhamentos*. (Transfinitos; v. 14). Belo Horizonte: Aleph – Escola de Psicanálise.

- Vidal, E. (2016). Abertura ao fundamento da Experiência: controle e supervisão. Documentos para uma Escola VI – a terceira: uma escola para a Psicanálise. *Revista da Escola Letra Freudiana*. Ano XXXV, n. 0. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana.
- Viganó, C. (1999). A construção do caso clínico em Saúde Mental. In *Curinga*. N. 13, 50-58. Belo Horizonte.
- Viganó, C. (2010). A construção do caso clínico. *Opção Lacaniana online*. Ano 1, Número 1, março.
http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_1/a_construcao_do_caso_clinico.pdf. Acesso em 02 março 2022.
- Zenoni, A. (2000). Abrecampos – Psicanálise e instituição. *Revista de Saúde Mental do Instituto Raul Soares*, Belo Horizonte, IRS/FHEMIG, ano I, n. 0.